

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA CLAUDIA STORCHI CARLOS

ESTADO, IDEOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DO PRONINC

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ESTADO, IDEOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DO PRONINC

ANA CLAUDIA STORCHI CARLOS

Orientadora: Gleny Terezinha Duro Guimarães

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

PORTO ALEGRE

2019.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ESTADO, IDEOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DO PRONINC

ANA CLAUDIA STORCHI CARLOS

Orientadora: Gleny Terezinha Duro Guimarães (PUCRS)

BANCA:

Profa. Fabio Jardel Gaviraghi

Profa. Mónica De La Fare

Ficha Catalográfica

C284e Carlos, Ana Claudia Storchi

Estado, Ideologia e Economia Solidária : uma análise do Proninc
/ Ana Claudia Storchi Carlos . – 2019.

130 .

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

1. Estado. 2. Ideologia. 3. Economia Solidária. I. Guimarães, Gleny
Terezinha Duro. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Omar e Zeli que são a base e a inspiração para minha construção enquanto sujeito e profissional.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não se constitui apenas enquanto uma construção teórica, mas sim, como resultado de um processo de vivência e aprendizado muito mais amplo do que pode ser aprendido pelo leitor através das palavras descritas. A teoria, por mais essencial que seja para nossa compreensão de mundo, não substitui a apreensão através dos sentidos, do conhecimento empírico, do que pode ser vivido e experimentado. Cada frase e conceito descritos são oriundos de um processo de aprendizado, composto de restrições e falhas, onde buscou-se dentre as limitações existentes superar suas ressalvas a fim de sua completude. Entretanto, esse processo só pôde ser concluído por ter obtido uma rede de sujeitos que contribuíram de forma direta ou indireta para sua execução. Nesse item gostaria de agradecer alguns desses sujeitos, que se constituíram como elementos essenciais para concretização desse trabalho, viabilizando a inspiração, o exemplo, o apoio e o afago nesse profícuo percurso. Inicialmente gostaria de agradecer aos meus pais, Omar e Zeli, que são a base e a inspiração para minha construção enquanto sujeito e profissional e que mesmo fisicamente distantes se fizeram presentes em todos os momentos nessa trajetória. Gostaria de agradecer meus irmãos Jane e Douglas e minhas sobrinhas Mariana e Julia, por me darem o apoio, o carinho e o incentivo constantes. Faz-se necessário destacar ainda meu namorado Lucas, que se constituiu como um companheiro, incentivador e apoiador incessante durante o período de construção da dissertação. Obrigado a todos os amigos que colaboraram para completude desse processo, em especial ao Markus Vinicius, Maxwell e Krissia. Gostaria de agradecer ainda a todos meus professores e mestres que me inspiraram e colaboraram para meu aperfeiçoamento profissional e acadêmico, desde os professores do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Graduação e Mestrado. Desejo ressaltar alguns destes pelo papel fundamental que detiveram na contribuição e auxílio nesse caminho de formação e aprendizado: Obrigado professora Caroline Goerck e Fabio Gaviraghi, pela inspiração, exemplo, apoio e incentivo incessantes. Obrigado a minha orientadora Gleny Guimarães, pelo acompanhamento, apoio e estímulo durante todo percurso do mestrado. Meu muito obrigado à professora Mónica de La Fare, pelas contribuições e sugestões para execução desse trabalho, e à professora Berenice Couto, pela inspiração

gramsciana que se fez presente em todo trajeto de construção desta dissertação. Cabe ressaltar ainda que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”). Por fim, gostaria de agradecer aos meus colegas, com quem pude compartilhar anseios, ideias e aprendizado, seja em sala de aula ou com um copo de cerveja na mão, e que de forma direta ou indireta se fizeram presentes nessa construção teórica. A todos os citados e os não citados, gostaria de ressaltar que esse trabalho não é uma construção minha, mas nossa, e que me sinto de fato grata por deter o carinho e o apoio de vocês em mais essa etapa de formação. Muito obrigado!

“Mas há outro mundo na barriga deste, esperando. Que é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos”.

(Eduardo Galeano).

RESUMO

O mundo do trabalho apresenta constantes transformações, reformulando-se periodicamente a fim de manter os interesses do mercado. As constantes mutações ocasionam processos de crises cíclicas, alterando a produção, intensificando o desemprego e limitando o acesso ao mercado formal. Dentre essa realidade, o trabalho informal ganha espaço, apresentando-se como uma alternativa de renda aos indivíduos excluídos do mercado formal. Entre as diversas formas de trabalho informal, consolida-se a Economia Solidária. Nesse contexto, o presente trabalho tem como propósito analisar de que forma ocorre a relação entre o Estado e a Economia Solidária, através das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, junto ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares-PRONINC, de maneira a compreender os elementos e contradições que permeiam essa relação, tendo em vista contribuir com seu desocultamento. A metodologia dessa pesquisa tem como base o método dialético crítico, o qual se faz presente na investigação da realidade do objeto de estudo. A pesquisa tem como universo de amostra os gestores de Incubadoras Sociais, localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, assim como a análise documental do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que dispõe sobre o PRONINC, e do relatório de avaliação do PRONINC, publicado no ano de 2017. Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o tema a ser explorado e conhecer a realidade a partir da visão dos sujeitos da pesquisa. O tratamento das informações foi realizada a partir da Análise de Conteúdo de Roque Moraes. A construção da pesquisa organiza-se a partir de cinco capítulos, abrangendo inicialmente um referencial teórico, que possibilite ao leitor aproximar-se das categorias centrais (Estado, Ideologia e Economia Solidária) que se encontram subdivididas nos primeiros capítulos, propiciando um diálogo com diferentes autores, com o intuito de compreender as distintas concepções sobre os temas. O último capítulo apresenta uma análise do PRONINC e suas dimensões ideológicas, a partir dos resultados alcançados através das análises dos dados, propiciando um diálogo sobre a Economia Solidária e as vertentes ideológicas que a compõem, a apreensão sobre as incubadoras sociais e seus limites e possibilidades junto à extensão universitária e uma interlocução sobre o PRONINC enquanto política pública.

Palavras-chave: Estado. Ideologia. Economia Solidária.

ABSTRACT

The working world is under continuous transformation, periodically reshaping itself in order to maintain the market's interests. These transformations result in a process of cyclical crises, changing the production, intensifying unemployment and limiting access to the formal labor market. Within this reality, informal work begins to rise, presenting itself as an income alternative to those who are excluded from the formal labor market. Among the various types of informal work, solidarity economy is consolidated. In this context, the purpose of this research is to analyze the relationship between the State and solidarity economy, through the actions of the Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, together with the Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares- PRONINC, in order to comprehend the elements and contradictions that permeate this relation and to contribute to its uncovering. The methodology of this research is based on a critical dialectical method, which appears in the investigation of the contemplated reality in the subject matter. The research sample's universe are the managers of the Social Incubator, located in Porto Alegre's metropolitan area, as well as the documental analysis of Decree nº 7.357, of November 17, 2010, which provides information about PRONINC and about PRONINC's evaluation report, published in 2017. For the development of this study, an exploratory type research with a qualitative approach was conducted, in order to deepen the knowledge in this matter and to meet reality from the research subjects' perspective. The data analysis was made from the content analysis based on Roque Moraes theory. The construction of this research is organized in five chapters. Starts with a theoretical framework, allowing the reader to approach the main categories (State, Ideology and Solidarity Economy). The categories are subdivided in the first chapters, providing a dialogue between various authors, in order to understand the different concepts about these matters. The last chapter presents an analysis of the PRONINC and its ideological dimensions, based on the results achieved through the data analysis, providing a dialogue on solidarity economy and the ideological aspects that compose it, the apprehension of social incubators about their limits and possibilities along the university extension and an interlocution about PRONINC as a public policy.

KEYWORDS: State. Ideology. Solidarity Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Taxa de desocupação dos trabalhadores	57
Figura 2- Taxa de desocupação por cor ou raça	58
Figura 3 - Rendimento médio real por gênero	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição Regional dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	63
Tabela 2 - Programas vinculados a SENAES.....	71
Tabela 3 - Matrizes da Economia Solidária.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa.
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária.
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
COEP	Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional.
COPPE	Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia.
FBB	Fundação Banco do Brasil.
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária.
SIES	Sistema de Informação da Economia Solidária.
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.
TCE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento.
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria.
UNCUYO	Universidad Nacional de Cuyo.
UNEB	Universidade do Estado da Bahia.
USP	Universidade de São Paulo.

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. IDEOLOGIA	28
1.1 Concepções de ideologia	28
2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	36
2.1 As diferentes concepções de Estado e Sociedade Civil: de Marx a Gramsci	36
2.1.1 A relação entre a Sociedade Civil e o Estado para Marx	36
2.1.2 O Estado Ampliado de Gramsci	39
2.2 Estado contemporâneo e a relação entre keynesianismo <i>versus</i> neoliberalismo	41
3 TRABALHO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	47
3.1 Categoria trabalho	47
3.2 O mundo do trabalho na contemporaneidade	53
3.3 Economia Solidária	61
3.3.1 As Incubadoras Sociais	66
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	68
4.1 As políticas públicas de Economia Solidária no Brasil	68
4.2 Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC	73
5 O PRONINC E SUAS DIMENSÕES IDEOLÓGICAS	76
5.1 Economia Solidária e sua dimensão ideológica	76
5.2 As incubadoras sociais e a extensão universitária	87
5.3 O PRONINC e sua dimensão ideológica	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	114
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	115
Anexo B – Cartas de apresentação e autorização institucional para a pesquisa	118
Anexo C – Carta de Aprovação da Comissão Científica	120
Anexo D – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa.	121
APÊNDICES	125
Apêndice A - Quadro Metodológico	126
Apêndice B – Roteiro de Tópicos Guia para a Entrevista com os Gestores das Incubadoras Sociais	127
Apêndice C – Roteiro de Análise Documental do Decreto nº 7.357	129
Apêndice D – Roteiro de Análise Documental Relatório Final Da Avaliação do PRONINC	130

Apêndice E – Perfil dos Gestores e Incubadoras Sociais Analisados.	131
--	------------

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho apresenta constantes transformações, reformulando-se periodicamente a fim de manter os interesses do mercado. As constantes mutações ocasionam processos de crises cíclicas, alterando a produção, intensificando o desemprego e limitando o acesso ao mercado formal. A partir da reestruturação produtiva, consolida-se um processo de transição do modo de produção, influenciado pelos avanços da automação, robótica e microeletrônica. A inclusão das inovações tecnológicas no meio fabril intensificou a produção e racionalizou os processos produtivos, ocasionando a redução da força de trabalho humana. A partir desse fato, inicia-se um processo de restrição dos postos de trabalho, produzindo uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital.

Dentre essa realidade, o trabalho informal ganha espaço, apresentando-se como uma alternativa de renda aos indivíduos excluídos do mercado formal. Entre as diversas formas de trabalho informal, consolida-se a Economia Solidária. A Economia Solidária é a prática de produção, consumo e comercialização de produtos e serviços que visa a sua efetivação inspirada em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e participação coletiva e democrática.

Entre os anos de 2003 a 2016, o governo federal brasileiro efetivou diversas ações estatais de maneira a viabilizar apoio e fomento dos empreendimentos solidários, instaurando distintas políticas públicas na área. Em 1997 foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares-PRONINC, tendo como signatários a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil-FBB e o Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional-COEP. Em 2003, a FINEP e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas incubadoras de cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação. (FINEP, 2016).

Dentre esse contexto, o referente trabalho busca compreender como o discurso da Economia Solidária é apropriado ideologicamente pelo Estado brasileiro a partir das ações do PRONINC. O referido programa visava apoiar o fomento e a

consolidação das incubadoras sociais, a fim de viabilizar meios de criação e fortalecimento de empreendimentos solidários. (BRASIL, 2013).

A Economia Solidária enquanto política pública é um fato recente, apresentando um limitado referencial teórico sobre tema. Em decorrência desse fato, faz-se necessário o aprofundamento do estudo sobre a temática, buscando realizar uma análise crítica dos elementos que compõem essas políticas. A fim de contribuir para a compreensão do fenômeno pesquisado através da investigação a partir de uma aproximação profícua da realidade, este estudo buscou o distanciamento do debate entre a polarização de legitimação ou oposição ao tema, visando compreender os diferentes elementos que compõem o objeto de pesquisa a partir de distintas perspectivas. A referente pesquisa tem como objetivo analisar de que forma ocorre a relação entre o Estado e a Economia Solidária através das ações da SENAES junto ao PRONINC, de forma a compreender os elementos e contradições que permeiam essa relação, tendo em vista contribuir com seu desocultamento.

A pesquisa detém três objetivos específicos¹ que norteiam a análise proposta. O primeiro consiste em analisar as diretrizes que fundamentam as políticas de Economia Solidária, apreendendo os elementos e vertentes teóricas presentes no discurso público, com a finalidade de estabelecer meios de compreensão das ações e possíveis consequências no âmbito sociopolítico. O segundo objetivo pretende averiguar o planejamento do processo de incubação a partir do entendimento da gestão das incubadoras sociais, com objetivo de compreender a intencionalidade e metodologia das ações junto aos empreendimentos solidários. Por fim, o terceiro objetivo tem o intuito de analisar de forma crítica a perspectiva da gestão da SENAES, a partir dos princípios presentes na retórica dos gestores, compreendendo o papel da gestão frente ao fomento das políticas públicas.

A metodologia² da presente pesquisa caracteriza-se como um conjunto de técnicas que visam ofertar um instrumental capaz de atender os impasses teóricos e práticos. Os métodos, os experimentos, as histórias de vida, em todas as modalidades de abordagem, podem ser considerados expressões da metodologia,

¹ Com a intenção de contribuir com a apreensão dos elementos que nortearam essa pesquisa, encontra-se disponível no apêndice A um quadro metodológico que apresenta o problema de pesquisa, objetivos, questões norteadoras, assim como a metodologia utilizada na pesquisa.

² Entende-se por metodologia “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria”. (MINAYO, 1994, p.16).

buscando se adequar à realidade, a tal forma que o processo científico e seus resultados possam se tornar públicos, ser debatidos e também testados por outros investigadores. (MINAYO, 1994). Assim, para a realização dessa pesquisa, o referencial epistemológico o qual se apoiou foi o método dialético crítico, por possibilitar a interpretação da realidade e, ao mesmo tempo, buscar a sua interpretação em prol da transformação social.

Segundo menciona Prates (2005, p. 133),

Este método nos auxilia com instrumentos que possibilitam não só realizar a leitura crítica da realidade social, mas, e isto é fundamental, com subsídios para propor e intervir no real. Este método, associado a um conjunto teórico de fôlego, que se inspira no próprio movimento da realidade, histórico, contraditório, multicausal, aporta, além de categorias explicativas da realidade, elementos que nos permitem explicar a profissão como processo de trabalho, com seus condicionados e protagonistas.

O método dialético crítico contribui para a apreensão e reflexão do real, buscando nos fenômenos expressos na sociedade a realidade a partir de um referencial crítico, na busca de uma interpretação dialética do mundo. Dessa forma, o método dialético crítico apresenta três categorias centrais de análise: a totalidade, a historicidade e a contradição. A totalidade se expressa na integralidade, em que se torna possível ver o sujeito como uma unidade. De acordo com Kosik (1989, p. 42),

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.

A categoria historicidade reconhece o movimento, o seu processo e a sua provisoriedade, não apenas dos sujeitos e dos fenômenos, como também das estruturas. (PRATES, 2005). Segundo Kosik (1989, p. 218), “a história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes”.

A contradição expressa a ideia central do movimento, pois “ao negarmos um estado, uma etapa, uma necessidade, instigamos a reação oposta (a negação da negação), estimulamos a superação, porque a contradição é insuportável e tendemos a tentar superá-la”. (PRATES, 2013, p. 07). Logo, a utilização do método dialético crítico possibilitou uma compreensão crítica da realidade apresentada,

observando os fatos dentro da totalidade e compreendendo os elementos ocultos no universo pesquisado.

No que se refere ao tipo de pesquisa, para o desenvolvimento desse estudo foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema a ser explorado e conhecer a realidade a partir da visão dos sujeitos da pesquisa, tendo a experiência humana como é vivenciada, coletando e analisando os aspectos subjetivos que não podem ser mensurados. (MARTINELLI, 1994).

Para Martinelli (1994), a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações. O uso da pesquisa qualitativa possibilita respostas há aspectos da realidade que não podem ser quantificados, tendo em seu universo de análise significados, motivos, aspirações, opiniões, simbologias, crenças, valores e atitudes.

A pesquisa qualitativa possibilita ainda a utilização de elementos qualitativos para a apreensão da realidade social, que se expressa de forma complexa, englobando uma maior quantidade de informações que contribuem para qualificar a análise dos dados coletados e os resultados da pesquisa. Ademais, contempla o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares e intersetoriais. (MARTINELLI, 1994).

Por sua vez, a análise das informações encontradas nesse estudo foi realizada através da Análise de Conteúdo. Segundo Roque Moraes (1999, p.2), a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. “Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.

Como técnica de investigação,

A análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação (MORAES, 1999, p.2).

Com o intuito de problematizar elementos que reforçam estrutura de poder e ideologia presentes na retórica estatal sobre a Economia Solidária, essa pesquisa visou compreender, através da análise da relação entre o Estado e a Economia Solidária, as ações da SENAES junto ao PRONINC. A sistematização final dos dados consolidou-se a partir do exame, discussão e tomada de decisões acerca do processo de investigação com base nas informações coletadas, possibilitando sua problematização através das interpretações, assim como através da definição de diretrizes de ação. Após o término da pesquisa, ocorrerá a avaliação e a socialização do conhecimento através da divulgação de resultados. A divulgação será realizada através do envio de relatórios às instituições envolvidas, bem como por meio da publicação dos resultados em artigos científicos em periódicos e por apresentações em eventos relacionados ao tema da pesquisa. Assim, de acordo com os interesses institucionais, a pesquisadora se propõe ainda a realizar divulgações dos resultados obtidos nesse estudo.

A pesquisa estabeleceu-se a partir de três etapas, que não seguiram necessariamente uma ordem cronológica, uma vez que, ao surgir determinadas questões no decorrer da pesquisa, tornou-se necessário retomar as etapas anteriores, buscando aprofundamento teórico para a continuidade do trabalho. As distintas etapas constituem-se em diferentes formas de aproximação do objeto de estudo, possibilitando a obtenção das informações que se completam e contribuem para uma análise fidedigna a realidade.

A primeira etapa caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica, em que ocorreu o aprofundamento e a apreensão dos conceitos centrais e trabalhos publicados por distintos autores que referenciam o tema. Inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico através de uma pesquisa em banco de dados junto ao portal de periódicos da CAPES. O levantamento foi fundamental para a construção teórica da pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi delimitada a partir da busca por assunto, sendo encontrados 337 trabalhos sobre Economia Solidária. Em um segundo momento, foram realizadas buscas associando a categoria *Economia Solidária* a outras categorias centrais que norteiam esse trabalho, dentre elas encontram-se: *Ideologia*, *PRONINC*, *Incubadoras Sociais* e *Estado*. A partir da pesquisa foram selecionados quinze trabalhos que contribuíram para o subsídio da pesquisa. Com o levantamento bibliográfico tornou-se possível a construção do referencial teórico que

compõe a pesquisa, trazendo a apreensão de diversos autores que problematizam as categorias que constituem esse trabalho.

A segunda etapa consistiu-se na aplicação e análise de entrevistas³ realizadas junto a dois gestores das incubadoras sociais da região metropolitana de Porto Alegre, atuantes até o ano de 2016⁴. As entrevistas foram construídas a partir de questões semiestruturadas, que constitui como uma série de perguntas abertas e/ou fechadas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento. (LAVILLE; DIONNE, 1999). Assim, foi utilizado um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas. Nessa perspectiva, as perguntas abertas são “chamadas de livres ou não limitadas, permitem ao informante responder livremente, usando a própria linguagem e emitir opiniões”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 203).

A análise das informações foi realizada a partir da análise de conteúdo segundo Roque Moraes (1999), constituída em cinco etapas: preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação. Após a preparação das informações por meio da codificação, foi realizada a definição da unidade de análise, possibilitando o processo de categorização. O processo de categorização consiste em “uma operação de classificação dos elementos de uma mensagem seguindo determinados critérios” (MORAES, 1999, p.6).

Segundo Roque Moraes (ibid, p.6),

As categorias resultantes do primeiro esforço de classificação, geralmente mais numerosas, homogêneas e precisas, podem ser denominadas de categorias iniciais. As que provêm do reagrupamento progressivo, com uma homogeneidade mais fraca, em menor número e mais amplas, poderão ser denominadas de categorias intermediárias e finais.

Sendo assim, a partir da análise dos dados emergiram diversas categorias que se correlacionaram entre si, abrangendo elementos oriundos da realidade social investigada, detendo fundamental importância na apreensão do objeto de análise. Dentre as categorias empíricas (intermediárias), destacam-se: as Incubadoras

³ O roteiro contendo os tópicos que guiaram as entrevistas com os Gestores das Incubadoras Sociais encontra-se disponível no Apêndice B.

⁴ A fim de possibilitar ao leitor uma caracterização dos gestores e incubadoras sociais analisados, encontra-se disponível no apêndice E, um quadro contendo mais informações sobre o perfil dos referidos profissionais e incubadoras sociais.

Sociais, o Trabalho e a Extensão Universitária. As categorias finais foram categorias teóricas, estabelecidas a priori, sendo elas: Estado, Ideologia e Economia Solidária.

A terceira etapa da pesquisa deu-se a partir da análise documental. A análise documental constitui-se como uma técnica central para investigação, seja complementando informações obtidas em outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. A análise documental foi realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Os documentos selecionados para aplicação da técnica foram: o Decreto nº 7.357⁵, de 17 de novembro de 2010, e o relatório final de avaliação do PRONINC, publicado no ano de 2017⁶. A utilização do documento é fonte relevante de informação, podendo esclarecer conteúdos e dados que não são verbalizados pelos sujeitos participantes das pesquisas, assim como seu conteúdo pode elucidar questões e embasar outras, sempre de acordo com o interesse do pesquisador e com os objetivos da pesquisa. (HANDEM, 2008).

A pesquisa tem como relevância a contribuição científica, tendo como objetivo colaborar com a análise e com a construção de subsídios para discussão sobre a atuação estatal junto às políticas de Economia Solidária, visando permitir a construção conceitual sobre a temática e ressaltar a importância do desenvolvimento da pesquisa sobre o tema. A adesão de políticas sociais de fomento à Economia Solidária, através da iniciativa do poder estatal, é um acontecimento recente, observando o contexto histórico brasileiro. Mesmo com a ampliação dos postos de trabalho formais durante o governo Lula (2003-2010) e parte do governo Dilma (2011-2016)⁷, a informalidade ainda se demonstrava proeminente no mercado de trabalho. A partir do segundo mandato do governo Dilma, iniciou-se um processo de crise econômica, ocasionando uma elevação significativa nas taxas de desemprego. As restrições de acesso ao mercado de trabalho formal proporcionaram o

⁵ Os roteiros das análises documentais encontram-se inclusos nos apêndices C e D.

⁶ Os documentos escolhidos para a análise documental são de domínio público, sendo assim, não se fez necessário o termo de aceite para acesso.

⁷ O governo Lula e Dilma, ambos vinculados ao Partido dos Trabalhadores- PT, atuaram a frente do governo federal brasileiro durante quatorze anos consecutivos (2003-2016), detendo um caráter progressista, com uma conduta governamental que se aproximava das vertentes centro-esquerda. Durante os referidos governos, ocorreram elevados investimentos em políticas sociais, assim como, a diminuição dos índices de extrema pobreza e a ampliação nos índices de acesso a formação universitária. No ano de 2016, a presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato presidencial, foi julgada em um processo de impeachment, o qual ocasionou o impedimento da continuidade de seu mandato.

crescimento do mercado de trabalho informal, consolidando-se como meio de subsistência.

Por conseguinte, a construção de um referencial conceitual sobre o tema permite uma maior compreensão das ações estatais junto às políticas sociais voltadas a essa temática, tendo o intuito de possibilitar um posicionamento ciente dos benefícios e contradições das ações governamentais. Através de uma análise crítica sobre a Economia Solidária e das ações estatais que a compõem, é possível compreender, de maneira mais clara, os elementos que envolvem a dicotomia de posicionamentos sobre o tema, aproximando-se da realidade de forma propositiva.

Desta forma, desenvolveu-se esse estudo, visando responder ao questionamento principal acerca do tema: *Como o discurso da Economia Solidária é apropriado ideologicamente pelo Estado brasileiro a partir das ações do PRONINC e com que fins?* Tal verificação se fez necessária para que pudéssemos evidenciar de forma sistematizada os determinantes, tanto de ordem política, quanto de ordem ideológica, que definem e concretizam as ações do Estado dentro dessa política pública. Da mesma forma, buscou-se entender qual a sua relação com o contexto da sociedade brasileira para que se compreendam as especificidades dessa política pública no Brasil e sua relação com o Estado no enfrentamento e na garantia do direito social ao trabalho.

A escolha do tema da presente pesquisa deu-se em decorrência da aproximação da autora com o assunto proposto, oriundo de diversas experiências durante o período de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria. Durante o referido período, tornou-se possível a participação de distintas vivências associadas a Economia Solidária, através da adesão a projetos de pesquisa e extensão, visitas técnicas e estágios de vivências a incubadoras alocadas em diferentes universidades, além de participações e organização de eventos e oficinas voltados à temática.

Tais experiências contribuíram de forma significativa para a compreensão sobre o tema a partir de um referencial teórico e empírico. Contudo, se faz necessário salientar três dessas ações, devido ao fato destas deterem influência de forma direta na escolha do objeto de pesquisa. A primeira dessas ações consiste na participação junto à equipe técnica da Incubadora Social da UFSM, a qual possibilitou uma aproximação bastante profícua sobre o funcionamento da gestão e

sobre as ações da incubadora com relação aos empreendimentos solidários. A segunda experiência ocorreu durante o intercâmbio acadêmico, no ano de 2015, na Universidad Nacional de Cuyo em Mendoza/AR, onde foi possível realizar uma vivência junto as experiências de Economia Solidária do território argentino, assim como participar de disciplinas sobre o tema na referida universidade. A partir desse experimento, tornou-se possível observar as distinções ideológicas e sociopolíticas da Economia Solidária nos diferentes territórios em que se encontra, além de compreender a relevância da formação continuada com base na educação popular aos empreendimentos solidários. Por fim, cabe ressaltar a participação no projeto de pesquisa denominado *Incubadoras Universitárias: uma das possibilidades de enfrentamento à extrema pobreza no Brasil?* Tal experiência possibilitou um contato direto com o PRONINC e com as construções teóricas existentes sobre ele, contribuindo de forma significativa na escolha do referido programa para análise dessa pesquisa.

A partir das experiências relatadas, deu-se a escolha do tema, assim como a elaboração de um referencial teórico que deu base a esse trabalho. A construção da pesquisa organiza-se a partir de cinco capítulos, abrangendo inicialmente um referencial teórico, que possibilite ao leitor se aproximar das categorias centrais (Estado, Ideologia e Economia Solidária) que se encontram subdivididas nos primeiros capítulos propiciando um diálogo com diferentes autores, a fim de compreender as distintas concepções sobre os temas.

O primeiro capítulo inicia com uma análise conceitual sobre a concepção de ideologia, apresentando autores advindos majoritariamente de uma vertente crítica que idealizaram diferentes acepções do conceito de ideologia, com a finalidade de possibilitar ao leitor a amplitude do tema e as distinções conceituais conforme cada autor. Dentre os autores selecionados, encontra-se uma análise das concepções de ideologia de Karl Marx, Lenin, György Lukács, Antonio Gramsci e Louis Althusser.

O segundo capítulo propõe um diálogo sobre as diferentes conceituações e inter-relações entre as categorias Estado e Sociedade Civil, a partir das acepções marxiana e gramsciana, com o objetivo de possibilitar uma aproximação das diferentes concepções. Posteriormente, o capítulo apresenta um interlocução sobre o papel do Estado a partir da compreensão keynesiana *versus* neoliberalista no Estado Contemporâneo, contextualizando a ação interventiva do Estado a partir das

distintas perspectivas. Cabe ressaltar que a referida pesquisa tem como base a concepção de Estado e Ideologia a partir das acepções de Antonio Gramsci, compreendendo o Estado de modo ampliado e legitimando a premissa de que a universidade, enquanto instituição de formação educacional e ideológica, tem papel central na transformação social e cultural para superação do sistema vigente.

O terceiro capítulo apresenta uma contextualização sócio-histórica da categoria trabalho, de maneira a compreender a dimensão ontológica que a permeia, trazendo como premissa central a acepção marxiana. Em um segundo momento, o capítulo apresenta uma breve análise das contradições nas relações laborais na atualidade, possibilitando um diálogo sobre o mundo do trabalho contemporâneo, detendo como ponto de partida a reestruturação produtiva e as diferentes alterações no cenário laboral que a decorrem. Ainda nesse item, visa-se possibilitar uma breve percepção do panorama do mundo do trabalho no Brasil nos últimos anos, trazendo alguns dados quantitativos que possibilitem uma sucinta compreensão da realidade nacional atual. Por fim, o capítulo apresenta uma interlocução sobre a Economia Solidária e sua concepção, caracterização e adesão do território brasileiro, assim como as incubadoras sociais, possibilitando um diálogo sobre o tema.

O quarto capítulo apresenta uma explanação sobre as políticas sociais vinculadas a Economia Solidária no Brasil, a partir de uma abrangência nacional, tendo como marco inicial a implementação da SENAIS. Por fim, consolida-se uma interlocução sobre o PRONINC, sua implementação, objetivos e diretrizes.

O quinto capítulo apresenta os resultados obtidos através da análise dos dados, contextualizando a Economia Solidária e as diferentes vertentes ideológicas que a permeiam, além da atuação das incubadoras sociais junto à extensão universitária. Posteriormente, se propõe uma análise da inter-relação entre o Estado e a Economia Solidária através do PRONINC, dialogando sobre os elementos e contradições inclusos nessa relação. Em seguida, apresentam-se as considerações finais e as referências que deram suporte para a fundamentação teórica das discussões realizadas. Por fim, encontram-se disponíveis os anexos e apêndices referentes aos instrumentos de coleta de dados, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovação e pareceres das instâncias de análise ética entre outras informações adicionais.

Dada a oportunidade do desenvolvimento dessa pesquisa, cabe ressaltar, por fim, que sua efetivação contribuirá com subsídios para a análise do PRONINC e demais políticas de Economia Solidária, assim como com a elaboração de um debate profícuo e necessário da Economia Solidária enquanto categoria analítica.

1. IDEOLOGIA

A ideologia enquanto categoria analítica apresenta uma ampla e polissêmica concepção. Suas acepções são influenciadas pelo contexto sócio-histórico em que são formuladas, apresentando semelhanças e discrepâncias conforme os diferentes autores que a concebem. Este capítulo visa possibilitar uma análise conceitual sobre a concepção de ideologia, a partir dos distintos autores que a idealizam, a fim de permitir uma aproximação sobre o tema.

1.1 Concepções de ideologia

A categoria ideologia caracteriza-se por sua amplitude e polissemia, abrangendo diversos conceitos e linhas de pensamento sociopolítico, que variam conforme o autor e a vertente teórica a qual o norteia. O conceito de ideologia é complexo e multifacetado, tornando-se inexistente uma unicidade no pensamento crítico quanto a sua acepção. Segundo Lőwy (2010, p. 10),

Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos.

O termo “logia”, derivado do latim, significa ciência ou estudo de algum fenômeno. Originalmente a palavra ideologia era definida como o estudo científico das ideias humanas. Entretanto, a palavra ideologia passou a significar o próprio fenômeno em si, sendo empregada como referência ao sistema de ideias, não ao estudo sobre ele. (EAGLETON, 1997, p. 65).

A utilização do termo ideologia deu-se inicialmente em 1801, pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, no livro *Elementos de Ideologia*. O autor pretendia criar uma ciência da gênese das ideias, concebendo-as como fenômenos naturais que descrevem a relação do corpo humano com o meio ambiente, com o intuito de designar uma ciência das ideias situada no interior da zoologia. A proposta da ideologia como ciência das ideias estava vinculada ao ideal iluminista de um mundo totalmente racional e livre. Os ideólogos franceses, intelectuais entre os quais estava Destutt de Tracy, pertenciam ao partido liberal e aspiravam ao progresso das

ciências experimentais, baseadas exclusivamente na observação, na análise e na síntese dos dados observados, com anseio que pudessem levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral. (CHAUÍ, 2001a).

De acordo com Chauí (2001a), o termo ideologia ganha um novo sentido, napoleônico, relacionado à especulação metafísica. Nesse significado napoleônico do termo, o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Os ideólogos eram partidários de Napoleão, apoiavam ideais da Revolução Francesa e ocupavam cargos no Tribunado e no Senado durante o consulado de Napoleão. Entretanto, se decepcionaram vendo em Bonaparte o restaurador do antigo regime, e passaram para o partido da oposição. Os ideólogos eram chamados por Napoleão de especuladores metafísicos.

A palavra Ideologia foi usada pela primeira vez no sentido político mais amplo por Karl Marx. Marx utiliza-se do termo a partir de 1846, em seu livro chamado *A Ideologia Alemã*, utilizando-o em seu sentido napoleônico, considerando ideólogos “metafísicos especuladores”, que ignoram a realidade (MARX, 1993). Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Posteriormente, Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real. Ele as enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc. (LÖWY, 2010).

Segundo Löwy (2010, p.12), Marx utiliza-se do termo ideologia como um conceito pejorativo, “um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade”. O conceito de ideologia para Marx ganha uma dimensão vinculada com base na luta de classes e na possibilidade de transformação social. Embora tenha sido na obra *A Ideologia Alemã* que a formulação sobre a ideologia apareceu melhor descrita, a reflexão de Marx sobre a ideologia se desenvolveu a partir de sua obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844). Nessa obra, Marx criticou a análise de Hegel sobre a relação entre Estado e sociedade civil.

Desde o primeiro momento, Marx associa a ideia que vincula a ideologia à alienação. Segundo Eagleton (1997), o tipo de ideologia idealista censurado em *A*

ideologia alemã é criticado por Marx e Engels em função da sua impraticabilidade e distanciamento do mundo real. Para Marx, a possibilidade dessa ilusão surgiu com a divisão social do trabalho, através da qual os seres conscientes promoveram a dilaceração do tecido social que os unia. Os seres humanos não se reconhecem coletivamente, de maneira imediata, no que fazem, e é a partir desse estranhamento que o Estado se estrutura como figura independente e assume o caráter de uma comunidade ilusória. (BALDI, 2013).

O conceito de ideologia continua sendo trabalhado e redefinido pelos autores marxistas posteriores a Marx. Na obra de Lenin, a concepção de ideologia é tida como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Para Lenin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. (LÖWY, 2010). A ideologia para Lenin não se limita apenas ao sentido crítico, pejorativo, descrito na obra de Marx, passando a designar qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe: “Assim, a palavra vai mudando de sentido, não só quando passa de uma corrente intelectual para outras, mas também no seio de uma mesma corrente de ideias: o marxismo”. (Ibid., p.12).

Após a Revolução Russa, o pensador húngaro George Lukács (1981) amplia o conceito de ideologia, desprendendo-o de um ideal exclusivamente político. A compreensão de ideologia, descrita por Georg Lukács em *Para a Ontologia do Ser Social*, distinguiu-se da aceção de ideologia descrito por Marx, ampliando o sentido do conceito marxista e diferenciando a concepção de ideologia de uma falsa consciência.

A definição de uma falsa consciência não determina que um pensamento se caracterize como uma ideologia. Segundo Lukács (1981, p. 448), “a correção ou a falsidade não bastam para fazer de uma opinião uma ideologia. Nem uma opinião individual correta ou errônea são em si e por si uma ideologia: podem, somente, vir a sê-lo”. Essa identificação só é possível através da análise da função que esse pensamento desempenha na vida cotidiana. Ainda segundo Lukács (1981, p.461), “são muitas as formulações da falsa consciência que nunca se tornaram ideologia”.

Para Lukács, o homem é um ser ativo, capaz de agir sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e também de agir sobre os outros homens no sentido de conduzi-los a atingir determinada finalidade. A atividade humana se desenvolve

mediada por inúmeras posições teleológicas que implicam a relação do homem com a natureza e do homem com os outros homens (COSTA, 2006). No que se refere à vida social, Lukács compreende que a vida social não se constitui como continuidade da vida natural, mas é decorrente das posições teológicas dos homens: “Todos os momentos da vida sócio humana, quando não têm um caráter biológico (respirar) são resultados causais de posições teleológicas e não simples elos de cadeias causais”. (LUKÁCS, 1981, p. 351).

A concepção de ideologia lukacsiana tem como ponto central a ideia do homem como ser social, já que onde quer que se consolide o ser social, há problemas a resolver e respostas que visam à solução; é precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações. Na medida em que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, a ideologia volta-se à resolução dos problemas, ou seja, a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis. (VAISMAN, 2010).

Lukács não restringe o conceito de ideologia apenas como instrumento de luta de classes ou como um atributo específico desta ou daquela expressão humana. Um pensamento só se torna ideologia quando vem desempenhar uma precisa função social. Ou seja, “ser ideologia não é uma qualidade social fixa deste ou daquele produto espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica é uma função social, não uma espécie de ser”. (LUKÁCS, 1978, p. 544). Para Lukács, a ciência, mesmo construindo hipóteses que por vezes se tornam mutáveis, não se caracteriza como ideologia, apenas quando esta está voltada à resolução de conflitos sociais, transcendendo o anseio de descobrir o objetivo do conhecimento possível.

A astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem isso enquanto tais, nem o repúdio ou o acolhimento delas constituem em si ideologia. Somente quando, com Galileu e Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição devieram instrumentos de luta dos conflitos sociais, elas – em tal contexto – operaram como ideologias. (LUKÁCS, 1981, p.448-449).

O filósofo italiano Antonio Gramsci traz em suas obras uma concepção distinta sobre a ideologia. Para ele a ideologia está presente em todas as atividades

humanas, transcendendo o campo da produção de ideias, sendo apreendida na prática cotidiana e científica. Gramsci traz como premissa a concepção de "ideologias orgânicas", definindo-as como as ideologias vinculadas a uma das classes fundamentais da sociedade, no caso do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Ao descrever sobre a ideologia dominante e das classes subalternas, Gramsci estabeleceu diversos níveis da ideologia, engendrados pelas contradições inerentes à sociedade de classes sociais antagônicas. (BUONICORE, 1991).

A ideologia difundida nas camadas sociais dirigentes é evidentemente mais elaborada que os seus fragmentos encontrados na cultura popular (...) na cúpula, a concepção de mundo mais elaborada, a filosofia, ao nível mais baixo, o folclore. Há entre esses dois níveis extremos, o senso comum. (PORTELLI, 1977, p.26).

Em sua obra denominada *Cadernos do Cárcere*, Gramsci afirma que "é preciso distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalizadas, desejadas". (GRAMSCI, 1977, p. 868). As ideologias "arbitrárias", ao serem submetidas à crítica, desqualificam-se. A partir das ideologias "historicamente orgânicas", realizam-se os avanços científicos e as conquistas da "objetividade", como representação "daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo". (GRAMSCI, 1977, p. 1.456).

Gramsci defende a filosofia como um nível superior da ideologia, como a principal força coesiva, que pode modelar e dirigir os demais níveis, em especial o senso comum. Entretanto, para cumprir tal função, deve, necessariamente, manter-se ligada às massas populares, como uma direção política e ideológica.

O senso comum para Gramsci pode ser visto no "folclore da filosofia", abrangendo diversas ideologias tradicionais e da ideologia da classe dominante. (BUONICORE, 1991).

A ideologia não é inerente ao sujeito, mas fruto de todo um processo social (...). Cada camada social possui seu próprio senso comum (...) seu traço fundamental mais característico é o de constituir (mesmo em nível de cada cérebro) uma concepção fragmentária, incoerente, inconsequente, conforme a situação social e cultural da multidão para a qual esse traço também é a filosofia. (PORTELLI, 1977, p. 27).

O instrumento de reprodução de ideologias utilizado pela ideologia dominante é denominado pelo autor de "estrutura ideológica", que consiste em uma organização material destinada a manter, defender e desenvolver uma frente teórica. Dentre essa estrutura, encontram-se diversas instituições, como a Igreja, a Escola e a Imprensa. Essas instituições tendem a influir, direta ou indiretamente, sobre a opinião pública através de materiais ideológicos. Gramsci (1977) afirma que no momento da crise todos os aparelhos ideológicos sofrem alterações.

Um elemento importante da concepção de Gramsci é a relação entre a ciência e as visões de mundo. A ciência, para ele, é em certa medida uma ideologia e também uma superestrutura porque resulta do processo histórico de desenvolvimento das classes e lutas sociais. (LÖWY, 2010).

A fim de tornar explícitas as condições de exploração e superá-las, Gramsci busca uma unidade entre a teoria e a prática, associando a política e a filosofia. Através dessa busca, Gramsci estabelece o que ele denomina de filosofia de práxis, que deve partir das experiências concretas das massas, depurando-as das influências burguesas e elevando-as a uma visão crítica de mundo. A filosofia da práxis "não tende a manter as pessoas simples em sua filosofia primitiva, o senso comum, mas tende a conduzi-las a uma concepção superior de vida. Ela afirma a exigência da relação entre os intelectuais e as pessoas simples". (GRAMSCI, 2010. p.80).

Caberia aos revolucionários e intelectuais orgânicos agir, através da superação das "ideologias parciais e falaciosas", através de um processo no qual deveriam se apoiar nas ciências e na filosofia, buscando o máximo de "objetividade" no conhecimento, e encaminhando, então, na ação, a realização prática efetiva da "unificação cultural do gênero humano". (BUONICORE, 1991).

Por fim, cabe apresentar a concepção de ideologia segundo o filósofo Louis Althusser. De acordo com Althusser (1970, p. 85), a ideologia não reflete o mundo real, mas representa "a relação imaginária entre os indivíduos e as condições reais existentes". Nós nos encontramos emergidos na ideologia, já que dependermos da linguagem para estabelecer nossa realidade; as distintas ideologias podem ser consideradas diferentes representações da realidade social e imaginária, não uma representação do real em si.

Não são as suas condições reais de existência, seu mundo real, que os 'homens' se representam' na ideologia. O que é nela representado é, antes

de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica. (KONDER, 2002, p.121).

Althusser parte da premissa de que a ideologia hegemônica se consolida através de aparelhos ideológicos que se subdividem em dois tipos: os “aparelhos repressivos” e os “aparelhos ideológicos”. Os “aparelhos repressivos” compreendem o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc. Nesses aparelhos predomina a repressão, sendo a ação ideológica secundária. Por sua vez, nos “aparelhos ideológicos”, que englobam as igrejas, escolas, partidos, empresas, famílias, jornais etc., a ideologia predomina e a repressão é secundária. Althusser (1970, p. 84) afirma que “uma ideologia sempre existe em um aparelho, em sua prática ou de práticas”.

Os aparelhos ideológicos do Estado, que constituem a base material essencial da ideologia, desempenham uma função decisiva no processo de reprodução das condições de produção. Essa reprodução resulta dos esforços e iniciativas da classe dominante, empenhada em preservar seus privilégios, em manter seu poder e em continuar explorando o trabalho da classe dominada. Contudo, "as ideologias não 'nascem' dos aparelhos ideológicos, mas das classes sociais em luta; de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta etc.". (KONDER, 2002, p.123).

Segundo Althusser (1970, p. 94), o propósito principal da ideologia é “constituir indivíduos independentes como sujeitos dependentes”. Os indivíduos são sempre sujeitos. Um indivíduo é sempre um sujeito mesmo antes dele nascer.

Temos a certeza de antemão que a criança receberá o nome do pai, e por tanto, ela irá possuir uma identidade e será insubstituível. Antes de nascer a criança já se encontra como um sujeito, classificada como sujeito pela configuração ideológica familiar específica na qual ela é esperada. (Ibid., p.103).

A condição de sujeito, segundo o autor, resulta de um processo ideológico que dificulta aos indivíduos concretos reconhecer plenamente a força da materialidade da relação deles com o real. “Toda ideologia tem por função (é o que a define) 'constituir' indivíduos concretos em sujeitos. E nesse jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia”. (KONDER, 2002. p. 87).

A partir da reprodução das condições de produção, a ideologia mantém em funcionamento um mecanismo pelo qual os indivíduos se reconhecem uns aos outros como sujeitos, mas, ao mesmo tempo, como esse reconhecimento se verifica num quadro de aguda desigualdade, a condição de "sujeito" do indivíduo submetido se torna um elemento de aceitação da sua submissão as "ordens" que lhe são dadas. (KONDER, 2002, p.121). A existência dos sujeitos parece evidente, mas essa evidência é, exatamente, um efeito da ideologia.

2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

As categorias Estado e Sociedade Civil apresentam uma ampla gama de concepções, que dialogam entre si, aproximando-se ou contrapondo-se a partir da definição de quem as planeia. Este capítulo propõe uma interlocução sobre as diferentes conceituações e inter-relações entre Estado e Sociedade Civil, a partir da acepção marxiana e gramsciana. Em um segundo momento, apresenta-se uma explanação sobre o papel do Estado contemporâneo, partindo da compreensão keynesiana e neoliberalista e contextualizando ação interventiva do Estado segundo essas distintas definições.

2.1 As diferentes concepções de Estado e Sociedade Civil: de Marx a Gramsci

O termo Estado surge na renascença derivado do Latim *Status* (modo de estar, situação ou condição). Sua concepção é ampla e polissêmica, divergindo e convergindo, conforme o contexto histórico, social e político dos autores que a concebem. Por ser um processo histórico que contempla passado, presente e futuro, além da coexistência de antigos e novos fatores e determinações, a relação exercitada pelo Estado tem caráter dialético no sentido de que propicia um incessante jogo de oposições e influências recíprocas entre sujeitos com interesses e objetivos opostos.

O Estado não existe em abstrato (desraizado da realidade e da história) e nem em sentido absoluto (assumindo sempre e em todo lugar uma única forma). Quando se fala de Estado é preciso especificá-lo, isto é, qualificá-lo, porque, como fato histórico, ele existe sob diferentes modalidades e configurações. (PEREIRA, 2008). A fim de possibilitar ao leitor uma compreensão sócio-histórica do conceito de Estado e sociedade civil, segue a seguir uma sucinta descrição da concepção a partir do Estado moderno, conforme a interpretação de diferentes autores que problematizaram o termo.

2.1.1 A relação entre a Sociedade Civil e o Estado para Marx

A relação dialética realizada pelo Estado comporta simultaneamente antagonismos e reciprocidades e, por isso, permite que forças desiguais e

contraditórias se confrontem e interajam de tal forma que uma deixa sua marca na outra e ambas contribuem para um resultado final. (NOGUEIRA, 2001).

Dentre esse contexto, o filósofo alemão Karl Heinrich Marx (1818-1883) parte da premissa de que o Estado não se constitui enquanto uma instituição neutra, tampouco visa à preservação do bem comum ou busca atender os interesses da população em geral. A população não é um todo homogêneo e sim constituída a partir de uma divisão de classes. Essa divisão se dá por meio da apropriação dos meios de produção por um determinado grupo social minoritário, que condiciona um processo de exploração através da venda da força de trabalho aos que se encontram destituídos dos meios de produção. Dessa forma, a propriedade privada traça as fronteiras entre as classes sociais, dividindo a sociedade em dois grupos concisos: “A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos [...]: burguesia e proletariado”. (MARX, ENGELS 1998, p.67).

O Estado se consolida como um instrumento da classe dirigente (detentora dos meios de produção), que utiliza dos seus poderes para resguardar a propriedade privada e a preservação de seus interesses. Para Marx, o poder político do Estado representativo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa. O Estado burguês atua na regulação das relações fundamentais da sociedade civil (sociedade burguesa), que são as relações de produção. Sendo assim, o Estado é sempre uma instância em desfavor dos trabalhadores, atuando como regulador da exploração do trabalho pelo capital.

O Estado originou-se a partir da necessidade de um grupo manter seu domínio econômico a partir de um domínio político sobre outros grupos. A estrutura de classe da sociedade determina a estrutura do Estado e condiciona suas ações conforme a legitimação da burguesia. O Estado, para Marx, atua a favor das classes dominantes desde seus primórdios, nas sociedades escravistas da antiguidade. Ele surge com a função de proteger os interesses privados e controlar as revoltas dos escravos.

Segundo Marx e Engels (1993, p. 96), “toda classe que aspira à dominação [...], deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como

interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento". Marx define a sociedade civil enquanto sociedade burguesa, a estrutura econômica que reproduz da vida material: "a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos (...). Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase". (MARX; ENGELS, 1993, p. 53). O Estado é um produto da sociedade civil, que expressa suas contradições e as perpetua: "O Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante". (MARX; ENGELS, 1975, v. 1, p. 111).

Ao contrário da teoria Hegeliana, Marx critica o Estado, ressaltando seu caráter alienante. Seu conceito de sociedade civil "designa o modo de divisão e organização do trabalho em condições de predomínio do capital". (ACANDA, 2006, p.137). Em contraposição ao pensamento de Hegel, para Marx e Engels, não são as relações de produção que consolidam o Estado, mas o Estado que emerge das relações de produção: "não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo". (CARNOY, 1988, p.65).

A burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.36).

O Estado utiliza de seus instrumentos de regulação (sistema jurídico e aparato militar e policial) a fim de produzir uma coesão social, no intuito de manter a ordem estabelecida e desempenhando uma função de caráter repressivo capaz de manter o status quo.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado. (MARX, 2008, p.400).

Com o objetivo de legitimar uma sociedade mais igualitária e destituída de classes sociais, Marx defendia um processo de revolução societária, através da conscientização e unificação da classe operária, buscando a ruptura das relações

com o Estado e com a sociedade civil. Os interesses do proletariado surgiriam dessa ruptura, consolidando a tomada do poder político: "O primeiro passo na revolução operária é a passagem do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia pela luta". (MARX; ENGELS, 1998, p. 29). Após revolução social, ultrapassada a fase da ditadura do proletariado, o Estado gradativamente iria desaparecer, visto que numa sociedade sem classes ele não teria mais a função repressiva. (SCHILLING, 2016). Essa transição se daria inicialmente na implementação de um governo socialista, em que o Estado deteria a propriedade dos meios de produção e, posteriormente, a transformação em um governo comunista, em que ocorreria a destituição do Estado.

2.1.2 O Estado Ampliado de Gramsci

O filósofo italiano Antônio Gramsci, a partir da percepção de uma nova realidade burguesa, amplia os conceitos de Estado e Sociedade Civil de Marx, de maneira a apreender novas determinações. Gramsci observa que a burguesia se metamorfoseia, adotando mecanismos de dominação mais sofisticados e buscando novas estratégias políticas, ideológicas e culturais de coerção.

Buscando problematizar esse fato, Gramsci amplia o conceito de Estado (Estado Ampliado), distinguindo-se da concepção de Estado de Marx. Para Gramsci (1977), Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados.

Dentre a nova realidade apreendida por Gramsci, o Estado Ampliado preserva a função de coerção através da sociedade política e atua por meio da construção de um consenso incorporando a sociedade civil na sua esfera. Para Gramsci, sociedade civil está situada em um dos dois eixos superestruturais,

Isto é, naquele constituído por um conjunto de organismos e instituições de caráter privado que corresponde à função de hegemonia. No outro eixo está a sociedade política, identificada com o Estado, a qual corresponde à função de puro domínio ou coerção. (PEREIRA, 2008, p.158).

A sociedade civil é a esfera das mediações de dominação que se utiliza do convencimento, através de um pensamento hegemônico, reproduzido pelos

aparelhos privados de hegemonia, representando os interesses particulares das classes que o compõem. Gramsci compreende a Sociedade civil como

o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico. (COUTINHO, 1996,p. 54).

Segundo Gramsci, através da conquista progressiva de uma unidade “político-ideológica” e de uma direção de classe do consenso dos grupos sociais aliados, tornar-se-ia possível a superação dos limites corporativos. Dessa maneira, a estratégia da revolução gramsciana implica que antes que ocorra um processo de conscientização da classe operária, detendo o consenso da maioria dos membros da sociedade, com o intuito de desenvolver uma nova hegemonia, alternativa a hegemonia imposta pelos aparelhos privados de hegemonia.

Gramsci valoriza o saber popular, defendendo a socialização do conhecimento e recriando a função dos intelectuais ao conectá-los às lutas das classes subalternas. Daí a importância que Gramsci atribui ao trabalho ideológico dos intelectuais orgânicos na construção ou manutenção de uma contra-hegemonia. Gramsci contrapõe-se a figura dos intelectuais deslocados das classes subalternas, defendendo intimamente a presença de intelectuais entrelaçados nas relações sociais, pertencentes a uma classe e vinculados a um determinado modo de produção.

Esses intelectuais, denominados por Gramsci como intelectuais orgânicos, fazem parte de um organismo, estando conectados ao mundo do trabalho e às organizações políticas e se interligando a um projeto global de sociedade que contraponha a lógica de dominação vigente. São orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, vinculam-se ao modo de produção, elaborando uma concepção ético-política e contribuindo para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (GRAMSCI,1977).

Segundo Gramsci (1977), o processo de elevação de consciência da classe trabalhadora, auxiliado pela ação dos intelectuais orgânicos e movimentos políticos, se dará através do rompimento com o pensamento hegemônico, denominado por Gramsci como “catarse”, através da passagem de um momento meramente

econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens.

2.2 Estado contemporâneo e a relação entre keynesianismo *versus* neoliberalismo

O Estado contemporâneo apresenta diversos elementos do passado que coexistem e dialogam com os elementos incorporados, alterando-se ciclicamente conforme os interesses econômicos e sociopolíticos. Em decorrência desse fato, não é possível compreender o Estado como um fenômeno isolado, fechado ou circunscrito em si mesmo, mas em constante relação, apresentando-se como um meio que interage com outros meios a fim de atingir objetivos que os ultrapassam. Por isso, ele não é autossuficiente ou autônomo; sua dinâmica decorre de forças e pressões que lhes são externas e internas, pondo em confronto interesses contrários. (PEREIRA, 2008).

De maneira a compreender as relações entre as distintas concepções do Estado contemporâneo, ressalta-se neste item a contraposição entre o Estado a partir das percepções keynesiana e neoliberal, buscando elucidar ao leitor os elementos centrais que norteiam as diferentes acepções, possibilitando uma apreensão profícua. Antes de adentrarmos na teoria keynesiana, faz-se necessário elucidar a concepção de Estado vigente até o referido momento, orinda do liberalismo, a fim de compreender o contexto que envolve o processo de inserção das ideias de Keynes e sua adesão.

O liberalismo é uma doutrina surgida no século XVIII que tem como seu principal representante o escocês Adam Smith (1723 -1790). Segundo Smith, o capitalismo contém mecanismos de autorregulação das condições socioeconômicas de uma sociedade. Dessa forma, o papel do Estado deve limitar-se a viabilizar a efetivação do cumprimento dos contratos e garantir a segurança da propriedade privada. O liberalismo caracteriza-se pela defesa de dois elementos centrais que garante a ele uma unidade dentre os diversos autores que o integram: “O primeiro é constituir uma corrente de pensamento organizada em torno dos interesses de classe da burguesia, em segundo lugar, consiste numa tradição centrada no conceito de liberdade”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.21).

O liberalismo preponderou até meados do início do século XX como a concepção de Estado imperante, adotando a premissa do livre mercado como elemento central para o desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, um crescente processo de crise econômica Pós-Primeira Guerra Mundial levou o capitalismo a viver uma grande depressão econômica e social, alcançando seu ápice durante a crise de 1929, com a quebra da bolsa de valores de New York. Dentre esse contexto, a teoria liberal passa ser amplamente questionada, assim como a legitimação dos supostos mecanismos autorreguladores do capitalismo, que não se consolidavam como suficientes para manutenção da economia. O economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) opõe-se a ortodoxia liberal, defendendo que a saída da crise socioeconômica dar-se-ia por meio da intervenção estatal.

Em contraposição ao conceito do livre mercado de Adam Smith, Keynes defende que a regulação estatal do mercado se dará pela intervenção do Estado na economia, buscando desencorajar o capitalista a poupar e incentivando o mesmo a investir na atividade produtiva, gerando mais empregos e maior renda a fim de impulsionar o consumo. Keynes não apresenta uma teoria sobre o Estado; entretanto, indica uma proposta na qual o Estado tem o papel de contribuir “para salvar o capitalismo de suas deficiências naturais. Ele concebe o Estado como um instrumento a serviço da economia, do equilíbrio econômico entre oferta e demanda, da superação da crise”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.21).

De forma a combater os efeitos da grande depressão econômica e recuperar a prosperidade dos Estados Unidos, o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt adotou entre os anos 1933-1940 um novo plano de governo, inspirado na teoria keynesiana. Esse plano recebeu o nome de New Deal (Nova Política) e previa intervenções estatais defendidas de forma inovadora e antiliberal (embora capitalista) por Keynes. Segundo Pereira (2008, p.45), o novo plano de governo pôs em prática medidas como:

Intervenção do Estado na economia, por meio de programas emergenciais de obras públicas, com vistas a atingir o pleno emprego; controle do sistema financeiro, liberando a política monetária das restrições do padrão-ouro e desvalorizando o dólar para aumentar a exportação, regulamentação do incremento à produção industrial, controle da bolsa de valores e da subscrição das sociedades anônimas, criação de um sistema de Seguridade Social que abarcava aposentadoria para os trabalhadores, seguro desemprego e a transferência de renda a famílias pobres com filhos dependentes; criação de um salário mínimo nacional; decretação da liberdade sindical e da convenção coletiva do trabalho, programas de apoio

à obtenção da casa própria, controle dos preços e da produção na agricultura, dentre outras.

O New Deal contribuiu para promover produção e consumo massivos, gerando por meio da intervenção do Estado o aumento da demanda de empregos, serviços estatais e direitos sociais e trabalhistas. Como consequência do sucesso da intervenção estatal nos Estados Unidos, diversos países inspiraram-se na experiência norte-americana e adotaram medidas semelhantes, a fim de intensificar o desenvolvimento socioeconômico e superar a crise.

Faz-se necessário ressaltar que no início do século XX os ideais anarcossindicalistas, legitimados pelo Exército Zapatistas na Revolução Mexicana (1910-1920), ganharam visibilidade no território norte-americano, bem como o debate sobre o comunismo, influenciado pelo sucesso da Revolução Russa de 1917. Tais ideais colocaram em questionamento a imagem de soberania do capitalismo, principalmente em um período de forte crise econômica e social. A adesão da teoria keynesiana possibilitou uma nova percepção do capitalismo, contribuindo para a recuperação de crise econômica e “repaginando” momentaneamente sua imagem ao grande público.

No território brasileiro, observou-se um “esboço” do Estado de Bem-Estar Social, inspirado na experiência americana, a partir da década de 30 do século XX, entretanto, suas ações detinha um forte caráter regulador, principalmente em aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados no meio urbano da sociedade. Ainda que o Brasil tenha sofrido influência das experiências do modelo *Welfare State* dos Estados Unidos e da Europa, este nunca chegou a se estruturar no território brasileiro de forma semelhante aos dos países de Primeiro Mundo. As políticas intervencionistas não foram criadas no Brasil a partir de demandas oriundas de movimentos populares, mas a partir de uma lógica aristocrática e corporativista, viabilizando direitos de forma segmentada e sobre forte controle do Estado e da elite local.

A intervenção estatal na economia nacional teve início na Era Vargas (1930-1945) e chegou ao auge durante o período da ditadura militar (1964-1985). Durante a Era Vargas, observou-se uma política das novas elites dominantes voltada para criar uma cidadania limitada. Ocorreu ainda a legitimação das organizações sindicais com o intuito de condicioná-las em situação de dependência legal e financeira do

Estado. Diferentemente da experiência europeia, a cidadania regulada foi o meio de incorporação à comunidade política de um modelo meritocrático-individual de solidariedade social, associada ao corporativismo do mercado.

Durante o período da ditadura militar o modelo não foi aplicado como investimento produtivo para sociedade, mas detendo um forte caráter assistencialista. Preservaram-se traços meritocráticos e um viés corporativo e clientelista na concessão de direitos, associando a cidadania regulada com a expansão dos serviços sociais. Os serviços sociais expandiram-se de maneira limitada para incidir sobre a desigualdade. O caráter de fomento a educação técnica é um exemplo dessa regulação estatal, que incentivava a formação tecnicista com intuito de suprir a pressão popular por vagas nas universidades e reproduzir a ordem social, sem deslegitimar os interesses da elite local.

A partir dos anos 60, com a crise dos países centrais, ocasionada pela acumulação intensiva e por uma regulação monopolista, o keynesianismo também passa a ser questionado, impugnando sua legitimação ao associá-lo aos altos índices de inflação e instabilidade econômica, dentre outros fatores. Neste contexto de crise mundial, surge um movimento de contraposição, inspirado nos conceitos dos economistas clássicos, a fim de defender o livre comércio e opor-se a ampla intervenção estatal. Tal movimento é denominado de Neoliberalismo.

Entre os principais representantes do neoliberalismo, encontra-se o economista austríaco Friedrich August Von Hayek (1899-1992) propondo o retorno da soberania do livre mercado em contraposição ao amplo intervencionismo estatal. Hayek opõe-se firmemente ao Estado de bem-estar social (*Welfare State*), assim como aos estados totalitários. Para ele, as intervenções estatais só devem ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau mínimo. A intervenção do Estado na economia envolvendo demais setores significaria um ato de oposição à liberdade econômica e, onde não há liberdade econômica, também não pode existir liberdade política.

O Estado intervencionista, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o planejamento estatal e a seguridade social constituem-se como empecilhos ao pleno desenvolvimento da liberdade econômica. Segundo o autor, submeter-se a um poder capaz de coordenar os esforços dos membros da sociedade com o objetivo de atingir determinado padrão de distribuição considerado justo “levará à destruição do

único clima em que os valores morais tradicionais podem florescer, ou seja, individual". (HAYEK, 1985, p. 86).

Para Hayek (Ibid., p. 86), o desenvolvimento da democracia, da igualdade de oportunidades e da justiça social impede a plena realização da liberdade: "A menos que se obtenha ou se mantenha a liberdade econômica, as outras liberdades-civis e políticas se desvanecem". A desigualdade social e a concorrência são meios para alcançar o desenvolvimento e o progresso. A diferença de expectativas, de capacidades ou de sorte desencadearia a concorrência, considerada estrategicamente como reguladora social. Para Hayek (1985), é importante que, na ordem de mercado os indivíduos acreditem que seu bem-estar depende, em essência, de seus próprios esforços por meio do seu mérito pessoal e não do apoio estatal.

O pensamento de Hayek, assim como dos demais pensadores neoliberais, ocasionou forte influência no sistema sociopolítico mundial a partir da década de 70. O primeiro governo ocidental democrático a adotar o neoliberalismo foi o de Margaret Thatcher no Reino Unido. Em seguida vieram os governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, e Helmut Kohl, na Alemanha. Com decorrer do tempo, as experiências neoliberais passaram a influenciar a adesão nos demais países aos seus ideais, ampliando mundialmente a legitimação do livre mercado e limitando a atuação e abrangência estatal nas políticas sociais. A adesão do pensamento neoliberal ocorreu concomitantemente com o processo de reestruturação produtiva e inserção gradativa da automação, robótica e microeletrônica no modo de produção, flexibilizando as relações laborais e restringindo os postos de trabalho formais.

Entre as consequências oriundas do neoliberalismo encontra-se o desemprego estrutural, a diminuição salarial, a volatilidade do mercado, o aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, o enfraquecimento do poder sindical, a ampliação da mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados), a terceirização dos postos de trabalho e o crescimento dos vínculos temporários, o que ocasionou na limitação de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. (HARVEY, 1994).

As consequências das ações neoliberais e da reestruturação produtiva ocasionaram uma reformulação nas relações de trabalho, afetando principalmente a

classe trabalhadora. O trabalho como elemento fundamental nas diversas sociedades tem um papel vital para a constituição do ser humano como ser social e na transformação da natureza como meio de manutenção de sua existência. Entretanto, dentro do modo capitalista, ele acaba sendo utilizado como meio de exploração a fim da obtenção do lucro a uma minoria social.

3 TRABALHO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quando buscamos realizar uma leitura produtiva da realidade e compreender as diversas contradições que a permeiam, não há como deixar de perceber o trabalho como elemento fundante nos diversos tipos de sociedades. Na perspectiva marxiana, o trabalho detém uma dimensão central para a compreensão do homem e das relações sociais que envolvem a produção e a reprodução da vida. Na sociedade burguesa, o trabalho ganha uma especificidade, vinculando-se com as relações sociais de classe e de exploração para a prevalência do modo de produção capitalista e do domínio do capital.

Dentre esse contexto, o referente capítulo visa propiciar ao leitor uma aproximação da categoria trabalho, de maneira a compreender a dimensão ontológica que a permeia. Em um segundo momento do capítulo, encontra-se uma breve análise das contradições nas relações de trabalho na atualidade, possibilitando um diálogo sobre o mundo do trabalho contemporâneo. Por fim, o capítulo apresenta uma interlocução sobre a Economia Solidária, sua implementação e consolidação no território nacional, e sobre as incubadoras sociais, possibilitando um diálogo sobre o tema.

3.1 Categoria trabalho

Em sua trajetória histórica, o conceito de trabalho ganha diversas especialidades impostas socialmente, carregando em si valores morais, socioculturais e econômicos. De origem controversa, a palavra trabalho deriva do termo em latim *tripaliu*, que consiste na denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (paliu), usado para bois e cavalos que não se deixavam ferrar. Como bem elucida Carmo (1992, p. 21), “no latim vulgar passa a significar pena ou servidão de um homem a natureza, mesmo em alemão *arbeit* e no latim *laborar* significa algo penoso”. Cabe ainda recordar que dentre um longo percurso da antiguidade o trabalho era condicionado apenas aos escravos, favorecendo uma parcela restrita e privilegiada da população.

Inicialmente o trabalho era considerado um esforço de sobrevivência; ao longo da história o trabalho transformou-se em ação produtiva e econômica,

carregando em si um valor moral e social. Durante a idade média, a concepção de trabalho apresentava-se fortemente influenciada pela percepção católica, o trabalho detinha um valor moral, associado à resignação cristã e ao mérito de restauração da pureza da mente e da alma. O corpo era concebido como a origem do pecado e devia permanecer ocupado a fim de afastar os desejos “amorais”. O trabalho era compreendido como um meio de contribuir para a salvação, “uma oportunidade oferecida pela ‘graça’ divina, de redenção pela penitência”. (CARMO, 2005, p. 33).

A hierarquia de classes presente na idade média era legitimada socialmente pela crença cristã, através da justificativa de que o domínio de um grupo social sobre outro decorre do desejo divino e a aceitação da disparidade propiciaria a resignação e a harmonia. O catolicismo, ao condicionar a riqueza e a pobreza como anseios divinos, postergava a igualdade a um reino futuro, justificando e perpetuando a desigualdade no tempo presente.

A partir da reforma protestante no século XVI, o sofrimento oriundo do trabalho passou a ser motivo de orgulho e sacrifício. Com o legado de Martin Lutero e Calvino, a concepção cristã passou por uma reavaliação, sendo concebida como o princípio da obtenção do sucesso profissional e do lucro. Para o protestantismo, é condenado desfrutar dos bens e de tudo que advenha da acumulação de riquezas. O tempo é considerado uma dádiva e, por isso, não deve ser desperdiçado: “A maior produtividade do trabalho e a recusa ao luxo deu origem a um estilo de vida que influenciou diretamente o espírito do capitalismo, criando condições propícias para a acumulação do capital”. (CARMO, 2005, p. 38).

Na concepção marxiana, o trabalho envolve o todo da existência humana, relacionando-se a práxis e desenvolvendo uma união essencial entre homem e objetividade. O homem por meio do trabalho investe na construção prática de um mundo objetivo, ao mesmo tempo em que desenvolve a si mesmo enquanto indivíduo, de tal modo que produz e reproduz sua existência material, vital e espiritual. (SANTOS, 2014).

Marx busca compreender a essência do trabalho, uma vez que realiza uma crítica aos economistas políticos que concebem a produção material a partir da existência da propriedade privada e da divisão do trabalho. Para Marx, o trabalho no capitalismo possui uma forma social específica, que atua em conformidade com as relações sociais instauradas, de maneira a garantir a prevalência do modo de

produção baseado na sociabilidade do capital. Segundo Marx, o trabalho “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. (MARX, 1984, p.202).

O trabalho consolida-se como uma ação essencial do ser social, através do qual o indivíduo submete a natureza por meio de suas forças a fim de transformá-la, propiciando, assim, condições práticas de vida em sociedade, conforme as idealizou em sua consciência. Tal atividade possibilita ao homem a transformação de si mesmo, pois ao criar obtém conhecimentos e habilidades essenciais ao desenvolvimento no âmbito social. Em decorrência desse fato, o trabalho caracteriza-se como uma atividade exclusivamente humana, já que o homem é o único ser que tem a aptidão de antecipar em sua mente os objetivos e o resultado da sua ação, distinguindo-se dos animais, uma vez que estes agem exclusivamente por instinto. Essa capacidade de idealização e materialização humana é denominada por Marx como “pôr teleológico”. (MARX, 1984). Segundo o autor (1984, p.202),

(...) o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. Ao modificar a natureza para sua própria sobrevivência, o homem desenvolve habilidades e conhecimentos que tornam mais complexas suas necessidades, o que demanda novas habilidades e conhecimentos. Esse processo (o trabalho em si), aliado ao desenvolvimento da linguagem articulada e da comunicação, funda o processo de humanização.

O trabalho atua através de elementos presentes em todo o seu processo como: o objeto de trabalho (matéria ao qual se aplica o trabalho); os instrumentos de trabalho (meios de trabalho); e o próprio trabalho (a atividade adequada à finalidade). O objeto de trabalho e os meios de trabalho se aderem ao processo de trabalho como elementos para a produção de valores-de-uso, por meio da ação do homem. Os produtos do processo de trabalho em geral são mercadorias que têm uma utilidade específica (valor-de-uso). Esse processo de produção de valores-de-uso tem como produto objetos que são úteis para atender as necessidades humanas. (MARX, 1984).

Marx compreende o trabalho produtivo⁸ a partir do resultado, do produto em que provém do processo de trabalho e não do processo de produção capitalista. O processo de trabalho produz mercadorias como valores de uso, em que os diversos trabalhos diferenciam-se entre si pela qualidade e o valor de uso específico que produz

O trabalho do fiandeiro, como processo de produzir valores-de-uso, é especificamente distinto dos outros trabalhos produtivos e a diversidade se patenteia subjetiva e objetivamente, na finalidade exclusiva de fiar, no modo especial de operar, na natureza particular dos meios de produção, no valor-de-uso específico do seu produto. (MARX, 1984, p.213).

Cabe ressaltar que o trabalho produtivo tem relação direta com a produção de mercadorias, mas não se restringe a esse aspecto, uma vez que, no modo de produção capitalista, a forma mercadoria já se encontra generalizada. A categoria mercadoria é fundamental para a compreensão do trabalho no modo capitalista, uma vez que a força de trabalho se torna a única mercadoria que os que não têm propriedade de meios de produção dispõem para poder vender e produzir sua vida. (MARX, 1984).

A mercadoria não só possui valor-de-uso e valor de troca, mas é também um elemento do processo de produção de mais-valia (valor excedente). Para o capitalismo, o produto detém valor-de-uso, mas este só se torna relevante ao capital na medida em que nele se corporifica valor-de-troca ou valor. Segundo Marx (1984, p.213),

O valor de uma mercadoria é igual ao quantum de trabalho abstrato, socialmente necessário para produzi-la, tendo em vista o grau de desenvolvimento da força produtiva. Com o desenvolvimento da força produtiva, se produz cada vez mais valores de uso, diminuindo o valor, porque cada vez mais se produz mercadorias com um quantum menor de trabalho social necessário.

O trabalho como consumo de força humana incorpora valor de troca à mercadoria. Segundo Marx (1984, p. 46), o valor de troca “[...] é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção

⁸ O termo trabalho produtivo refere-se ao trabalho socialmente determinado no modo de produção especificamente capitalista, não pode ser estendido a outras formas de sociabilidade, na medida em que sua substância é própria e exclusiva deste modo de produção, visando a mais-valia. No trabalho improdutivo, o trabalho só interessa como valor de uso, como serviço que proporciona a utilidade específica desse trabalho. (COTRIM, 2009).

socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.

O dinheiro e a mercadoria são formas elementares de capital e consistem como ponto de partida necessário para o seu processo de produção e reprodução, através de uma relação de compra e venda estabelecida entre os capitalistas e a força de trabalho. O dinheiro só é capital quando empregado com vista no crescimento, o que, para o capitalista, aparece como finalidade. “O objetivo é a produção da mais-valia, que compreende a conservação do valor adiantado e seu crescimento quantitativo como fim e resultado do processo capitalista de produção”. (IAMAMOTO, 2008, p. 64). A mais-valia, como produto decorrente da produção capitalista, caracteriza-se como o tempo de trabalho não pago ao trabalhador, apropriado indevidamente pelo proprietário dos meios de produção.

A mais-valia reingressa novamente no processo produtivo na qualidade de capital, que compra matéria prima, meios de produção e força-de-trabalho e, assim, reinicia seu ciclo de produção e reprodução. Considerado o fluxo constante de renovação, todo o processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução, detendo as mesmas condições sociais como base em ambas etapas. O processo de reprodução abrange tanto o processo de produção, quanto a fase de circulação (compra e venda), através de um ciclo periódico que se repete, consolidando a rotação do capital. (IAMAMOTO, 2008).

O trabalho abstrato (o que produz mercadorias e a mais-valia) consiste no elemento constituidor do valor. Nesse aspecto, não faz sentido falar de valor em relação ao trabalho útil, sua relação é com o trabalho abstrato. Segundo Lessa (2002, p. 26), não é pertinente, de modo algum reduzir o trabalho ao trabalho abstrato.

Para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social mensurada pelo tempo socialmente necessário e produtor de mais-valia [...]. O trabalho, ao contrário, é a atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É, portanto, a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens em níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade. Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isso não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato.

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, incorpora trabalho vivo às formas objetivas do capital. Já o capitalista transformou seu capital em capital real, em valor que se valoriza a si mesmo, e o produto total obtido é sua propriedade: “O capital não só produz capital: produz uma massa de força de trabalho sempre crescente, única substância que, ao ser transformada em trabalho, lhe permite funcionar como capital”. (IAMAMOTO,2008, p. 70).

Na sociedade moderna, o trabalho apresenta limitações para prover a autorrealização humana, já que a apropriação do trabalho na sociedade capitalista impõe barreiras à realização das potencialidades do homem, condicionando o trabalho a compreensão de mera sobrevivência, uma vez que limita a práxis e o trabalho criativo. Logo, esse deveria ser a forma de realização do indivíduo reduz-se à sua única possibilidade de subsistência. A precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista condicionam o trabalho como um meio e não "primeira necessidade" de realização humana. Na formulação contida nos *Manuscritos*, "o trabalhador decai a uma mercadoria e a mais miserável mercadoria", torna-se "um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual". (MARX, 1983, p.147).

Segundo leis da Economia Política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza (Ibid., p. 152).

Como resultante da forma do trabalho na sociedade capitalista tem-se a desrealização do ser social. O produto resultante do processo de trabalho aparece ao trabalhador como um ser alheio, como algo alheio e estranho ao produtor. Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado do objeto, mas também no próprio ato de produção. Sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho,

Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. (MARX, 1983, p. 153).

Ao estranhar o produto do seu trabalho e o ato de produção, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se do próprio homem. "O homem se converte em um simples meio para outro homem; um meio para a satisfação de seus fins privados, de sua avidez" (Ibid., p. 154).

Nas sociedades capitalistas, o valor de uso (o produto do trabalho concreto) não serve para a satisfação das necessidades dos trabalhadores, sua funcionalidade limita-se na satisfação das necessidades do não-possuidor. O que desenvolve para satisfazer suas necessidades é o trabalho abstrato, trabalhando unicamente para se manter para satisfazer suas necessidades básicas de subsistência.

A dimensão abstrata do trabalho mascara a sua dimensão concreta, de trabalho útil, que resulta em um processo de fetichização da mercadoria. Na realidade contemporânea, o trabalho ganha uma nova face, submerso no meio tecnológico, ele produz e reproduz o processo de alienação descrito por Marx, aderindo novos elementos, induzindo ao trabalhador a ilusão da inclusão pelo mérito pessoal. De maneira a compreender as novas facetas de trabalho na contemporaneidade, propõe-se no item a seguir um aprofundamento desse tema, dialogando sobre as dimensões e limitações do trabalho formal e informal, a fim de realizar uma análise profícua da realidade.

3.2 O mundo do trabalho na contemporaneidade

Historicamente as relações de trabalho vêm sendo constituídas de forma contínua, sofrendo alterações de acordo com o meio e o contexto sócio-histórico em que estão inseridas. Essas transformações encontram-se diretamente relacionadas às demandas e alterações no mercado, decorrente de crises cíclicas, com a finalidade de manter a hegemonia e o controle econômico. Uma dessas alterações emergiu na década de 70 do século XX, onde deu-se início um processo de transição no modo de produção através da inserção de tecnologias avançadas no sistema de produção, como a química fina, biotecnologia, automação, microeletrônica, escalada espacial, robótica e a genética. Esse processo, também denominado como reestruturação produtiva, emergiu em função da grande crise do capitalismo e da derrocada do modelo fordismo/taylorismo em meio ao processo de produção e acumulação industrial.

A reestruturação produtiva baseia-se nas alterações nos meios de produção e nas mutações proporcionadas pela emergência do Estado Neoliberal, através de sucessivos processos de transformação nas empresas e indústrias, caracterizados pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, fruto da acumulação flexível e das novas tecnologias fabris. O trabalho especializado, que detinha entre suas características a repetição de uma mesma função, foi substituído pela flexibilização das funções: o empregado passou a transitar de seu posto a outros, conforme as demandas da empresa, chegando a realizar diversas tarefas ao mesmo tempo.

Essa mudança no modo de produção ocasionou mudanças no perfil de trabalhadores empregados, buscando profissionais mais qualificados, polivalentes e aptos a trabalhar em mais de uma função. Na busca pelo acúmulo do capital, “o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais”. (IANNI, 1999, p. 19). O processo de transição ocasionou, dentre diversos fatores, a diminuição dos postos de trabalho formais, assim como o crescimento do mercado informal.

No capitalismo contemporâneo, observa-se no mundo do trabalho uma múltipla processualidade, através da diminuição da classe operária industrial, decorrente da desproletarização do trabalho fabril nos países de capitalismo avançado e em menor repercussão nos países subdesenvolvidos. Paralelamente, consolidou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da ampliação de trabalhadores nos setores de serviços. Verificou-se ainda uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário e uma subproletarização intensificada pela expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado. (ANTUNES, 2003).

O resultado dessas transformações é a ampla expansão do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global. Entre as contradições presentes nessa nova realidade laboral, cabe destacar a dualidade entre a redução dos operários industriais e o aumento do subproletariado e do assalariamento no setor de serviços. Outras contradições são: a incorporação do trabalho feminino, pagando um salário inferior ao salário masculino; e a limitação de acesso ao trabalho formal de trabalhadores jovens e idosos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora. Essas diversas categorias

de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em comparação com as normas legais vigentes, a regressão dos direitos sociais e a ausência de movimentos sindicais e corporativos, condicionando uma tendência à individualização dos trabalhadores. (ANTUNES, 2003).

Dentre as tendências atuais do mercado de trabalho, encontra-se a redução do número de trabalhadores “centrais” e a ampliação de trabalho por meio da contratação temporária, tornando-se mais fácil a inserção e demissão dos funcionários sem custos. Tal ação ocasiona o aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados.

A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto oferece, como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx chamou de "supervisor e regulador do processo de produção". Porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. (...) O trabalhador já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas, programa-as e repara os robôs em caso de necessidade. (ANTUNES, 2003, p. 55).

No que se refere à desespecialização dos operários profissionais em decorrência da criação dos "trabalhadores multifuncionais", introduzidos pelo Toyotismo, é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, pois diminuiu seu poder sobre a produção e aumentou a intensidade do trabalho. Os trabalhadores qualificados “enfrentaram esse movimento de desespecialização como um ataque à sua profissão e qualificação, bem como ao poder de negociação que a qualificação lhes conferia, realizando inclusive greves contra esta tendência”. (CORIAT, 1992, p. 313).

Segundo David Harvey (1994), em seu livro *Condição pós-moderna*, a força de trabalho periférica compreende dois subgrupos. O primeiro é constituído por empregados em tempo integral, que detêm habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como os trabalhadores do setor financeiro, das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. Esse subgrupo tende a se caracterizar pela alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo, que encontra-se situado na periferia, oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, temporários, subcontratados e treinados com

subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo. (HARVEY, 1994).

No cenário do mundo do trabalho contemporâneo, evidencia-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros.

Dentre essa lógica contraditória, dominada pelos interesses do mercado em contraposição aos direitos dos trabalhadores, faz-se necessário ressaltar que o trabalho é considerado um direito fundamental, incluso nos chamados direitos econômicos e sociais, assegurado no artigo sexto da Constituição Federal brasileira de 1988. (BRASIL,1988). A Declaração Universal dos Direitos Humanos e as declarações de direito internacional reafirmam o direito ao trabalho, sendo descrito como um direito necessário para garantir os direitos humanos e a plena dignidade pessoal. (ONU, 1979).

Tendo como base a igualdade, o direito ao trabalho prevê ao indivíduo a opção de escolha laboral, tendo o Estado a responsabilidade de viabilizar condições justas e satisfatórias de trabalho, renda e proteção ao trabalhador. No entanto, mesmo estando entre os direitos sociais centrais, sua efetividade é limitada. Não existem mecanismos formais que garantam trabalho aos cidadãos. O que existe são algumas medidas contributivas ou temporárias, que atuam de forma isolada na assistência ao trabalhador como: a aposentadoria, a isenção de taxas para retirar alguns documentos, o seguro desemprego, o auxílio-transporte, etc.

Apesar de sua centralidade normativa ser inquestionável, há um claro déficit de efetividade do direito ao trabalho, assim como dos demais direitos. O desemprego e as limitações de acesso ao trabalho formal são elementos essenciais para manutenção da estrutura capitalista. A existência permanente de um “exército” reserva de trabalhadores e a exploração das relações de trabalho permitem o constante monopólio do mercado sob a estrutura social.

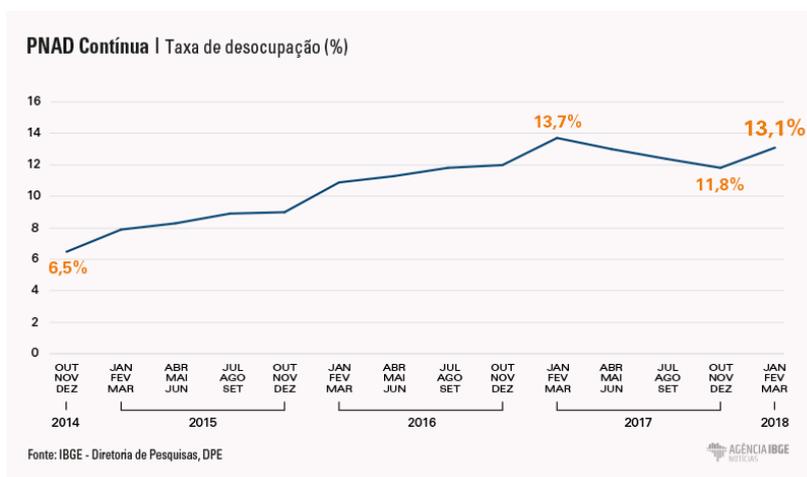
O desemprego estrutural, associado aos processos de descentralização da produção, corte de gastos, flexibilização e terceirização trabalhistas, compõe um panorama crítico no cenário brasileiro atual. Avivados pela crise política e

econômica, esses processos consolidam um panorama de crescente desproteção dos trabalhadores ativos e inativos.

No primeiro trimestre de 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, demonstra que o desemprego estrutural apresentou o maior índice desde 2012 no Brasil, chegando em 2018 a 13,10% da população brasileira, um contingente de 27,7 milhões de pessoas. Comparando com o primeiro trimestre de 2014, período que antecede a crise econômica, o número de desempregados cresceu 94,2%, o que significa que há 6,6 milhões de pessoas a mais procurando emprego no país. Do total de desempregados, 3 milhões de pessoas estão em busca de recolocação há mais de dois anos. (IBGE, 2018).

A mesma pesquisa demonstra que a taxa de desocupação (Figura 1) até março de 2018 chegou a 13,1%, com aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre do ano passado (11,8%). O total de pessoas desocupadas também cresceu no período, passando de 12,3 milhões para 13,7 milhões.

Figura 1- Taxa de desocupação dos trabalhadores

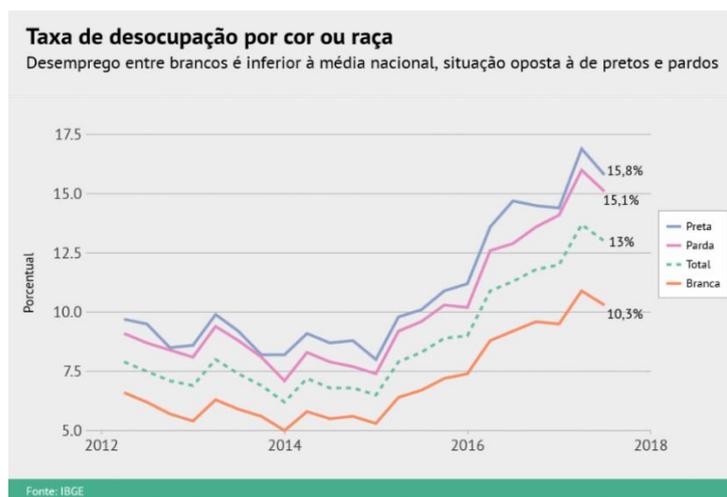


Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, DPE

O confronto entre esses dois trimestres ainda revelou redução de 408 mil pessoas (- 1,2%) no total de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada. O elevado índice de trabalhadores excluídos do mercado formal nos permite analisar as limitações de acesso à proteção social aos trabalhadores por meio da previdência social.

Segundo o IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do ano de 2017 aponta que a população negra e parda é a mais atingida pelo desemprego estrutural, atingindo índices superiores à média nacional, como mostra o gráfico (Figura 2) abaixo.

Figura 2- Taxa de desocupação por cor ou raça



Fonte: IBGE

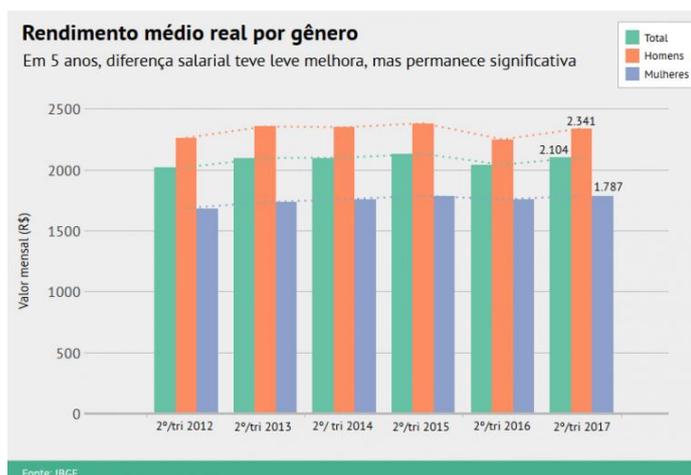
Com base ainda na mesma pesquisa, os trabalhadores negros e pardos detêm um rendimento mensal inferior aos trabalhadores brancos. De acordo com os índices de rendimento médio real por cor ou raça, os trabalhadores brancos recebem uma média mensal de R\$ 2736,00, em contrapartida, os trabalhadores pardos recebem uma média de R\$1537,00 e os negros R\$1529,00. (IBGE, 2018).

Os elevados índices de desocupação e os baixos índices de média salarial evidenciam o racismo estrutural que atinge o mercado de trabalho, condicionando o trabalhador negro em uma condição de exploração e precarização superior ao trabalhador branco. Mesmo com o fim da escravidão, as limitações de inserção dos negros na sociedade apresentam-se evidentes. A lógica de exclusão da população negra encontra-se ativa, condicionando o trabalhador negro a condições de trabalho precárias, de baixa remuneração e limitado acesso ao mercado de trabalho formal.

As disparidades de acesso ao trabalho formal e no valor médio salarial também são evidentes ao observar os índices a partir das distinções por sexo. Em 2017, 50,8% dos trabalhadores desocupados são mulheres. (IBGE, 2018). Nos índices de rendimento médio por sexo, também se observa uma distinção salarial

entre homens e mulheres. As mulheres recebem uma média de R\$ 550,00 reais a menos que os homens, encontrando-se inferior à média total de rendimento, como pode ser observado no gráfico (Figura 3) abaixo.

Figura 3 - Rendimento médio real por gênero



Fonte: IBGE

Além do trabalho formal, grande parte das mulheres detêm uma dupla jornada de trabalho, operando paralelamente em atividades domésticas em seu domicílio e/ou no domicílio de seus familiares. Segundo a taxa de realização de afazeres domésticos do PNAD Contínua, referente ao ano de 2017, 94,5% das mulheres que detêm uma ocupação realizam afazeres domésticos em seus domicílios ou domicílios de parentes em contraposição a 80,6% dos homens ocupados, totalizando uma diferença de 13,9% entre homens e mulheres. No que se refere aos trabalhadores sem ocupação, 89,5% das mulheres realizam afazeres domésticos, em contraponto a 69% dos homens sem ocupação, totalizando uma diferença de 20,5% entre os gêneros.

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite analisar que, a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, detendo singularidades na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto através da contradição entre indivíduo e classe social, quanto na relação entre classe e gênero, tornando-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe trabalhadora é tanto masculina quanto feminina. E,

portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. (ANTUNES, 2003).

Ainda que a heterogeneidade seja evidente na classe trabalhadora, a figura da mulher encontra-se em uma condição ainda mais agravante de exploração, detendo uma carga de trabalho superior, devido à dupla jornada de trabalho e ao salário inferior ao homem. A mulher negra acaba sendo subjugada a uma condição ainda maior de exploração, sofrendo duplamente as supressões impostas pelo mercado de trabalho.

A reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017, intensifica ainda mais esse processo de precarização laboral, limitando a responsabilidade estatal da garantia dos direitos trabalhistas, condicionando o trabalhador a uma relação direta com o empregador, legitimando a terceirização e limitando os trabalhadores do acesso aos direitos trabalhistas. Neste cenário de desproteção, o trabalho informal ganha espaço, consolidando-se como um meio de acesso a renda. Em contrapartida, a desproteção estatal junto à informalidade restringe o trabalhador, condicionando-o a um cenário de privação.

A fim da manutenção do livre comércio e da conservação da estrutura de classes, o Estado utiliza diversas vezes em sua retórica elementos que detém caráter meritocrático, visando à responsabilização do trabalhador da sua proteção e sustento, alicerçado pela desregulamentação do direito do trabalho e pelas políticas de cunho neoliberal. Tal atitude culpabiliza o trabalhador com base em um discurso moral, pautado na ideia do mérito individual e isenta o Estado da responsabilidade de promover a proteção social aos cidadãos. Induzido por uma prerrogativa de cunho neoliberal, o trabalhador tende a reproduzir um sentimento de auto-culpabilização na ação profissional, responsabilizando-se pelas limitações sociais como falhas individuais.

Dentre as diversas restrições impostas pelo modo de produção capitalista, a desapropriação do trabalhador de seu território e de seus meios de produção ganha destaque, já que a partir desta, inúmeras formas de limitações e condicionantes materializam-se, legitimados por argumentos desenvolvimentistas e liberais. A desapropriação do trabalhador de seu território e de seus meios de produção restringiu inúmeras formas de trabalho, reduzindo-as a uma única forma de trabalho, característica do capitalismo: o trabalho assalariado subordinado. Nesse contexto, o

mercado produziu a compreensão de que o interesse do indivíduo ao trabalhar limita-se as condições econômicas decorrentes do labor, abdicando a premissa que o trabalhador pode possuir satisfação no próprio trabalho.

Nas relações trabalhistas contemporâneas, o ato de trabalhar em si e a organização do trabalho velam os interesses apenas do empregador. E esse fator consagra a noção de alteridade do direito ao trabalho. Quem trabalha, trabalha para o outro, não para si mesmo. Dentre esse cenário, a questão social se materializa na impossibilidade do trabalhador de ter acesso, não só do trabalho como fonte de renda e subsistência, mas também privando o indivíduo de desfrutar do trabalho como um meio de satisfação pessoal.

A inexistência de prazer nas atividades laborais, decorrente das cobranças de produção e do mercado, agrava o processo de estranhamento do trabalhador de sua ação profissional, impossibilitando-o de identificar-se e de reconhecer-se nas atividades e nos objetos produzido por ele. Esse fato reafirma o estranhamento descrito por Marx, que condiciona o trabalhador a sentir em si apenas fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado.

3.3 Economia Solidária

A informalidade é uma realidade na vida de milhares de brasileiros que convivem dia a dia com a situação da desproteção estatal. O mercado de trabalho no Brasil foi formado dentro de uma perspectiva dual, característico de países subdesenvolvidos, vinculado ao crescimento da urbanização e da industrialização, onde se configurou um segmento restrito de trabalhadores vinculados ao trabalho formal, em contraposição a outro segmento, formado pela maioria, em que prevaleceu o subemprego e o autoemprego informal. (IDALINO; OLIVEIRA, 2014).

Uma porcentagem significativa da população brasileira vive atualmente na informalidade. Em dezembro de 2017, a população ocupada era de 92,1 milhões de brasileiros e os trabalhadores informais (sem carteira ou por conta própria) eram 37,1% do total, ou 34,2 milhões de pessoas, superando o contingente formal, que somava 33,3 milhões. (IBGE, 2018). Segundo o IBGE (2018), esta foi a primeira vez na história que o número de trabalhadores sem carteira assinada superou o conjunto

de empregados formais. A informalidade trata-se de um segmento em crescimento, cuja atividade é desenvolvida principalmente nas grandes cidades, visto que elas propiciam essa dinâmica. Vale ressaltar que o desemprego é dos principais fatores responsáveis pelo surgimento desse segmento de trabalho.

A Economia Solidária caracteriza-se como uma das formas de trabalho informal, abrangendo uma parcela populacional que se encontra desprovida de emprego formal. O termo Economia Solidária foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. (GAIGER; LAVILLE, 2009).

A Economia Solidária inspira-se em experiências históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço do capitalismo industrial. Inspirada em princípios como cooperação, autogestão, ação econômica, solidariedade e participação coletiva e democrática, a Economia Solidária surge no cenário brasileiro na década de 80 do século XX, mas é em meados dos anos 1990 em que ela se consolida no território nacional, ganhando maior visibilidade e abrangência.

Para compreender o contexto sócio-histórico de implementação da Economia Solidária no Brasil é necessário destacar o cenário sociopolítico das últimas décadas do século XX. Durante esse período, apresentaram-se diversas alterações estruturais na organização e nas demandas fabris, ocasionando amplas transformações no processo de trabalho, intensificadas pela valorização de ideais neoliberais, produzindo implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Os elevados índices de inflação e as limitações dos postos de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva ocasionaram a restrição ao acesso à renda através do mercado formal, limitando o poder de compra de grande parte da população. O aumento da informalidade, junto à precarização das relações formais, mostrou-se como tendência durante o período, associado a uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência. Frente à esse contexto, surgem alternativas de geração de trabalho e renda, vinculadas ao mercado informal, que podem viabilizar a subsistência aos sujeitos à margem da sociedade.

Dentre essas formas de organização do labor, surgem experiências coletivas de trabalho e produção que vieram se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores, redes de produção, consumo e comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras. Essas formas de organização compõem a chamada, hoje, Economia Solidária. (KUYVEN; KAPPES, 2013).

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e de Economia Solidária, etc. Segundo o levantamento realizado no ano de 2013, no Brasil encontravam-se 19.708 empreendimentos solidários, distribuídos entre os 26 estados federados (Tabela 1). Mais de 40% dos empreendimentos solidários encontram-se localizados na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul a distribuição é bastante próxima (15,9%, 16,4% e 16,7%, respectivamente). Enquanto que a região Centro Oeste detém 10,3% do total (SIES, 2013).

Tabela 1- Distribuição Regional dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Região	Quantidade	Porcentagem
Norte	3.127	15,9%
Nordeste	8.040	40,8%
Sudeste	3.228	16,4%
Sul	3.292	16,7%
Centro Oeste	2.021	10,3%
Brasil	19.708	100 %

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária- SIES

No Estado do Rio Grande do Sul, em 2013, apresentava-se um total de 1.696 empreendimentos solidários, subdividindo-se entre 648 empreendimentos rurais, 784 empreendimentos urbanos e 264 empreendimentos rurais/urbanos. (SIES, 2013).

Dentre os autores que pesquisam e trabalham com a temática da Economia Solidária, prevalece uma dicotomia de opiniões, divergindo entre o incentivo à área e a oposição à mesma. Contudo, dentre os autores que legitimam o tema, Paul Singer afirma que a Economia Solidária e as cooperativas surgem como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo (MTE, 2012). Paul Singer define a Economia Solidária como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem” (MTE, 2012, p.1). Para o autor a Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização dos meios de produção do capitalismo. (SINGER, 2000a).

Também em defesa da legitimação da Economia Solidária no cenário brasileiro, França-Filho e Laville (2004, p.149) alegam que

No Brasil a economia solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas. Na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências articulam-se em torno de empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda.

Em contraposição a esses argumentos, entre os autores que se opõem ao tema, Missio (2010) afirma que é possível pensar nessas experiências solidárias ditas alternativas como organismos que desempenham uma função estratégica dentro do próprio sistema capitalista, pois ao repassarem uma parcela (mínima) do crescimento econômico para a população excluída, que as mantém sob controle, evita que as mesmas (através da sua conscientização crescente) passem a demandar mudanças mais significativas, tanto na esfera econômica, como também nas relações sociais.

Ao fazer uma crítica à argumentação de autores que legitimam a área, Neves (2010) alega que as afirmações em defesa a Economia Solidária são apresentadas de modo superficial, observando os processos históricos e contemporâneos de transformação da sociedade capitalista, em particular a reestruturação da esfera produtiva de forma isolada. Segundo Neves (2010, p.75) , o conceito de Economia

Solidária é cunhado nas duas últimas décadas do século XX, sob a marca da solidariedade indiferenciada transclassista, resultante dos processos de “desresponsabilização do Estado (contrarreforma do Estado), das transformações do capitalismo e das estratégias do capital no domínio de seu controle sobre o trabalho”.

Ao propor uma crítica à legitimação da Economia Solidária enquanto oposição ao sistema de produção vigente, Henrique Wellen (2008) afirma que o apelo a qualidades supostamente solidárias como diferenciais competitivos para sobrevivência das organizações no mercado capitalista, seja presente na venda de capacidades humanas como mercadorias ou no uso fantasioso de sentido realizador do trabalho nos processos de motivação dos trabalhadores, repercute em novos obstáculos a uma apreensão da totalidade social.

É dentre a contradição entre a viabilização ao acesso a renda através de uma organização de trabalho coletiva e autogestionária e a precarização do trabalho através da limitação de acesso aos direitos trabalhistas e subordinação ao mercado que a Economia Solidária se consolida. Os distintos posicionamentos revelam uma ausência de unidade dentre os autores que pesquisam o tema, mostrando uma ambiguidade nas opiniões a respeito da temática.

Os benefícios da possibilidade de viabilizar acesso à renda a sujeitos à margem da sociedade, através de uma organização de trabalho que propicia uma participação democrática e coletiva em tempos em que valores neoliberal e individualista demonstra-se preponderante, apresentam elementos visíveis para legitimação dos empreendimentos solidários enquanto espaços de trabalho propositivos. Entretanto, a consolidação da Economia Solidária enquanto modo de produção e comercialização acaba sendo influenciada e limitada por determinantes socioeconômicos, regidos por interesses do mercado que condicionam os empreendimentos solidários a informalidade e a condições de trabalho precárias.

A diversidade de acepções ideológicas que compõem e influenciam a Economia Solidária tornam-na um espaço de adesão de diversos interesses que podem influenciá-la tanto para uma atuação com base em uma concepção crítica e contra-hegemônica, como para uma atuação mercadológica e subalterna. Entender as contradições eminentes da Economia Solidária junto à sociedade capitalista

torna-se essencial para compreender as diversas ideologias que a permeiam, assim como os diferentes interesses presentes na retórica de apoio ao seu fomento.

3.3.1 As Incubadoras Sociais

Com a consolidação da Economia Solidária no território brasileiro na década de 90 do século XX, surgem experiências que objetivam assessorar e incubar os empreendimentos de Economia Solidária, principalmente os de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre essas experiências encontram-se as Incubadoras Sociais ou Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP.

A apropriação do termo “incubadora” tem sua origem na década de 1950, nos Estados Unidos, associado às incubadoras de empresas. Estas eram compreendidas como organizações que disponibilizavam assessoria a pequenos negócios, compartilhando serviços, equipamentos, espaços, treinamento e acesso a informações necessárias para inclusão no mercado de trabalho.

O modelo precursor do processo de incubação de empresas surgiu em 1959, no estado de Nova Iorque (EUA), quando Joseph Mancuso, comprador das instalações de uma fábrica, resolveu sublocar o espaço para pequenas empresas iniciantes que compartilhavam a infraestrutura física das instalações e o conjunto de serviços que poderiam ser gerados pelas empresas instaladas. Uma das primeiras empresas instaladas na área foi um aviário, o que conferiu ao prédio a designação de incubadora. (ARANHA et al., 2002).

O fortalecimento das incubadoras de empresas contribuiu para criação das incubadoras sociais no Brasil. O processo de incubação é semelhante ao das incubadoras empresariais, porém a incubação é direcionada a empreendimentos coletivos e solidários, voltados preponderantemente aos segmentos populares de baixa renda. Ao contrário das incubadoras de empresas, as incubadoras sociais não cobram taxas sobre os empreendimentos incubados e não abrigam as iniciativas incubadas, com exceção de algumas incubadoras vinculadas a universidades públicas.

O processo de incubação implica no acompanhamento, formação, apoio e assessoria a empreendimentos solidários, que podem ser realizados por incubadoras sociais autônomas ou vinculadas a universidades. De modo geral, as

incubadoras sociais são compostas por equipes técnicas, que visam viabilizar assessoria e acompanhamento a empreendimentos solidários. A metodologia de incubação varia conforme cada incubadora.

No Brasil, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares surgiu em 1996, através da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ. Através dessa iniciativa, sua repercussão gerou a busca de informações e fontes por diversos grupos e universidades, visando à construção de projetos similares. (TANAKA, 2007).

Em 1998, diversas experiências de incubação social haviam sido reproduzidas em outras universidades, possibilitando um processo de organização e troca de experiências entre as mesmas. A partir desse fato,

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando (...). A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva. (SINGER, 2002, p. 123).

Ainda no ano de 1998, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, surge o PRONINC, que construiu uma aproximação entre as incubadoras sociais, o poder estatal e as políticas públicas. Todavia, é a partir de 2003, com a criação da SENAES, que o PRONINC ganha força e visibilidade nacional. Segundo Singer (2000a), a ITCP é a contribuição brasileira para o campo em expansão da Economia Solidária.

É relevante salientar que a atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) junto às universidades dá-se em um duplo sentido: na formação dos estudantes, por meio da vinculação do ensino, da pesquisa e da extensão; e na geração de trabalho e renda. Majoritariamente as incubadoras sociais universitárias atuam junto à extensão, possibilitando uma interlocução entre a formação acadêmica e a comunidade.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A política pública enquanto processo abrange um conjunto rico de determinações econômicas, políticas e culturais, englobando em seu debate fortes tensões entre visões sociais distintas. Sua consolidação decorre de um processo resultante de relações complexas e contraditórias, decorrentes dos conflitos e lutas de classe que envolvem o ciclo de produção e reprodução do capitalismo. A fim de propor um debate propositivo sobre as políticas públicas e sua ação frente a Economia Solidária, o referente capítulo apresenta uma interlocução sobre as políticas públicas voltadas ao incentivo da Economia Solidária no Brasil, tendo como marco inicial a implementação da SENAES. Por fim, consolida-se um diálogo sobre o PRONINC, a partir da análise de sua implementação, objetivos e diretrizes.

4.1 As políticas públicas de Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária é um fenômeno recente que tem obtido visibilidade socioeconômica e política no cenário brasileiro. Sua aceção passa a ser apropriado na disputa de identidades sociais e na esfera pública por um número cada vez maior e diverso de atores sociais nos últimos anos. Igualmente, há uma crescente disputa interna (entre os diversos sujeitos) e externa (desses sujeitos com outros e com organizações sociais) quanto ao significado da Economia Solidária e a posição que cada qual assume nessa disputa.

A partir do final do século XX, a Economia Solidária tem conquistado espaço junto ao poder estatal por meio de políticas públicas de incentivo e fomento à área. Durante a década de 90 do século XX, dentro o cenário de profunda crise socioeconômica no Brasil, a Economia Solidária ganha força, consolidando-se junto ao mercado informal como uma alternativa ao desemprego. Concomitantemente, inicia-se um processo de organização e mobilização dos empreendimentos solidários, constituindo-se um movimento social que ansiava por apoio e fomento à Economia Solidária frente a ação pública e estatal. Em decorrência dessas mobilizações, foram conquistadas algumas políticas pontuais de apoio a Economia Solidária; todavia, essas políticas constituíam-se de forma frágil e segmentada, desmantelando-se aos términos dos governos vigentes.

Foi a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no ano de 2003, durante o governo Lula, que a Economia Solidária ganhou força e visibilidade nacional. A SENAES encontrava-se vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego através da publicação da Lei nº.10.683, de 28 de maio de 2003. Posteriormente ela foi instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. A atuação da SENAES tinha por objetivo a viabilização e coordenação de atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. (BRASIL, 2013).

A secretaria subdividia-se entre dois departamentos: Departamento de Estudos e Divulgação e Departamento de Fomento à Economia Solidária. Competia a SENAES o ato de planejar, controlar e avaliar os programas relacionados a Economia Solidária, com o intuito de estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa. (BRASIL, 2013).

Dentre as diretrizes propostas pela SENAES (MTE, 2012), cabe salientar os seguintes elementos:

- Subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do MTE;
- Articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- Planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à Economia Solidária;
- Colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e enfrentamento ao desemprego e à pobreza;
- Estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos de geração de trabalho e renda, organizados de forma coletiva e participativa, caracterizando-se como Economia Popular Solidária;
- Estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

- Contribuir para a criação de políticas e programas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito e outras formas de organização deste setor;
- Propor medidas que incentivem o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Brasil e nos Estados;
- Sugerir adequações ao novo Marco Legal do cooperativismo, que envolve também o associativismo, objetivando o fortalecimento dos empreendimentos coletivos;
- Promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da Economia Popular Solidária;
- Supervisionar e avaliar as parcerias da SENAES com outros órgãos do governo federal, bem como de governos estaduais e municipais;
- Supervisionar e avaliar as parcerias da SENAES com movimentos sociais, agências de fomento da Economia Popular Solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo e do associativismo;
- Supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do MTE, em sua área de competência.

A Secretaria tem como competência ainda a apresentação de estudos e sugestões adequadas na legislação, visando o fortalecimento dos empreendimentos solidários através de medidas que incentivavam o desenvolvimento da Economia Solidária. (BRASIL, 2013). Dentre as ações desenvolvidas pela SENAES, encontram-se cinco programas visando à ampliação e o fomento da Economia Solidária no território nacional. A partir da descrição apresentada no site oficial do Ministério do Trabalho, apresentam-se a seguir os programas vinculados a SENAES e uma breve descrição de seus objetivos:

Tabela 2 - Programas vinculados a SENAES⁹

Programas	Objetivos
<p>Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (PRONACOOP Social)</p>	<p>O PRONACOOP Social é o Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social, instituído no ano de 2013 através do Decreto nº 8.163/2013, que visa planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais, formados por pessoas em situação de desvantagem, conforme a Lei nº 9.867/1999, tais como: pessoas com transtornos mentais, inclusive em decorrência do uso de álcool e outras drogas; pessoas com deficiência física ou mental; egressos do sistema prisional; e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, econômica ou afetiva.</p>
<p>Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.</p>	<p>O Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária tem por objetivo a ampliação da estratégia de ação regional/territorial do governo federal, tendo o território como protagonista do processo de desenvolvimento e respeitando as potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas regionais.</p>
<p>Programa de Resíduos sólidos</p>	<p>O Programa de Resíduos sólidos tem por objetivo ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.</p>
<p>O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.</p>	<p>O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem por objetivo a promoção do fortalecimento e divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.</p>
<p>Programa Nacional de Incubadoras de</p>	<p>O PRONINC tem como finalidade apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos ou</p>

⁹ Tabela elaborada pela pesquisadora.

Cooperativas Populares (PRONINC)	fortalecer empreendimentos já criados, por meio da oferta de qualificação e assistência técnica durante o período de incubação.
---	---

No que se refere à participação popular e ao controle social junto às políticas de fomento da área, os grupos de Economia Popular Solidária, assim como, os atores sociais envolvidos, articulavam-se em vários fóruns locais e regionais, a fim de construir estratégias de fortalecimento do movimento e mobilização para alcance das demandas junto ao âmbito estatal. A organização desses fóruns regionais resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. O FBES foi criado na 3ª Plenária Nacional de Economia Solidária, ocorrida em Brasília, de 27 a 29 de junho de 2003. Nessa plenária também foram definidos a composição e o funcionamento do Fórum. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012).

Em entrevista, em maio de 2007, o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, destacou que embora haja movimentos de Economia Solidária em diversos países, o Brasil é pioneiro na criação de um Fórum reunindo todos os segmentos envolvidos para a discussão de propostas a fim da consolidação e crescimento do processo. Singer também acrescentou que a existência desse Fórum é essencial para a continuidade do movimento no Brasil. O FBES, juntamente com outras importantes organizações da sociedade e órgãos do governo que atuam com temas relacionados à Economia Solidária, compõe o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). O CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). CNES constitui-se como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da Economia Solidária. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012).

O CNES tem como principais atribuições: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à Economia Solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do governo federal; e o acompanhamento da execução dessas ações, no âmbito de uma política nacional de Economia Solidária. Entre os espaços de participação das políticas de Economia Solidária encontram-se também as Comissões Gestoras Nacionais e Estaduais do Sistema de Informação da Economia

Solidária (SIES), do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), entre outras. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012, p. 216).

No que se refere às atribuições da SENAES, entre estas está a proposição de diretrizes voltadas à geração de renda através do envolvimento dos diversos Ministérios que integram o Governo Federal, bem como, o acompanhamento da execução de ações em âmbito nacional que atuem frente à Economia Popular Solidária. Faz-se necessário ressaltar que a SENAES atua junto às políticas públicas de Economia Solidária por meio das transferências de recursos a estados, municípios, universidades e organizações da sociedade civil que executam projetos para apoiar e fomentar empreendimentos econômicos solidários, não atuando no financiamento direto aos empreendimentos solidários assistidos. (BRASIL, 2013).

A partir do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, decorrente do impeachment de 2016, iniciou-se um processo de desconstituição da estrutura organizacional e de gestão da SENAES, culminando no afastamento do Paul Singer, titular da gestão da SENAES. A demissão de Singer foi realizada sem nenhuma consulta às organizações sociais envolvidas, substituindo o posto pelo servidor, escrivão de polícia aposentado, Natalino Oldakoski, da Polícia Civil do Paraná. Em 4 de novembro de 2016, a SENAES, enquanto secretaria nacional, foi extinta e foi criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho.

4.2 Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC surgiu em 1997, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação.

Conforme o Decreto nº 7.357 de 17/11/2010, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares tem como finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir os seguintes objetivos:

- I - geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;
- II - construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação;
- III - articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;
- IV - desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articulados a processos de desenvolvimento local ou territorial;
- V - formação de discentes universitários em Economia Solidária;
- VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da Economia Solidária nas instituições de Ensino Superior.

O PRONINC compreende os empreendimentos econômicos solidários como “organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”. (BRASIL, 2010). A incubação de empreendimentos econômicos solidários é entendida como “o conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica destes empreendimentos”. (BRASIL, 2010). Por sua vez, as incubadoras de cooperativas populares são definidas pelo programa como “organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e que atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão”. (BRASIL, 2010).

A partir da adesão do PRONINC junto a SENAES, evidencia-se a necessidade da constituição de uma gestão que cumpra o papel estratégico de articulação de recursos e parcerias institucionais. A partir dessa demanda, surgiu em 2003 o Comitê Gestor do Programa a fim de debater a experiência acumulada e as propostas para sua continuidade, o qual, gradativamente, foi incorporando outros

órgãos de governo. Ao longo de uma década, a SENAES coordenou, junto ao Comitê Gestor, a publicação de editais em Chamadas Públicas para selecionar projetos visando o fortalecimento e criação de incubadoras. Os editais construíram possibilidades concretas para a ampliação das atividades das incubadoras alocando recursos orçamentários específicos para essa ação. (IADH, 2011). No ano de 2013, o PRONINC deixa de ser executado pela FINEP e passa a ser executado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, aderindo ao PRONINC um caráter voltado para formação e para pesquisa.

A SENAES, em parceria com órgãos de fomento, abriu editais e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio – governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela SENAES usufruíram dos recursos públicos, bem como de encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando estabelecer e fortalecer o vínculo entre elas. (GOERCK, 2009).

A SENAES contribuiu para ampliação do diálogo das incubadoras de Economia Solidária com o governo federal, fortalecendo as parcerias existentes e ampliando a participação de ministérios e de outros órgãos federais na gestão do PRONINC, que se reúne regularmente para a definição de metas, prioridades e mecanismos de monitoramento do programa, seleção e acompanhamento dos projetos e participação no financiamento. (IADH, 2011). O PRONINC viabilizou o apoio à consolidação de novas incubadoras com recursos do orçamento do MTE/SENAES, do MDS, da FINEP, da FBB e do MEC. No ano de 2009, iniciaram-se também fomentos a projetos de transferência de tecnologias e disseminação de conhecimentos, mediante a formação de Núcleos Temáticos e Regionais em Incubação de empreendimentos solidários, com recursos da SENAES e da FINEP. (IADH, 2011). O PRONINC ampliou sua ação atuando em território nacional, fornecendo apoio técnico e financeiro para incubadoras sociais, através de ações que impulsionaram a ampliação dos recursos e dos instrumentos de seleção de projetos para apoio às incubadoras já existentes e fomento a novas incubadoras sociais.

5 O PRONINC E SUAS DIMENSÕES IDEOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo problematizar o PRONINC e suas dimensões ideológicas a partir dos resultados alcançados através das análises dos dados apreendidos por meio das entrevistas com gestores das incubadoras sociais e das análises documentais. A escolha dos subitens que compõem o capítulo emergiu a partir de uma pré-análise dos dados, onde destacou-se algumas categorias analíticas que apresentaram maior visibilidade na fala dos gestores entrevistados e nos documentos selecionados para análise.

Inicialmente o capítulo apresenta uma contextualização da Economia Solidária e sua dimensão ideológica, trazendo uma análise de suas inspirações junto às experiências históricas do século XIX e suas distintas manifestações na atualidade. Em segundo momento, o capítulo propõe uma análise dos limites e possibilidades da atuação das incubadoras sociais, problematizando o papel da extensão universitária e da universidade na formação ideológica dos sujeitos. Por fim, propõe-se um diálogo a fim de compreender as inter-relações entre o Estado e a Economia Solidária junto ao PRONINC, analisando o PRONINC em suas diferentes fases e elucidando os avanços e contradições que permeiam essa relação.

5.1 Economia Solidária e sua dimensão ideológica

Para compreender a Economia Solidária e suas dimensões ideológicas na atualidade, faz-se necessário entender suas inspirações, oriundas ainda de séculos passados, que detêm um papel central, ainda que parcial, nas suas ações no tempo presente. Dentre as vertentes que inspiram a Economia Solidária enquanto movimento autônomo, cabe ressaltar as experiências britânicas de trabalho associativo do início do século XIX, inspiradas por Robert Owen, nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção. (SINGER, 2000b).

Essas experiências surgem em cenário decorrente da I Revolução Industrial, em que se consolidou um processo de intenso desenvolvimento de produção fabril, a partir da utilização do maquinário a vapor e da apropriação do petróleo e da

eletricidade no processo industrial, desencadeando o acirramento da divisão social do trabalho pela intensificação da acumulação de capital. As amplas transformações ocorridas no referido período ocasionaram a intensificação da exploração dos trabalhadores no meio fabril, especialmente da mão de obra feminina e infantil. A classe operária encontrava-se destituída de direitos trabalhistas e as condições de trabalho se consolidavam através da precariedade e da insalubridade, marcadas, dentre diversos fatores, pela ampla carga horária de trabalho, além do reduzido salário. (GOERCK, 2009).

A partir desse prolixo cenário, surgem experiências associativas e cooperativas, marcadas pela autogestão dos trabalhadores e pela divisão democrática de atividades laborais e lucros. Tais práticas buscavam “amenizar” os conflitos econômicos e sociais que eram vivenciados pelos proletários, decorrentes das manifestações de questão social. (GOERCK, 2009).

Dentre as experiências associativas e cooperativas, destacam-se as desenvolvidas a partir dos ideais de Robert Owen, caracterizando-se como um dos precursores do desenvolvimento da ideologia cooperativista. Owen buscou a construção de experiências de trabalho coletivas, destituídas da ideia do lucro pela concorrência, já que considerava este como responsável pela deturpação social. (PINHO, 2004). As experiências mobilizadas por Owen inspiraram distintos grupos a seguirem seus preceitos, alocados nos mais diversos países, ampliando a ideia do cooperativismo que inicialmente constituiu-se a partir de experiências isoladas a um movimento amplo e consistente. O cooperativismo enquanto movimento estabeleceu a premissa de princípios que caracterizam seus ideais e seus preceitos. Tais princípios inspiraram posteriormente a consolidação de concepções que hoje regem a Economia Solidária, com a finalidade de caracterizar o funcionamento dos empreendimentos que a compõem. Segundo Singer (2002), os princípios constituem a Economia Solidária são: autogestão, cooperação, solidariedade e democracia.

Entretanto, frente à diversidade de experiências de Economia Solidária, é possível identificar discursos compartilhados que destacam os princípios da autogestão, cooperação, solidariedade e gestão democrática. Dentre as matrizes da Economia Solidária, Sígilo e Mascarenhas (2012, p.198) destacam três delas que são ressaltadas especialmente nas obras de Paul Singer: a socialista, a anarquista e a humanista-religiosa.

Tabela 3 - Matrizes da Economia Solidária¹⁰

<p>Utopia, socialismo e cooperação</p>	<p>Da matriz socialista, podemos identificar a presença de características, retóricas e práticas que nos remetem às primeiras formulações utópicas, no início do XIX, no contexto da I Revolução Industrial, com socialistas como Robert Owen, considerado o primeiro teórico do cooperativismo. Porém, também aparecem importantes referências do chamado socialismo científico, com Marx e Engels, e de teóricos marxistas atuais, especialmente suas concepções sobre a propriedade e o controle coletivo dos meios de produção pelos trabalhadores.</p>
<p>Autogestão, liberdade e anarquismo</p>	<p>Principalmente pela centralidade dada ao princípio da autogestão, encontramos influências do pensamento anarquista, que traz muitas vezes movimentos de questionamento e contraposição ao Estado, assim como a proposta de sua substituição por formas de cooperação entre indivíduos e grupos produtivos livres, como tratava Proudhon, com relação ao mutualismo e ao federalismo.</p>
<p>Humanismo-religioso, solidariedade e cotidiano popular</p>	<p>A vertente humanista-religiosa traz elementos e retóricas marcadas pelo princípio da solidariedade e pela ênfase na formação prática pela aproximação do cotidiano popular.</p>

As diferentes vertentes descritas acima permitem constatar a pluralidade de ideologias que a compõe a Economia Solidária, o que impossibilita um enquadramento limitado apenas a uma instância, variando conforme a apropriação ideológica dos atores sociais que a consolidam na prática cotidiana. É possível ainda investigar a presença de outras matrizes teórico-políticas na Economia Solidária,

¹⁰ Tabela elaborada pela pesquisadora.

que se relacionam às especificidades de cada região e território, a partir das suas formações culturais, históricas, socioeconômicas, religiosas, etc. (SCHIOCHET, 2012).

No território brasileiro, o surgimento da Economia Solidária enquanto movimento social ocorreu na década de 90 do século XX, obtendo relevante apoio de grupos e movimentos que se aproximam da matriz humanista-religiosa, inspirados na Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs. Entretanto, ainda que se destaque a relevância da matriz humanista-religiosa na construção da Economia Solidária no Brasil, ela não se consolidou de forma hegemônica. As demais vertentes citadas também se faziam presentes no movimento de forma veemente, agregando elementos característicos próprios, que ainda que se contradigam entre si (em função das divergentes linhas teóricas), são abrangidos pelo movimento de forma a dialogarem e buscarem a legitimação de interesses em comum.

O surgimento da Economia Solidária no Brasil, segundo Valmor Schiochet (2012, p.17), foi um resultado histórico da forma como a questão social se apresentou na década de 1990, oriunda da contradição entre a trajetória dos movimentos sociais na busca por reconhecimento junto à sociedade civil em oposição à “incapacidade de construção de uma ordem econômica capaz de assegurar de forma substantiva a cidadania ampliada requerida pelo processo de democratização”. Dentre esse contexto, a Economia Solidária surge na sociedade civil, como uma alternativa diante da crise, por meio da articulação entre os princípios políticos (voltados para a cidadania) e os princípios organizativos econômicos (voltados para os processos produtivos e distributivos de bens e serviços). No entanto, essa “reinvenção” da Economia Solidária ocorre numa conjuntura marcada pelas “consequências sociais da expansão do novo liberalismo econômico e da derrocada do socialismo real”. (SCHIOCHET, 2012, p. 34). Nesse contexto, a Economia Solidária é “reinventada” no enfrentamento social pela afirmação da

radicalização da experiência democrática a partir dos limites das possibilidades de expansão das organizações econômicas não capitalistas que se afirmam num contexto de forte expansão da mercantilização capitalista mundial e da crescente monopolização e oligopolização dos mercados. Condição que estabelece as bases históricas para o desenvolvimento da autogestão circunscrita às experiências de gestão democrática dos empreendimentos econômicos solidários. (SCHIOCHET, 2012, p. 34).

A Economia Solidária desloca-se do contexto dos movimentos que a originaram para constituir um campo específico de conflito e lutas. “Na medida em que a Economia Solidária foi se constituindo enquanto movimento social ela passou a incorporar a “lógica da politização” própria dos movimentos sociais na conformação da sociedade civil”. (SCHIOCHET, 2012, p.38). Dentre esse processo, consolidou-se uma crescente politização da Economia Solidária, o que ocasionou um movimento em defesa da incorporação na agenda do Estado (políticas públicas) e na sua visibilidade como uma nova questão para a esfera pública.

A emergência da Economia Solidária enquanto movimento social constituiu-se

como um processo de retomada das formas de organização econômicas comunitárias e de reciprocidade próprias das populações que não foram diretamente subordinadas ao modo de acumulação capitalista e mantiveram suas populações organizadas de maneira não capitalista, mas, principalmente, das experiências socialistas que proliferaram desde o início da industrialização capitalista. (SCHIOCHET, 2012, p.33).

Dentre o contexto Latino-americano, cabe ressaltar que em períodos de crises socioeconômicas observam-se processos de expansão das experiências associativas; entretanto, tais experiências carregam consigo a oposição entre os riscos e possibilidades, de velho e novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limitações.

Compreendendo o capitalismo como um sistema amplo e interligado em escala mundial, as experiências autogestionárias desenvolvidas em seu âmbito defrontam-se com diversos obstáculos em seu desenvolvimento, como o isolamento econômico, que implica na limitação de relações com o mercado; a questão tecnológica, que permite o desenvolvimento de relações sociais restritamente associadas a produção capitalista; e o Estado, cujo fundamento legalista procura enquadrar essas experiências nas normas jurídicas capitalistas. (SARDÁ; NOVAES, 2012).

A fim de exemplificar essas contradições no cenário brasileiro, Sardá e Novaes (2012) relatam alguns estudos sobre as empresas recuperadas no Brasil, em que se observa tensões e conflitos que se traduzem na reintrodução dos princípios capitalistas de organização do processo de trabalho. Em alguns casos, as condições de trabalho enfrentadas nessas cooperativas não têm permitido aos trabalhadores o estabelecimento de novas relações de trabalho. “Essas experiências, não raro, têm recorrido ao prolongamento da jornada não remunerada,

à intensificação do ritmo ou da redução salarial para garantir a competitividade das empresas, isto é, aos mecanismos da mais-valia absoluta” (Ibid., p. 174).

As contradições da Economia Solidária como experiência autogestionária inclusa dentro de um modo de produção capitalista tornam-se perceptíveis também na retórica dos gestores entrevistados, sendo ressaltadas pelo GEST1, ao afirmar que:

Então assim, se tu vai pensar, vamos dizer nos primórdios da economia solidária, tem toda uma questão de vamos mudar, fazer uma economia diferente, relações diferentes e tudo mais, mas tudo acaba se acaba esbarrando mesmo no mercado, no mercado e com tudo que ele exige e oferece, seja em produção, qualidade, em publicidade e tudo mais.

As limitações e contradições de grupos autogestionários, inclusos no sistema capitalista, são considerados ainda por Karl Marx (2008, p. 334) ao analisar as experiências coletivas do século XVIII e XIX, onde afirma que as “fábricas-cooperativas dos trabalhadores são, no interior da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente por toda parte, em sua organização real reproduzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente”.

No campo da luta pela construção democrática, é importante identificarmos a existência de uma “confluência perversa”, que dificulta enxergarmos os diferentes projetos políticos que se contrapõem na atualidade, ocultando a visão de suas inversas perspectivas em relação aos interesses socioeconômicos e a esfera política. Esse fato deve-se aos diferentes projetos políticos em disputa, em que diversas vezes compartilham vocabulários comuns, críticas ao Estado e em defesa da participação social, apesar de se distinguirem e caminharem em sentidos opostos. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012).

No campo da Economia Solidária, essa confluência de projetos políticos democráticos se dá na disputa entre projetos que buscam o aprofundamento da democracia e da autogestão nas relações econômicas e políticas, contestando as relações de poder e a forma de se fazer política dominante, em contraposição a adesão de “projetos centralistas, que não explicitam e não reconhecem a contradição entre o discurso pela autogestão e a prática do centralismo, que reproduz relações de desigualdade e hierarquia no espaço de trabalho e na esfera política e pública”. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012, p,199).

Essa confluência se dá também em decorrência da consignação de que para ser considerado um empreendimento solidário basta o empreendimento seguir os

princípios que regem a Economia Solidária. Contudo, os referidos princípios detêm termos de abrangência polissêmicos e genéricos, podendo ser associados tanto à construção em um viés crítico, como a uma vertente de mundo funcional e mercadológica.

Ainda que em seu contexto originário, o cooperativismo detinha um caráter crítico ao sistema capitalista, e que este possuía um papel relevante na inspiração dos princípios da Economia Solidária. Na atualidade, não necessariamente esses princípios detenham a mesma significância do referido período, podendo ser interpretados de diferentes maneiras, não apresentando definições que partam unicamente de uma vertente crítica. A utilização de termos polissêmicos, sem uma definição clara de sua significação junto ao contexto referido, permite uma abrangência plural de tais princípios, aderindo sua significância conforme as diferentes ideologias seguidas. A utilização do termo solidariedade, por exemplo, permite uma pluralidade de interpretações, já que este é utilizado de distintas formas, conforme as vertentes que o apropriam.

Dentro de uma perspectiva sóciopolítica o termo solidariedade encontra-se associado à responsabilidade e à empatia recíproca entre os membros de uma comunidade, de uma classe ou de uma instituição. Em uma vertente cristã, o termo ganha uma significação que se aproxima do assistencialismo e caridade, abrangendo a ideia de resignar-se em prol do outro. Já no âmbito jurídico, solidariedade consiste na compreensão de um “acordo através do qual algumas pessoas se sentem obrigadas umas em relação às outras e/ou cada uma (individualmente) em relação às demais”. (DICIO, 2018). Por fim, na teoria funcionalista durkheimiana, a solidariedade detém a função central na consolidação da vida social a fim de manter os laços dos indivíduos entre si, nas mais diferentes sociedades. Entretanto, o autor parte da premissa da defesa do sistema vigente, assim a solidariedade referenciada por ele não permeia no âmbito da mudança social, mas consiste em um laço central para manutenção do sistema capitalista.

A utilização de termos amplos e polissêmicos, como a solidariedade, por exemplo, sem uma especificação de qual significação se refere, permite uma compreensão genérica da Economia Solidária, a partir de correntes teóricas que, por vezes, divergem entre si. Essas contradições e cisões ocasionam dificuldades de diálogo entre os diferentes linhas da Economia Solidária, originando um

distanciamento dos empreendimentos entre si, da Economia Solidária enquanto movimento social, assim como das teorias que a orientam. Esse fato pode ser observado na fala do GEST1, ao afirmar que: “Tem uma coisa que sempre me angustiou de certa forma, era o desencontro de interesses entre academia, entre a necessidade dos empreendimentos e até o próprio movimento dos fóruns. Muitas vezes eles estão desconectados”.

Ao analisar as entrevistas realizadas junto aos gestores das incubadoras sociais, observou-se uma maior abrangência sobre Economia Solidária associada as suas dimensões ideológicas nos argumentos do GEST1, em que o gestor ilustra uma crítica ao distanciamento da concepção acadêmica e estatal da prática cotidiana dos empreendimentos:

Vou te dizer uma coisa, a minha visão ela foi, ela era inicialmente, uma visão muito idealista e realista e até ingênua, pela falta de entender a prática. Posteriormente, claro, tu vai colocando os pés no chão, tu vai conhecendo, tu vai flexibilizando, porque tu não está ali para impor a tua vontade, para auxiliar né, com os conhecimentos que se tem, para fortalecer o que se deseja da outra parte, tu vais andando. (...) O quê que acontece, o que eu percebi é muita demagogia, (...) a realidade ela é muito mais bonita e ele é muito mais cruel do que a gente encontra nos livros (...). Eu só não gosto mais é do romantismo sabe, aquela coisa romântica, isso não vai te dar a força que tu precisa para se manter no mercado. Então deve se aprender a sobreviver de uma forma que as tuas condutas reflitam os teus princípios ou é tudo uma grande farsa.

Na fala citada acima do GEST1, observa-se o relato de que a aproximação da Economia Solidária durante a atuação como gestor da incubadora social ocasionou um processo de ressignificação sobre Economia Solidária, na qual as concepções teóricas são apresentadas com certo distanciamento da acepção atual. No decorrer da entrevista, destaca-se em diversos pontos a associação da Economia Solidária a princípios “éticos”, de conduta dos indivíduos entre si e em sociedade:

Eu acho que tá muito mais por uma questão ética, uma questão de princípios e de condutas e regidas por esses princípios de forma a ética, do que ter x pessoas, se organizar de determinadas formas, ter x assembleias, tá muito além disso.

Observa-se ainda certa contradição no que diz respeito à concepção do GEST1 sobre a acepção de Economia Solidária, na qual não necessariamente deteria uma gestão democrática, podendo ser associada à heterogestão.

Tu ver pessoas que fazem uma razão social (...) começam a produzir seja o que for, mas a forma como eles se organizam, elas decidem juntos, elas fazem as coisas juntos, elas se preocupam em justiça social e pode ser justiça social também com seus subordinados e isso não impede que se tem uma visão de uma economia mais solidária.

A ideia que é possível que os empreendimentos solidários detenham “subordinados” fere um princípio central da Economia Solidária que é premissa de vínculo coletivo e democrático. Na entrevista com GEST2, observa-se a prevalência de temas como as incubadoras sociais e o processo de incubação, assim como o PRONINC enquanto política de fomento à área. A Economia Solidária e suas concepções ideológicas apresentam-se como temas abrangidos de forma sucinta em sua retórica. Entretanto, ao ser questionado como ele definiria a concepção de Economia Solidária, afirmou-se que:

Acho que é uma forma de produzir e não um modo de produção, mas uma forma de produzir, na qual o trabalho é destacado, ele ganha uma importância, cujos princípios se aproximam da ideia do trabalho associado, baseado na cooperação, na reciprocidade, na solidariedade e na autogestão.

Ao observar sua concepção de Economia Solidária, vale ressaltar a afirmação “acho que é uma forma de produzir e não um modo de produção”. A referida afirmação nos permite analisar a ciência do gestor de que, mesmo que a Economia Solidária detenha princípios de organização e produção mais democráticos e coletivos, esta reproduz e depende das relações do modo de produção capitalista vigente, subordinando-se por vezes as exigências do capital.

No que se refere à concepção de Economia Solidária estatal, no decreto nº 7.357, publicado em novembro de 2010, que dispõe sobre o PRONINC, define-se empreendimentos econômicos solidários como: “organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”. (BRASIL, 2010).

Dentre a definição estatal descrita, observa-se um ocultamento do posicionamento sociopolítico da Economia Solidária a partir do que o Estado definira como empreendimentos econômicos solidários. Ainda que seja citado que os empreendimentos “exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”, a alusão à compreensão de democracia está associada à divisão da gestão do empreendimento nas atividades e na alocação dos resultados e não a uma compreensão de democracia mais ampla no âmbito social.

Nota-se ainda a ausência de conceitos como a autogestão, assim como a alusão que associe os empreendimentos solidários enquanto espaços críticos, de resistência e de possível construção ideológica contra-hegemônica. A neutralidade

no posicionamento estatal traz de forma implícita uma tentativa de legitimação da Economia Solidária, tanto aos interesses liberais de mercado, como da Economia Solidária enquanto movimento social.

A apropriação do conceito da Economia Solidária dissociado de um caráter político oculta sua essência na qualidade de movimento social, possibilitando a legitimação de sua instância a partir dos interesses do mercado, limitando sua concepção a ideia de desenvolvimento apenas ao viés econômico. A desvinculação de natureza política possibilita ainda a legitimação da ação de fomento via políticas públicas, sem divergir com os interesses empresariais, já que, ainda que o empreendimento solidário possa produzir o mesmo produto de uma empresa de domínio de mercado, seu poder de competitividade e abrangência é limitado e não põe em risco a dominância mercantil.

O desenvolvimento de empreendimentos solidários com base na lógica neoliberal apresenta-se de forma útil ao crescimento econômico estatal, viabilizando renda a um público que até então detinha um consumo inexistente ou limitado, possibilitando, assim, uma ampliação do capital de giro. O fomento à ideia do autoemprego permite a desresponsabilização do Estado sobre a garantia de direitos fundantes, como o direito ao trabalho, associando de forma explícita sua alocação a uma retórica neoliberal do trabalho e do desenvolvimento a partir do mérito individual.

A indução a uma concepção de Economia Solidária que legitime os interesses do Estado possibilita a reprodução ideológica incorporada a natureza da formação de consenso, em que o domínio derivado dela toma uma forma hegemônica. A ausência de um caráter crítico na retórica estatal da Economia Solidária é salientado ainda na fala do GEST1, ao analisar o processo de incentivo e fomento da Economia Solidária pelo Estado brasileiro. Segundo ele, a Economia Solidária começou

a ganhar incentivos como uma forma amortizar a possível, improvável, mas possível, rebelião de desempregados(...). Quando o governo do PT assume em 2003, tudo que foi dado foi paliativo, tudo que foi dado foi insuficiente. Tudo o que foi cobrado também foi paliativo, tudo que foi cobrado foi insuficiente. Então assim, eu vi durante muito tempo isso como massa de manobra. Por que a qualificação, a capacitação para compreensão da economia solidária, poder fazer uma leitura política de fato e poder se separar: olha quem tá afim disso e quem tá afim daquilo, ou seja quem tá ali por uma questão de sociabilidade das velhinhas e quem tá ali para grana ou política, nada disso fez distinção, se colocou tudo no mesmo saco, até mesmo a cobrança de resultados era insignificante, fazia-se um relatório e deu, então eu achei tudo muito fraco.

Observa-se na explicação do GEST1 a crítica à postura estatal junto ao PRONINC enquanto política de fomento à área, reforçando a percepção da ausência de interesse do Estado em distinguir os diferentes posicionamentos da Economia Solidária, aderindo um juízo do movimento de forma generalista e apolítica. A adesão a ações paliativas, associadas a um posicionamento imparcial no âmbito sociopolítico, caracteriza uma estratégia de dominância e controle estatal, a fim de manter a estrutura de dominação vigente. Esse fato é reafirmado na fala do GEST1, ao alegar que:

Tem uma coisa interessante, uma que eu ouvi a primeira vez e achei legal, depois fiquei pensando e achei, 'puff', que é: se várias pessoas pequeninhas, em lugares pequeninhos, fazendo coisas pequeninhas, produzem grandes resultados. Não, menos né! Aí tu começa a ver que os dados são fornecidos (...) são números que não são reais, sabe, aí tu fica vendo assim, isso aqui não é real. Não acho que várias pessoas pequeninhas, em lugares pequeninhos, fazendo coisas pequeninas vão fazer grandes mudanças. Isso me parece mais um mantra, que vem de cima para baixo, um mantra de controle. (...) A economia solidária ela é absurdamente controlada, na época que eu participava, ela era muito controlada de cima para baixo e a impressão que dava, era que era controlada para não funcionar mesmo. Se houvesse vontade política, a conduta, os recursos, os métodos seriam outros.

A declaração do gestor a cima reafirma a domínio por meio da contradição da retórica e da prática estatal. Pensar em medidas estatais voltadas para uma mudança social, requerem acima de qualquer deliberação, a construção, o debate e a participação popular, a fim estabelecer ações que possibilitem um processo de conscientização e participação política dos atores sociais que a compõem. Todavia, a participação popular “não tem sido historicamente prioridade de nenhum governo. Mesmo em governos formados por partidos oriundos das classes trabalhadoras e populares, há visões divergentes sobre o tema”. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012, p. 199). Entre os governos Lula e Dilma, reconhecemos no Brasil a ampliação dos canais de participação, juntamente com o crescimento do acesso a recursos públicos por organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Entretanto, a maior parte desses recursos está voltada para a execução de políticas públicas em parceria, não para a formação política, fundamental à participação social.

Em decorrência desse fato, as organizações e movimentos sociais beneficiados correm o risco de se transformar em meros executores de políticas, desviando-se de seus propósitos maiores. Além disso, “é possível verificar que nessas últimas décadas no Brasil tivemos importantes avanços no campo da participação, no que se refere à elaboração e à deliberação sobre as políticas

públicas, mas pouco se avançou com relação ao controle social”. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012, p.199).

Frente a esses desafios,

precisamos renovar e reinventar a política, atuando pelo fortalecimento do caráter associativo da sociedade, pelo enfrentamento do modelo de desenvolvimento e de política econômica vigentes, pela importância do reconhecimento e da participação da diversidade e pluralidade de sujeitos políticos, pela disseminação da chamada pedagogia da participação no governo, nos partidos, nos movimentos sociais e na sociedade. (SÍGILO; MASCARENHAS, 2012, p.199).

No contexto atual, é fundamental avançarmos na democratização da política e da economia, como propõe o movimento e as experiências de Economia Solidária a partir de um viés crítico, que nos provocam a relacionar a partir de novos parâmetros essas duas instâncias. A partir do fortalecimento da Economia Solidária enquanto movimento social torna-se possível dar voz aos atores sociais que a compõem, criando espaços de construção ideológica contra-hegemônica que sobreponham os vínculos de dominação que os sujeitam. O fortalecimento do movimento de Economia Solidária em sua luta por reconhecimento se constitui como um sujeito político coletivo, que mesmo sendo constituído em um contexto de conflito e tensão, deve buscar sua autonomia perante as estratégias de dominação estatal e do mercado, com a intenção de garantir seu caráter crítico.

5.2 As incubadoras sociais e a extensão universitária

A extensão universitária¹¹ é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão possibilita uma troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, assim como a produção do conhecimento teórico resultante da intervenção junto à realidade, contribuindo para a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (FORPROEX, 1987).

¹¹ As primeiras experiências de extensão universitária brasileira se dão no Brasil Colônia até o final da década de 1950. Esse primeiro período da história da extensão é marcado por experiências dispersas e fragmentadas. Entretanto, entre o período de 1960 até o ano de 1964, observa-se um processo distinto da extensão universitária a partir de práticas que evidenciam a atuação engajada da universidade a partir da ação dos estudantes (movimento estudantil) e de alguns professores, ampliando as ações extencionistas, dando a elas uma direção voltada ao compromisso com as classes populares e conscientização de direitos. (FRAGA, 2012).

No campo da Economia Solidária, as atividades de incubação associadas a extensão são resultantes da articulação de, pelo menos, dois campos específicos acadêmicos: estudos sobre o trabalho e estudos sobre a educação. Esses dois campos apresentam-se complexos e multifacetados, exigindo atenção às sutilezas e às particularidades das mais diversas ordens. (MOURA,2014). A fim de apreender a realidade que permeia as incubadoras sociais dentro o âmbito universitário, assim como a interlocução entre esses dois campos citados, visou-se junto ao corpus de análise compreender quais os limites e possibilidades da atuação das incubadoras sociais junto à extensão universitária, problematizando o papel da extensão e da universidade na formação ideológica dos sujeitos. A construção de um subcapítulo abrangendo essa relação deu-se em decorrência da relevância e abrangência dado ao tema junto as entrevistas realizadas junto aos gestores, trazendo à tona uma série de elementos que necessitam de uma análise mais detalhada e crítica sobre a universidade enquanto instituição de formação de conhecimento e um espaço de construção e reprodução ideológica.

Ao analisar as entrevistas realizada com os gestores, destacaram-se diversos subsídios estruturais dentre a lógica institucional que interferem e refletem diretamente nas ações desenvolvidas na extensão universitária e conseqüentemente nas incubadoras sociais. Dentre esses subsídios, notou-se inicialmente em ambos relatos uma frágil relação de reconhecimento das atividades desenvolvidas nas incubadoras sociais pela gestão administrativa da instituição, o que ocasiona certo isolamento do projeto perante a reitoria e demais instâncias administrativas. Esse fato pode ser observado na afirmação do GEST2, ao ser questionado como se dava a relação entre a incubadora social e a universidade:

Os pontos positivos, olhando para o nosso exemplo é o reconhecimento que a gente tem aqui dentro da faculdade de ciências econômicas. Mas o negativo é que esse reconhecimento ele não é generalizado e ele principalmente bastante frágil, ausente na estrutura da administração central da universidade.

Junto a alocução do GEST1, constatou-se as limitações de reconhecimento institucional muito associadas ao fato da incubadora social não gerar lucro a instituição, destacando a premissa de valorização associada a projetos que possibilitem um retorno financeiro a universidade, como pode ser observado no trecho a seguir: “(...)infelizmente os gestores anteriores eles não tinham essa visão

social porque os grupos não vão pagar, os grupos não pagam, então para ele não serve. O ganho indireto é muito maior do que esse empreendimento pagar uma taxa”. No decorrer da entrevista com o GEST1, observaram-se de forma recorrente relatos sobre a cobrança institucional por ações que visem um retorno financeiro do projeto, fato que é atenuado devido à incubadora estar inclusa dentro de uma universidade privada, a qual detém dentro a lógica formação, a prevaência de interesses do mercado.

A adesão dos interesses privados junto ao âmbito universitário é destacado na obra *Escritos sobre a Universidade*, da autora Marilena Chauí (2001b), na qual demonstra-se como a ideologia liberal está inclusa na formação universitária, com o objetivo de gerar trabalhadores funcionais às demandas do mercado e destituídos de consciência social crítica. A autora parte da premissa de que a “universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada”. (CHAUI, 2001b, p.35).

A inserção de ideais desenvolvimentistas e mercadológicas no sistema educacional possibilitou, segundo Chauí (2003), a apreensão da universidade como uma organização social e não como uma instituição social. Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade. A organização social

está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. (...) Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. (...) A instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais. (CHAUI, 2003, p. 6).

Compreender a universidade enquanto um espaço de formação e reprodução ideológica nos possibilita questionar sua própria existência, assim como analisar sua função no âmbito social como meio de legitimação da ideologia dominante. A universidade apresenta um caráter diferenciado das demais instituições por deter

uma autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada no artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, sua autonomia não garante a formação através de parâmetros socialmente críticos. O que se observa é uma divisão interna entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais e impedem a concretização da instituição universitária e suas possibilidades democráticas. (CHAUI, 2003).

Nas entrevistas analisadas, observa-se dentre a retórica dos gestores contradições inclusas em seus argumentos, ao apresentarem diversos elementos que por vezes opõem-se ao modo de produção capitalista e associam a Economia Solidária enquanto um espaço de possível transformação social. Todavia, em outros momentos, ressaltam-se subsídios que convergem e legitimam o modo de produção vigente, ao defenderem o fomento e a aproximação das incubadoras sociais a experiências que reproduzem a lógica de empreendimentos individuais inclusos aos modelos de negócios tradicionais.

Na retórica dos dois gestores, verificaram-se relatos sobre experimentos de fomento nas incubadoras sociais a empreendimentos que se enquadram dentro o modelo de negócios denominado de *startup*, na qual aparecem em ambas alocações o ideal de legitimação da aproximação dessas experiências junto as incubadoras sociais, como descrito pelo GEST2:

Acho que a incubadora social busca alcançar objetivos que potencializam ações na sociedade. Mas eu sei que tem outras visões né, hoje por exemplo tem experiência na rede de incubadoras multissetoriais em que elas são ao mesmo tempo para empresa e incubadora social. (...) a gente vai até colaborar e por exemplo, os *startups* que são iniciativas de jovens com grande potencial de compressão da tecnologia e que tu não podes dizer que esses caras são capitalistas, mas eles também não são da economia solidária. Eles trabalham individualmente em detrimento da ideia de a economia solidária trabalhar com o coletivo. Mas essas iniciativas elas no meu modo de ver, elas podem dialogar. Elas podem se fortalecer mais do que com as outras tantas do cooperativismo tradicional e economia solidária.

Startup são empresas de pequeno porte, recém-criadas ou ainda em fase de constituição e que normalmente apresentam ideias inovadoras. Estas se baseiam especialmente no capital humano como um componente importante para alavancar seu crescimento. “O termo surgiu na década de 90, antes da bolha da internet, e referia-se às empresas inovadoras e, principalmente, as de tecnologia”. (ROMANI, 2014, p.15). O conceito de *startup* geralmente está relacionado às empresas de

tecnologia pelo fato de estas serem empresas com elevado potencial de crescimento rápido. Mas a classificação de *startup* pode ser ampliada para empresas iniciantes com elevada capacidade de ampliação no mercado.

As áreas de atuação de uma startup podem ser as mais diversas possíveis, desde tecnologia da informação, que abrange subsetores mais técnicos como serviços às redes sociais, aplicativos, softwares, computação em nuvem ou cloud computing; áreas em pesquisa como robótica, biotecnologia e inteligência artificial; ou em áreas mais tradicionais, como saúde, educação ou lazer. Independente da área de atuação, as startups seguem ciclos similares de crescimento e precisam captar investimentos para acelerar o crescimento de suas operações, através da busca de investidores financeiros. (BORGES, 2016, p.16).

O fomento a empreendimentos inclusos dentre a lógica de mercado tradicional, destituídos de caráter social e de uma organização de gestão democrática e coletiva, nos permite questionar até que ponto é de fato distinta as ações cotidianas das incubadoras sociais das tecnológicas. Na fala do GEST2, ao definir uma incubadora social, esse ressalta que esta se caracteriza pelo que ela tem de diferente das incubadoras tecnológicas, ao deter um público alvo oriundo do “mercado informal de empregos ou do trabalho desprotegido e especialmente a que as pessoas estão em situação de fragilidade social e exclusão social”. Entretanto, ao relatar o processo de incubação, observa-se que as ações não se limitam apenas a esse público, ressaltando a premissa, destacada acima por Chauí (2001b), da universidade enquanto um espaço que realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte, aderindo aos interesses liberais conforme eles nos são impostos.

A adesão e a transformação da acepção do que se constitui como uma incubadora social podem ser observadas ainda na fala do GEST2 ao relatar a concepção do termo Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares:

Pois então, mais recentemente a expressão, assim como a economia solidária se tornou uma expressão polissêmica, a própria incubadora né, elas foram se transformando. Tipo, a gente chama ainda o nome de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, mas esse nome quase já não diz mais nada em relação à realidade. Já são muito poucas experiências cooperativas em função da legislação que limita muito, a tributação é muito alta.

Ao observar o conteúdo expresso pelos gestores, notam-se em suas retóricas um conjunto de elementos que nos permite analisar as contradições entre as acepções e ideologias que os compõem enquanto sujeitos e as ações que lhes são

socialmente impostas dentre o papel de gestor. Ao mesmo tempo em que estes detêm o acesso a construção e reprodução de um discurso público na gerência de projetos vinculados à formação universitária e reproduzem ideias que legitimam os interesses da classe dominante, em outros momentos apresentam em suas retóricas críticas à atuação da universidade, a partir de um olhar de distanciamento e isolamento das instituições que se encontram inclusos, como se não se viessem pertencentes a estas.

Essa aparente sensação de distanciamento das ações laborais não consiste em uma ação presente exclusivamente nos gestores, podendo ser analisada a partir da compreensão marxiana como uma das manifestações da alienação, intensificada pelo fato da instituição estar inclusa na lógica de prestação de serviços, a qual amplia a segmentação do trabalho e dificulta a identificação do trabalhador com o processo de trabalho e o produto resultante dele.

Outro fator que contribui para esse processo de distanciamento consiste no fato das universidades, assim como demais instituições, serem compostas a partir de uma estrutura heterogestionária, delimitada por uma hierarquia social que condiciona a assimilação do trabalho de forma segmentada, submetida aos interesses e ao controle de instâncias com maior domínio de poder hierárquico. Essa estrutura seccionada de poder se dá, em alguma medida, como um meio de dominação através da difusão da ideia de que “a heterogestão é necessária pela sua superioridade técnica, camuflando dessa maneira a sua natureza histórica e política, seu mecanismo de controle, exploração e opressão”. (SARDÁ; NOVAES, 2012, p.154).

Segundo Chauí (2001b), a sociedade está estruturada segundo o modelo do núcleo familiar, a partir das relações de mando e obediência. As relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência.

A segmentação das universidades através de estrutura hierárquicas, assim como das demais instâncias sociais, consiste em um processo de dominação, na qual ao legitimar a desigualdade como um fato natural e irrevogável, impede-se que os sujeitos se vejam como iguais, e, conseqüentemente, percebam deter os mesmos direitos de decisão e de oportunidade. Questionar a estrutura institucional através de

um parâmetro destituído de hierarquias consiste em observá-la por meio de um olhar social e democrático, que coloca em risco a legitimação do capital e do domínio estatal. A compreensão parcial e distanciada dos gestores sobre o processo de trabalho em que se encontram inclusos pode ser observada como um exemplo dessa prática de dominação, que, para ser superada, exige primordialmente um entendimento crítico da realidade, possibilitando a construção de elementos que colijam para o alcance da emancipação política.

Repensar a universidade como um espaço de construção crítica e democrática, leva-nos a refletir sobre como o processo de incubação pode e deve ser construído a partir desse parâmetro, possibilitando uma relação com os empreendimentos solidários através de uma construção democrática. Ao serem questionados sobre a metodologia do processo de incubação, ambos os gestores afirmaram nas entrevistas não deterem um método predeterminado, analisando e intervindo conforme as demandas apresentadas pelos empreendimentos. Os espaços de formação durante o processo de incubação consistiam enquanto experiências pontuais¹², não apreendendo um processo contínuo junto à metodologia de ação.

Pensar em estratégias de metodologia nas incubadoras sociais que possibilitem uma construção menos hierárquica e mais democrática consiste em um meio de criar nesses espaços experiências autogestionárias, que se oponham a lógica de dominação e possibilitem uma construção social crítica. Uma das possibilidades consiste na adesão, associada a metodologia de ação, de um processo de formação contínuo, consolidado a partir da educação popular.

A prática da incubação não deve ser compreendida como um mero conjunto de atividades e técnicas de ensino/ aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo a partir da realidade dos trabalhadores. Trata-se de um processo de aprendizagem que ocorre no espaço de trabalho e precisa estar intimamente relacionado às necessidades e aos anseios dos grupos. Constitui uma metodologia de trabalho que leva em conta o saber popular e o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos, reconhecendo-o como um

¹² O GEST1 relatou haver ocorrido um grupo de pesquisa sobre o mundo do trabalho que deteve resultados satisfatórios, regido em parceria com um dos professores da instituição. Entretanto, ele permaneceu ativo durante um período limitado, destituindo-se após o término da parceria.

conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade. (MOURA, 2014).

Na medida em que a incubação social possa ser vinculada a um processo de formação junto à educação popular, ela transcende sua ação como ato educativo, agregando a ela um caráter político que possibilita o fortalecimento da Economia Solidária como movimento social e promove elementos que contribuam para a autonomia dos sujeitos. A autonomia constitui-se como um paradigma que deve orientar a ação das incubadoras, a fim de possibilitar meios que contribuam para que os trabalhadores possam superar os antagonismos fundantes das relações sociais.

A educação somente ganha efetividade quando integrada a um projeto mais amplo de transformação social. Para Freire (1996, p. 98), a educação “[...] é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”.

Entender a universidade e a própria formação como um papel mais amplo e social requer ainda pensar em estratégias de ação que possam impactar não só nos sujeitos envolvidos, mas no território em que está incluso. O lugar, independentemente de sua dimensão, é a sede da resistência da sociedade civil. O território consiste em um lugar de possibilidades, cujo processo de habitação e apropriação oportuniza o desenvolvimento de novas sinergias que permitam transformações do espaço, das pessoas e conseqüentemente das realidades inclusas. (SANTOS, 2006).

A universidade, principalmente a extensão universitária, tem um papel de ação interventivo ao produzir e influenciar o território que a inclui, ampliando saberes empíricos e teóricos e produzindo alterações na realidade social que a compõe. Para que essas alterações rompam com a lógica de mercado é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território. O lugar de trabalho e de vida têm peso na produção do homem, já que é nesses espaços que se constituem relações de proximidade que garantem a comunicação entre os participantes.

Nesse sentido, os guetos urbanos, comparados a outras áreas da cidade, tenderiam a dar às relações de proximidade um conteúdo comunicacional ainda maior e isso se deve a uma percepção mais clara das situações

personais ou de grupo e à afinidade de destino, afinidade econômica ou cultural. (SANTOS, 2006, p.220).

Através do entendimento do território como possível espaço de construção crítica, devemos compreender não só a possibilidade de edificação de novas horizontalidades por meio do fomento à Economia Solidária como vínculo de trabalho e de inter-relações sociais, mas também auxiliar na compreensão da relação entre “espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”. (SANTOS, 2006, p.218).

Compreender a universidade enquanto um espaço de formação e reprodução ideológica, permite-nos pensá-la não só enquanto um local de dominação dos interesses do mercado, mas como um espaço de resistência, de construção e de troca de experiências, rompendo a premissa de individualização e isolamento que nos é imposta e possibilitando por meio da empatia e da conscientização a apreensão dos trabalhadores enquanto atores políticos pertencentes a um coletivo.

5.3 O PRONINC e sua dimensão ideológica

Para compreender o PRONINC e suas dimensões ideológicas, é preciso antes de mais nada apreender seu processo de construção e consolidação, avaliando as transições inclusas nesse processo e seus limites de ação. O PRONINC surgiu em maio de 1995, com a presença dos dirigentes estatais, a partir de um convênio do Banco do Brasil, da Fundação Banco do Brasil, Finep e Coppe. O desenvolvimento da experiência de incubação, na maior parte das universidades, surgiu a partir de anseios dos grupos pertencentes a essas instituições que, segundo o relatório de avaliação do PRONINC de 2017, desenvolviam trabalhos de extensão anteriores ou que já vinham discutindo formas de intervir na realidade local para a geração de trabalho e renda. (SOLTEC, 2017).

As primeiras incubadoras nasceram a partir de um processo de transferência tecnológica, aprofundado através da realização de seminários e visitas a universidades. Posteriormente, a partir da cooperação desses grupos, a Rede ITCPs

foi criada a fim de atuar como articulação política e representar os interesses dos trabalhadores, empreendimentos e das próprias incubadoras.

Inicialmente o PRONINC, viabilizou o apoio à implantação de incubadoras em quatro universidades: UFJF, UFC, USP e UNEB. Sua consolidação inicial se deu enquanto política pública de apoio à inovação. A partir de 2003, o PRONINC foi institucionalizado junto com a política de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SENAES); essa transição possibilitou uma ampliação de sua abrangência, avançando em todo território nacional através do apoio as incubadoras, expandindo seus recursos e os instrumentos de seleção dos projetos. (SOLTEC, 2017).

O programa que até então detinha um caráter vinculado à inovação, no ano de 2013 deixou de ser gerenciado pela FINEP e passou a ser alocado junto ao CNPQ, passando a agregar elementos em sua constituição voltados ao fomento da pesquisa. Essa transição ocasiona uma considerável alteração no programa, interferindo em sua ação nas incubadoras, como pode ser observado no enunciado do GEST2:

(...) a FINEP teve um papel muito ativo, técnicos da FINEP vinham nas incubadoras e nós tínhamos eles como aliados. (...) eu acompanhei a rede em todos encontros e nós tínhamos a FINEP como aliado de primeira ordem. E quando foi para o CNPQ perdeu-se isso aí, então são duas fases, a primeira com acompanhamento sistemático da FINEP e depois de 2013 com CNPQ, já não foi assim. Talvez por que o CNPQ tenha uma outra estrutura, ele é mais voltado para pós-graduação, para a pesquisa, tanto que os projetos virarão projetos de pesquisa, na FINEP eram projetos de extensão. Então eu diário assim, nessa tua busca, a FINEP tinha um objetivo de incentivo, ela trabalhava com tecnologia social e estimulou muito isso. Já com CNPQ ele teve uma atitude muito mais burocrática, nós nunca recebemos nenhuma visita de nenhum técnico do CNPQ. O CNPQ praticamente não acompanhava.

Dentre os editais do programa junto a SENAES, nota-se um total de cinco editais, com chamadas públicas publicadas nos anos de 2007, 2008, 2009, 2013 e 2017. Entre os anos de 2009 a 2013, denota-se um período de quatro anos sem publicações de novo editais, o que pode ter sido ocasionado pelo processo de transição de alocação do PRONINC da FINEP para o CNPQ. Os motivos desse processo de transição podem ser apreendidos na retórica do GEST2 que relata como se deu a transição:

Chegou um momento que a FINEP chegou lá e disse: olha é o seguinte, a gente tá arrastando isso aqui a mais de dez anos e nenhuma inovação dura dez anos. Vocês já não são mais inovação, a gente está com dificuldade de justificar a presença do PRONINC aqui. Claro aí foi compreensível, aí

ficamos meio no desespero. Como nós vamos fazer isso? Aí o CNPQ assumiu, claro que os técnicos do CNPQ que acompanham o novo PRONINC, não são pessoas zero à esquerda, são ligados a áreas da agroecologia, a pesquisa também, ao social. A gente não caiu assim nos caras do banco mundial. Mas não se tem a mesma relação que se tinha com a FINEP. É sempre mais voltado para a pesquisa, até nos encontros, voltados para os pesquisadores, entende? Claro que a gente sempre produziu pesquisa também.

Entre 2013 a 2017, observa-se também um período de três anos sem publicações de novos editais. Esse fato pode ter sido influenciado pelo processo de transição governamental, oriundo do golpe parlamentar de 2016. O edital de 2017 surge na SENAES em um período posterior ao processo de impeachment da presidenta Dilma, encontrando a SENAES já circunscrita no formato de subsecretaria e detendo uma formação da equipe técnica distinta dos anos anteriores. O referido edital possui uma abrangência muito menor do que os editais anteriores, com limitado recurso e aderindo um número circunscrito de incubadoras sociais. Ainda que em condições limitadas, em comparação aos anos anteriores a SENAES é referenciada pelo GEST2 por deter uma preocupação com ações sociais:

a SENAES apesar de ser subsecretaria, estar lá relegada, sem dinheiro, ainda se preocupa um pouco com o social. Quer dizer as pessoas que estão lá, independentemente de estarem em tese em uma estrutura dos que assaltaram o poder, tem uma preocupação. Então, a gente tem até um pouco de sorte que a SENAES sobreviva de alguma forma.

Segundo o relatório de avaliação de 2017 do PRONINC até o referido ano, a SENAES identifica que há em torno de cento e dez (110) incubadoras sociais em funcionamento no país, envolvendo estudantes, professores, pesquisadores e técnicos das instituições de Ensino Superior. Entre 2003 e 2016, foram financiados no âmbito do PRONINC quinhentos e oitenta (580) projetos das mais diferentes instituições, em um valor total de quase R\$ 90 milhões. O relatório descreve e constata ainda que existe um número considerável de demandas de incubação não atendidas, sendo que muitas delas acontecem por falta de recursos. (SOLTEC, 2017).

A escassez de recursos financeiros para a manutenção das incubadoras é ressaltada também pelo GEST2 como uma das principais limitações do PRONINC:

A principal limitação é recurso né, a gente nunca teve um recurso substancial. Nem no auge do governo Lula, e a gente sempre bateu na SENAES por conta disso. Tipo assim, tu tinha dinheiro para manter um ano, dois anos, uma equipe. A gente cobrava que o PRONINC tinha que ser de no mínimo quatro anos, com recurso capaz de contratar técnico(...), o tempo de execução do projeto é outro limitador, agora é claro né, hoje a gente vê

que era feliz e não sabia, mesmo com um projetinho de dois anos, a gente conseguiu fazer chover, imagina se tivesse maior ou fosse uma política pública permanente, que o BNDS tivesse uma linha de apoio as universidades para executar o PRONINC. Nossa! A gente ia fazer revolução (risos).

Ao relatar as limitações do PRONINC, o GEST1 ressalta a cobrança inclusa nos editais do programa para o fomento de redes de Economia Solidária. É ressaltando ainda a ausência de acompanhamento e assessoria do PRONINC para o cumprimento das exigências impostas nos editais:

O PRONINC jogou muito com cadeias, com redes e tudo mais, colocou para as universidades trabalhar em desse jeito, as universidades para conseguir os recursos, se jogaram nesse tipo de coisa, muitas vezes, nos impondo mais. (...) Quer dizer aquela cobrança de cima que ela veio meio espalhafatosa ela foi se reproduzido, e assim, o PRONINC exige para criar a rede, mas depois a continuidade e a metodologia ele não dá apoio pras incubadoras executarem, então fica cada incubadora fazendo do seu jeito, cada incubadora da sua cabeça sabe, a gente viveu a pretensão de criar uma metodologia de trabalho e a gente criou de fato essa metodologia de trabalho, a gente repassou isso no relatório final, colocando os pontos positivos e negativos e não nos deram retorno nem pra nos mandarmos a merda sabe (risos).

Cabe ressaltar que o edital referenciado pelo GEST1 consiste na chamada pública do ano de 2013, em que o PRONINC encontrava-se já alocado junto ao CNPQ, detendo um caráter voltado para a pesquisa. A ausência de acompanhamento do CNPQ no referido período é também citada pelo GEST2, o que reafirma o fato, demonstrando uma insuficiência no diálogo e assessoria para com as incubadoras sociais selecionadas.

Ainda que esse fato tenha sido salientado pelos dois gestores, no relatório final do PRONINC não apresentam-se qualquer referência a ele, o que nos permite questionar se essa informação seria oriundo da compreensão desses dois gestores de forma isolada ao todo ou se o programa ocultou em seu relatório a possível crítica a sua efetivação, com o intuito de deter a legitimação popular. No entanto, ainda no referido relatório apresenta-se um posicionamento sobre o processo de transição governamental de 2016, apresentando uma crítica ao governo Temer e relatando como o processo de transição impactou na SENAES:

Todo o processo de desmonte da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que se seguiu ao impeachment da presidenta Dilma, representou um forte impacto no projeto. Todos os profissionais do ministério que conheciam a trajetória do Proninc foram sendo afastados, praticamente interrompendo a comunicação da coordenação do projeto com o ministério. O que permitiu a continuidade do trabalho foi: por um lado, o fato de sua execução estar diretamente vinculada ao CNPq, com quem mantivemos um bom diálogo; por outro, a manutenção de uma intensa articulação com as redes de incubadoras, que garantiram a relevância da avaliação que estava

sendo realizada, pois tinham interesse direto na continuidade do Proninc. O recente rebaixamento da Senaes ao nível de Subsecretaria e o recorrente corte de verbas para a Economia Solidária reforçam um cenário arenoso para as políticas públicas deste campo. (...) Coloca-se o desafio de que os atores que compõem esse movimento tomem para si as rédeas do Proninc e lutem para viabilizar o instigante trabalho que é realizado em cada canto desse país. (SOLTEC, 2017, p.11).

Observa-se no término do trecho citado acima a deliberação aos atores sociais que compõem o movimento a lutar pela defesa do programa, assim como das demais ações estatais vinculadas à temática, a fim da manutenção das políticas de fomento. Pensar em táticas de luta pela sustentação e pelo fortalecimento das políticas públicas de incentivo à área consiste, acima de qualquer ação pontual, em uma estratégia de consolidar uma base sólida de formação crítica, que permita aos trabalhadores uma identificação com o movimento, bem como com as bandeiras que este defende. Para isso, faz-se necessário o debate ideológico sobre Economia Solidária e sobre o posicionamento sociopolítico que esta defende, possibilitando, assim, a criação de elementos para consolidação de um movimento sólido e unificado.

Outra estratégia a ser desenvolvida consiste na reivindicação junto às instituições estatais para aprovação do Projeto de Lei (PL) 4685/12, criado em 2012 pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que delimita a criação da Política Nacional da Economia Solidária, com linhas de crédito para capital de giro e para custeio e aquisição de bens móveis e imóveis. A política também prevê ações de educação, formação, assistência técnica e qualificação social e profissional nos meios rural e urbano para empreendimentos com perfil de Economia Solidária.

Desde que as políticas de fomento à Economia Solidária começaram a ser desenvolvidas, um tema permanente tem sido como institucionalizá-las, ou seja, como fazer com que essas políticas sejam incorporadas pela estrutura do Estado, para que, ao invés de serem políticas transitórias, se perenizem. Contudo, é importante destacar que institucionalizar uma política é muito mais do que lhe dar permanência no tempo. Mais do que uma estratégia particular de um governo, “trata-se de compreendê-la enquanto direito dos milhões de homens e mulheres que vivem e fazem a Economia Solidária no Brasil, e, por tanto, enquanto dever do Estado de dispor dos instrumentos que efetivem este direito”. (SANCHEZ, 2012, p.362).

O primeiro grande objetivo do projeto lei para institucionalizar uma política nacional de Economia Solidária seria

o de reconhecê-la, bem como reconhecer o trabalho associado a ela, como um direito, constituindo um instrumento de mobilização que propicie que segmentos da sociedade reivindiquem este direito perante o Estado. Mas não podemos esquecer um segundo grande objetivo de uma lei dessa natureza, que é o de dar condições jurídicas para que o Estado desenvolva suas ações de apoio e fomento à Economia Solidária. (SANCHEZ, 2012, p.363).

Segundo Sanchez (2012, p. 363), o projeto de lei da Economia Solidária atualmente em discussão tem quatro grandes eixos: o primeiro eixo é quanto às definições. O objetivo desse eixo é reconhecer juridicamente a Economia Solidária “como uma realidade da sociedade brasileira, como direito dos sujeitos sociais que fazem a Economia Solidária, e como dever do Estado brasileiro de modo que este possa fomentá-la, cumprindo seus preceitos constitucionais”. Trata-se de um capítulo de definições conceituais, onde se definirá o que é Economia Solidária e quem são os sujeitos de direito desta política. O segundo eixo é o da política pública de Economia Solidária, ou mais especificamente quais serão os instrumentos que o Estado deve desenvolver para garantir os direitos ao trabalho associado. Depois de definir quem são os sujeitos de direito beneficiários da política pública de Economia Solidária e quais são os instrumentos e prioridades desta política, o terceiro eixo tem por objetivo delimitar o desenho institucional da política, ou seja, sua estrutura de gestão e execução, que nesse caso se daria por meio de um Sistema Nacional de Economia Solidária. Nesse sentido, trata-se de definir os entes (poderes públicos federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil) que deverão integrar o Sistema e como se organizarão para desenvolver a política. Este eixo prevê também que as políticas de Economia Solidária devem contar com a participação da sociedade civil organizada na elaboração, acompanhamento, execução e avaliação das políticas. Dessa maneira, institucionaliza espaços de participação social no desenvolvimento das políticas públicas.

Por fim, depois de delimitar quem são os sujeitos de direito, de apresentar que ações o Estado deve desenvolver para garantir estes direitos, como o Estado deve se organizar, com a participação da sociedade civil, para que estas ações sejam realizadas, o último eixo prevê a criação de um fundo nacional de Economia Solidária que garantiria o financiamento dessas políticas e o acesso dos empreendimentos econômicos solidários aos fundos públicos. “Esse projeto de lei contendo esses quatro eixos foi elaborado no decorrer do ano de 2009 pelo

Conselho Nacional de Economia Solidária, que resolveu ofertá-lo para o governo federal e para o movimento de Economia Solidária”. (SANCHEZ, 2012, p. 363)

O projeto de lei 4685/12 foi aprovado na Câmara de Deputados no dia 31 de agosto de 2017 e encontra-se até o presente momento em tramitação para avaliação no Senado. A aprovação do projeto possibilitaria a consolidação da Economia Solidária como política nacional, o que viabilizaria certa segurança a sua manutenção de fomento pelo Estado, não colocando risco a existência de políticas de incentivo à área a cada processo de transição governamental.

Entretanto, a legitimação da Política Nacional não garante que a Economia Solidária não seja afetada por um processo de institucionalização do movimento, colocando em risco seu caráter crítico. Para evitar que esse fato se concretize, faz-se necessário pensar em estratégias de manutenção da autonomia da Economia Solidária enquanto movimento social, apropriando-se dos espaços de construção e fomento, como as incubadoras sociais, a fim de possibilitar uma formação continuada com base em referencial contra-hegemônico. A associação da educação popular com a Economia Solidária consiste em uma “parceria” que demonstra uma efetivação propositiva na construção crítica, podendo ser observada em diversas experiências junto à área. Aderir junto as diretrizes das políticas de incentivo da área à deliberação de incluir ações de intervenção e formação, com base nessa “parceria”, possibilitaria a construção de referencial crítico, que contribuiria para uma apropriação dos atores sociais ao movimento e colaboraria para evitar o processo de institucionalização.

A apropriação ideológica crítica dos trabalhadores contribuiria, ainda, para a aproximação dos mesmos a espaços de controle social, como os fóruns de fomento à área e a participação nos debates do Conselho Nacional de Economia Solidária, permitindo um diálogo sobre as demandas existentes no movimento, com a finalidade de exigir ações estatais para sua superação. A participação popular nesses espaços se faz necessária ainda para que ao efetivar a Política Nacional, caso seja aprovada no Senado, possa-se construir uma definição da Economia Solidária a partir de um referencial contra-hegemônico, rompendo a lógica centralista e imparcial visível no posicionamento do Estado e convergindo para adesão de elementos críticos que contribuam para seu fortalecimento na qualidade de espaço de preconização dos direitos dos trabalhadores.

A Economia Solidária deve constituir-se enquanto um espaço de construção e fortalecimento de um referencial que se oponha a lógica de dominação do capital e possibilite dentro de seu núcleo a consolidação de uma coerência que vise o rompimento do sistema capitalista e suas estratégias de controle e submissão. Entender a Economia Solidária, assim como as incubadoras sociais, como possível espaço de resistência contra o sistema vigente converge com a acepção gramsciniana sobre a Sociedade Civil, já que esta, mesmo sofrendo com a dominância das elites, detém em seu amago a capacidade de romper com a lógica de dominação ao construir em sua base estrutural uma formação ideológica contra-hegemonica, sólida e concisa.

Ao analisar a realidade social e suas evidentes contradições no início do século XX, Gramsci (1977) ressalta o papel das instituições voltadas à educação como espaços de reprodução da ideologia dominante, denominada por ele como ideologia hegemônica. As instituições responsáveis pela educação, mídia e religião atuam na construção de um consenso que legitima a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. Segundo Gramsci (Ibid.), toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica.

Entretanto, essas mesmas instituições podem e devem ser espaços de resistência, através da inserção de intelectuais orgânicos que possibilitem uma formação que se oponha a ideologia dominante. Essa formação consolida-se a partir da “filosofia da práxis¹³”, construindo o pensamento crítico em que relaciona a filosofia e a realidade cotidiana dos sujeitos. A filosofia da práxis parte da premissa que os problemas sociais não podem ser analisados separados e isolados da vida dos homens, estes devem estabelecer a capacidade de constituir uma relação dialética entre teoria e prática. A partir dessa relação, a filosofia da práxis institui-se como um meio de construção crítica contra a dominância do sistema vigente, atuando como uma superestrutura, um “terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir”. (GRAMSCI, 1977, p. 388).

Segundo Gramsci (1977, p. 388), existe uma diferença fundamental entre a filosofia da práxis e as outras filosofias. As filosofias tradicionais são criações

¹³ A acepção de práxis, referenciada por Gramsci, surge ainda em Marx (1983), detendo como premissa que a “práxis humana” engloba não apenas o trabalho, mas também todas as atividades que se objetivam em relações sociais, instituições, carecimentos, ciência, arte, etc.

inorgânicas, contraditórias e voltadas para a conciliação de interesses opostos e colidentes.

A filosofia da Práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas.

A inter-relação da teoria e prática social na formação de uma acepção sociopolítica dos sujeitos é ressaltada não só na filosofia da práxis, mas também na educação popular, apresentando elementos que convergem entre si, possibilitando, então, uma ação de formação que congregue as duas teorias. A formação dos empreendimentos solidários a partir dessas acepções possibilitaria uma conscientização do papel dos trabalhadores como atores políticos, cientes de seu papel no âmbito social e capazes de consolidar meios para a imposição de seus ideais, criando bases para transformação social.

Possibilitar a formação sobre esses parâmetros permitiria, ainda, um processo de formação ideológica e identitária destes trabalhadores, detendo como base a identificação do território e dos espaços de produção em que estão inclusos, compreendendo seu potencial de ação e resistência na lógica de dominação imposta.

Cabe a nós enquanto atores sociais e políticos, inclusos na sociedade civil, construir meios em que possibilitem a edificação e o fortalecimento dos espaços de formação popular, controle social e cultura contra-hegemônica, estabelecendo ferramentas para a consolidação da emancipação política dos sujeitos e a construção de um novo sistema, mais justo e igualitário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término deste trabalho, observa-se que, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária pelo governo federal, no ano de 2003, as políticas de apoio à Economia Solidária obtiveram destaque, dando visibilidade ao tema e ampliando sua abrangência em âmbito nacional. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que mesmo com os avanços reconhecidos quanto à atuação do Estado no apoio à Economia Solidária, esses avanços não minimizam a percepção de que esta tem sido residual enquanto estratégia da sociedade civil de reorganização socioeconômica para enfrentamento da crise social.

Pensar em estratégias para alcançar as mudanças sociais almejadas requer, antes de mais nada, realizar um processo de conscientização popular a fim de tornar a população ciente das táticas de dominação existentes, assim como reconhecer na classe trabalhadora o potencial de transformação da sociedade e da estrutura social imposta. Compreender a Economia Solidária como um dos possíveis espaços de conscientização dessas premissas, viabiliza a ela não só um caráter econômico de acesso à renda e subsistência, mas possibilita, ainda, que esta seja um lugar de apreensão crítica, contribuindo para que os sujeitos alcancem a emancipação política e possam, junto aos demais movimentos e grupos sociais, realizar o rompimento com as amarras de dominação.

A universidade detém um papel central nessa transformação social, fomentando dentro de sua constituição espaços de formação contra-hegemônica, com a colaboração de atores sociais que atuam enquanto intelectuais orgânicos, de maneira a realizar a conscientização da classe trabalhadora por meio da filosofia da práxis. A educação popular pode ser um dos elementos que vem a contribuir para esse processo, valorizando o saber popular, reafirmando um processo identitário da classe trabalhadora junto ao seu trabalho e ao território em que se encontra inclusa, viabilizando meios para construção de uma consciência crítica e contra hegemônica. As incubadoras na qualidade de sítios de formação e intervenção social podem e devem contribuir para consolidação desses espaços como meios de transformação social e apreensão crítica, fortalecendo o processo identitário da Economia Solidária enquanto um espaço de resistência social e atuando com o intuito de priorizar a autonomia e autogestão dos empreendimentos.

A autogestão é um dos meios para uma sociedade emancipada e autônoma e consiste como elemento peculiar do campo da Economia Solidária, que situa essas práticas como pontos estratégicos na tarefa de formulação de um projeto alternativo de produção e reprodução da vida social. Em decorrência desse fato, as políticas públicas voltadas para o apoio e fomento à Economia Solidária, bem como as incubadoras sociais, espaços de efetivação dessas políticas, deveriam visar à expansão das formas autogestionárias, reconvertendo até mesmo o Estado para que a execução de programas e políticas governamentais seja realizada também por intermédio de organizações econômicas e sociais autogeridas.

Viabilizar o fomento da sociedade civil (movimentos sociais) enquanto espaços de construção de direitos e de luta consiste também em incentivar um ambiente de fortalecimento da identidade coletiva, que faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos, identifiquem-se pelos interesses comuns, rompendo com o individualismo e a hierarquia. Dessa forma, “a criação espontânea substitui a subordinação passiva”. (SARDÁ; NOVAES, 2012, p.160).

Entretanto, para que isso se concretize, faz-se necessário ainda que o movimento da Economia Solidária consiga realizar a articulação com os movimentos sociais que a “inventaram” como espaço de resistência e experimentação de novas potencialidades emancipatórias. Para tanto, é preciso o reconhecimento dos movimentos e organizações sociais de que o “ato cooperativo” constitui uma questão fundamental em disputa no campo da cidadania e da luta por direitos. Onde quer que haja a necessidade de cooperação entre os trabalhadores, mesmo nos processos de trabalho mais fragmentados e individualizados, “estes precisam estabelecer entre si relações horizontais mais ou menos informais tanto para possibilitar o atingimento dos objetivos da produção, como para imprimir algum tipo de controle sobre esse processo”. (SARDÁ; NOVAES, 2012, p.167).

Reconhecendo o sentido democrático e transformador da Economia Solidária, faz-se necessária a criação de novas ações participativas e o fortalecimento dos espaços de controle social existentes, associados as políticas de fomento, dando voz aos atores sociais que as compõem, a fim de viabilizar estratégias de obtenção e garantia das demandas oriundas do movimento. Os espaços de autogestão, conselhos operários e órgãos populares de debate público, são muitas vezes esquecidos na história, o que reforça a importância de resgatar essas experiências.

Faz-se, então, essencial um profundo debate junto ao movimento de Economia Solidária em fóruns, conselhos e demais espaços de formação, sobre a acepção ideológica da Economia Solidária, com a finalidade de construir um posicionamento tangível sobre o movimento, assim como seu caráter político. A alusão da premissa de estar construindo “outra economia” sem identificação de que economia é essa delibera a possibilidade de múltiplas interpretações, ocultando por vezes seu caráter crítico e sujeitando-a a descaracterização e deslegitimação enquanto movimento, devido sua amplitude e contraditória abrangência de interesses contrapostos.

Essa acepção centralista e destituída de posicionamento sociopolítico evidente, que pode ser visualizada junto ao Decreto nº 7.357, que dispõe sobre o PRONINC, permite a apropriação de diversas vertentes ao movimento, condicionando seu caráter de forma variável conforme a ideologia e os interesses dos atores sociais que dela se apropriarem. Só é possível entender a Economia Solidária como um possível espaço de transformação social quando essa se reconhecer como tal e posicionar-se ideologicamente diante dos demais (inclusive do Estado), detendo ciência de forma tangível e concisa de sua identidade e papel no âmbito social. Legitimar uma abrangência ideológica da Economia Solidária vaga e centralista é permitir que sua ação se limite ao alcance meramente econômico, limitando seu papel na sociedade e condicionando-a a manter-se na subalternidade. A partir de seu posicionamento é possível também deter uma real significação dos princípios que a compõe, saindo de abrangência de termos amplos e polissêmicos e posicionando a estes acepções que condigam e convergem com sua opinião ideológica.

A definição de uma compreensão detendo um posicionamento ideológico crítico possibilitaria, ainda, que através do controle social das políticas de fomento e das instituições que a abrigam, como as incubadoras sociais, seja possível a exigência para que estas atuem dentro de uma concepção sociopolítica proposta, evitando a adesão de fomento a empreendimentos que se aproximem de uma lógica de mercado tradicional como os *startups*.

Contudo, mesmo após duas décadas de abertura política e experiência democrática, a fragilidade da democracia e a compreensão dos espaços populares e coletivos como essenciais para alcances dos direitos fundantes ainda são desafios

eminentes. A descrença dos espaços participativos e de sua efetividade caracteriza-se como desafio a Economia Solidária, tanto na sua legitimação junto à sociedade, como na garantia e permanência das políticas de fomento. Mais do que nunca se faz necessário um debate ideológico sobre o movimento porque é a partir dele em que este poderá construir estratégias tanto de resistência junto aos governos liberais, como de identificação e apoio da comunidade para seu fortalecimento.

Por fim, após o término desse trabalho, deixo ao leitor o desafio de questionar e interpretar a Economia Solidária a partir de um âmbito ideológico, e expandir os questionamentos aqui levantados aos espaços de controle social e construção coletiva na qual possa encontrar-se incluso, a fim de possibilitar a ampliação do debate sobre tema, avaliando a partir da realidade concreta dos sujeitos as demandas e desafios existentes no cotidiano laboral. É através do debate que construímos elementos que compõem nosso entendimento da realidade e é a partir dessa apreensão que transformamos o real. Que possamos lutar em prol das transformações sociais que ansiamos e encontrarmos nos espaços coletivos e democráticos a força necessária para resistirmos as imposições que nos suprimem.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editora Presença, tradução de Martins Fontes, 1970.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 2003.
- ARANHA, J. A. et al. *Modelo de Gestão para Incubadora de Empresas: implementação do modelo de gestão para incubadora de empresas*. Rio de Janeiro: Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, 2002.
- BALDI, Luiz A. de P. *Ideologia e Serviço Social: Prólogo para um Debate Teórico-metodológico*. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- BORGES, Luiz Gustavo Xavier. *Investimento Em Uma Startup De TI: Um Estudo de Caso no Setor de Educação*. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de gestão) – Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Secretaria Nacional de Economia Solidária*. Brasília: MTE, 2013.
- _____. *Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010*. Brasília, DF: Senado Federal: 2010.
- _____. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BUONICORE, Augusto César. Ideologia e Hegemonia na Obra de Gramsci. *Revista Princípios*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, n. 21, 1991.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papyrus, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.
- _____. *O Que é Ideologia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001a.
- _____. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001b.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CORIAT, Benjamin. *El taller y el robot: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica*. España: Siglo Veintiuno, 1992.

COSTA, Gilmaísa M. da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. *Revista Urutágua - Revista acadêmica multidisciplinar*, Maringá – PR, n. 9, abr/mai/jun/jul. 2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.pdf>>. Acesso em 04 Jun. 2017.

COTRIM, V. A. *Trabalho Produtivo em Karl Marx: Novas e velhas questões*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DICIO. Dicionário Online de Português, *Solidariedade*. 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/solidariedade/>>. Acesso em 20 Dez. 2018.

EAGLETON, Terry. *Ideologia – Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

FINEP. Financiadora de Estudo e Projetos. *PRONINC*, 2016. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>>. Acesso em 17 Abr. 2018.

FORPROEX. *Encontro De Pró-Reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras*, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: <<http://www.forproex.eventssystem.com.br/>>. Acesso em 12 Mar. 2018.

FRAGA, Lais Silveira. *Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares*. 2012. 242 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 162-168.

GOERCK, C. *Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul*. 2009. 405 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci. Org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.

_____. *Concepção Dialética da História*. Recife: Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>>. Acesso em 30 Mai. 2018.

HANDEM, P.C. et al. Metodologia: Interpretando Autores. In: FIGUEIREDO, N. M. A. (Org). *Métodos e metodologia na pesquisa científica*. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HAYEK, Friedrich August von. *Direito, legislação e liberdade*. v. 2. São Paulo: Visão, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2017-2018*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em 15 Ago. 2018.

IDALINO, R.E.A.; OLIVEIRA, R.V. A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande. In: _____ *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 113-144.

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. *Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC: Relatório Final*. Recife: IADH, 2011.

KONDER. Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK. K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antônio. *II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul*. Cartilha. São Leopoldo: Org. UNISINOS, 2013.

LAVILLE, C; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LESSA, Sergio. *Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social*. São Paulo: Boi Tempo, 2002.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, Georg. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. Temas de Ciências Humanas, n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. *Ontologia do Ser Social*. Tr. Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas em serviço social: um instigante desafio. In: *Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa*. São Paulo: PUCSP - NEPI, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre identidade, Cadernos n. 1, mai. 1994, 113 p., p. 12-18.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1975 v. 1 e 3.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vol 1. Livro Primeiro. 9d. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

_____. *A Guerra Civil na França*. Em *A Revolução Antes da Revolução*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria C. de S. (org.) *Pesquisa Social – teoria, método e criatividade*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MISSIO, Fabrício. Da economia popular solidária a precarização das relações de trabalho. *Revista eletrônica da PUCRS*. Porto Alegre, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. v. 3, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, E. R. G. O que estamos fazendo quando incubamos? In: SCHOLZ, R. H. (Org.) *Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. *O que é Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em 09 Jan. 2012.

NEVES, DANIELA, *A Recepção da Economia Solidária no Serviço Social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
ONU. Organização das Nações Unidas. *Resolução n.º 34/46*, de 1979, da Assembléia Geral da ONU.

PEREIRA, Potyara. *Política Social, Temas & Questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. *Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Recife, n. 9, ano V, jan/jun 2005.

_____. Mini-curso Introdução ao método em Marx. In: *III Congresso Internacional de Direito e Marxismo*, Caxias do Sul, 2013.

ROMANI, Mariana Omari. *Estimação de prêmio de risco de startup*. 2014. 52 f. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2014.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

SANCHEZ, F. J. B. A luta pelo direito ao trabalho associado: apontamentos sobre o marco jurídico da Economia Solidária. In: BENINI, Édi et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SANTOS, K. Trabalho como conceito filosófico. *Revista Conhecimento Prático Filosofia*, São Paulo, n. 42, p. 24-35, 2014.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARDÁ, M; NOVAES, H. T. N. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, Édi et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SCHILLING, Voltaire. As concepções do Estado. *Terra*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/as-concepcoes-do>>

estado,2b0673aa61658b865d72af18541c2737anglak0h.html>. Acesso em 20 Jun. 2018.

SCHIOCHET, Valmor. Da democratização à autogestão: economia solidária no Brasil. In: BENINI, Édi et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Dados gerais do Segundo Mapeamento Nacional*. 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/resultado>>. Acesso em 08 Set. 2017.

SÍGILO, V. M; MASCARENHAS, T. S. Participação popular, espaço público e autogestão. In: BENINI, Édi et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. Economia Solidária no Brasil In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOLTEC. Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. *Avaliação do Proninc – Relatório Final 2017* / Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

TANAKA, Tatiane. A Economia Solidaria na USP: A ITCP e a COOPERBRILHA Diversidade. In: *V Encontro Internacional de Economia Solidaria*, São Paulo. Núcleo de Estudo da USP, 2007. Disponível em <www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/.../DI-01.pdf>. Acesso em 01 Ago. 2018.

VAISMAN, Ester A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio - Revista online. Espaço de interlocução em ciências humanas*, n. 12, ano VI, out/2010. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>>. Acesso em 03 Set. 2017.

WELLEN, Henrique A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. *Rev. Katálysis*, vol.11, n.1, Florianópolis, jan./jun. 2008.

ANEXOS



Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL



Porto Alegre/RS, 2018

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, **Ana Claudia Storchi Carlos**, responsável pela pesquisa *Estado, Ideologia e Economia Solidária: uma análise do PRONINC*, venho por meio deste realizar um convite a você, solicitando sua participação como voluntário nesse estudo.

Esta pesquisa pretende analisar de que forma ocorre a relação entre o Estado e a Economia Solidária através das ações da SENAES junto ao PRONINC, a fim de compreender os elementos e contradições que permeiam esta relação, tendo em vista contribuir com seu desocultamento.

Acreditamos que esta pesquisa permitirá a elaboração conceitual sobre a temática, viabilizando a construção do pensamento crítico, a fim de permitir a adesão de um diálogo profícuo sobre a realidade e o contexto que a inclui, compreendendo economia solidária e as ações estatais que a compuseram.

Procedimentos: Para realizar este estudo estamos entrevistando os gestores das Incubadoras Sociais da região metropolitana de Porto Alegre que atuaram até o ano de 2016.

Riscos e desconfortos: Identifica-se como risco e desconforto o receio da divulgação das informações verbalizadas pelos participantes. Quanto a este aspecto, ressaltamos o compromisso com o sigilo e (des)vinculação de qualquer dados de possível identificação.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e aprimoramento das políticas de fomento as Incubadoras de Cooperativas Populares, em eventos, e qualificação no planejamento e efetivação de ações junto a Economia Solidária.

Garantia de respostas a qualquer pergunta: Esta pesquisa está sob a responsabilidade da Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

da Escola de Humanidades da PUC/RS, Ana Claudia Storchi Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Gleny Terezinha Guimarães.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser oferecidos no momento da pesquisa ou posteriormente através dos seguintes contatos: Profa. Dra. Gleny Terezinha Guimarães (Orientadora da pesquisa) e Ana Claudia Storchi Carlos (Mestranda pesquisadora), através do telefone: (51)984422888 e/ou (51)992732965.

Garantia de privacidade: Você tem garantido o seu direito de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Não será mencionada, em hipótese alguma, a identidade das(os) participantes, seja em apresentações orais ou escritas que venham a ser divulgadas, bem como a assinatura deste termo será mantida sob sigilo.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao concordar em participar deste estudo, faz-se necessário rubricar todas as páginas e assinar e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Consentimento: Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informada(o) sobre seu objetivo de maneira clara e detalhada, esclarecendo minhas dúvidas e tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante na pesquisa

Ana Claudia Storchi Carlos
Mestranda Pesquisadora

Gleny Terezinha Guimarães
Prof^a. Dra. em Serviço Social – Orientadora



Anexo B – Cartas de apresentação e autorização institucional para a pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Porto Alegre, 2018.

Carta de Apresentação e Solicitação de Autorização Institucional para Pesquisa

Prezados/as Senhores/as:

A pesquisa intitulada “*Estado, Ideologia e Economia Solidária: uma análise do PRONINC*” será desenvolvida pela Mestranda Ana Claudia Storchi Carlos, como parte da dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS, sob a orientação da Profa. Gleny Terezinha Duro Guimarães e compreenderá o primeiro semestre do ano de 2018. Esta pesquisa pretende analisar de que forma ocorre a relação entre o Estado e a Economia Solidária através das ações da SENAES junto ao PRONINC, a fim de compreender os elementos e contradições que permeiam esta relação, tendo em vista contribuir com seu desocultamento.

O estudo será realizado junto as Incubadoras de Cooperativas Populares da região metropolitana de Porto Alegre, compreendendo como sujeitos da pesquisa os gestores das mesmas até o ano de 2016. A pesquisa envolverá, entre seus procedimentos para a coleta de dados, entrevistas com os gestores da Incubadoras Cooperativas Populares, a análise documental do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares e do relatório final de avaliação do PRONINC no ano de 2017. Ressalta-se que essas entrevistas serão gravadas e que será mantida a confidencialidade quanto à identidade dos participantes que terão as garantias do compromisso da pesquisadora quanto à preservação de suas autonomias, privacidades, anonimatos e do sigilo quanto à participação na pesquisa através do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O projeto de pesquisa está em etapa de submissão à Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS para apreciação, avaliação e aprovação. Para tanto, se faz necessária à apresentação da autorização institucional do responsável da Instituição para a realização deste estudo. Somente depois de autorizada a pesquisa pelos responsáveis dos Serviços e pelo Comitê de Ética é que a pesquisa será desencadeada em termos da coleta das informações no campo.

Diante da apresentação da pesquisa, solicitamos sua manifestação sobre a concordância com a realização da pesquisa em questão. Ficamos à disposição para informações complementares que por ventura ainda se façam necessárias através dos telefones e e-mails: Ana Claudia Storchi Carlos; (51) 992732965; anacscarlos@hotmail.com; Gleny Terezinha Guimarães; (51)984422888; gleny@pucrs.br.

Agradecemos antecipadamente e aguardamos seu retorno.

Atenciosamente,

Ana Claudia Storch Carlos
Mestranda Pesquisadora

Gleny Terezinha Guimarães
Profa. Orientador(a)

Anexo C – Carta de Aprovação da Comissão Científica



SIPESQ

Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 8700

Porto Alegre, 29 de maio de 2018.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "(A)ESTADO, IDEOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DO PRONINC". Este projeto necessita da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

Anexo D – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estado, Ideologia e Economia Solidária: uma análise do PRONINC.

Pesquisador: Gleny Terezinha Duro Guimarães

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 92782218.9.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.825.327

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como propósito analisar de que forma ocorre a relação entre o Estado e a economia solidária, através das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, junto ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares-PRONINC. A metodologia desta pesquisa tem como base o método dialético crítico e terá como amostra os gestores de Incubadoras Sociais, localizadas na região metropolitana de Porto Alegre, assim como, a análise do documental do Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010 que dispõe sobre o PRONINC e do relatório de avaliação do PRONINC, publicado no ano de 2017. Para o desenvolvimento deste estudo, será realizada uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa. A análise dos dados será realizada a partir da Análise Crítica do Discurso com base na teoria de Teun A. Van Dijk.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar de que forma ocorre a relação entre o Estado e a economia solidária através das ações da SENAES junto ao PRONINC, a fim de compreender os elementos e contradições que permeiam esta relação, tendo em vista contribuir com seu desocultamento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Identifica-se como risco e desconforto o receio da divulgação das informações verbalizadas pelos

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

Continuação do Parecer: 2.825.327

participantes. Quanto a este aspecto o compromisso com o sigilo e (des)vinculação.

Benefícios:

Não está previsto nenhum benefício direto ao participante, mas indiretos, pois a participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e possível aprimoramento das Políticas vinculadas a Economia Solidária, assim como, a publicação em eventos da área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A análise dos dados será realizada a partir da Análise Crítica do Discurso com base na teoria de Teun A. Van Dijk. A teoria de Van Dijk apresenta uma análise crítica da reprodução discursiva do abuso de poder, tendo como elemento central a relação entre estrutura social e estrutura discursiva, desocultando o abuso de poder através da linguagem. Segundo Van Dijk, a Análise Crítica do Discurso possui como propósito a contribuição para uma mudança social em favor dos grupos dominados, a partir da desconstrução do discurso ideológico das elites. O discurso é estruturado a partir da ideia de dominação. Cada discurso é historicamente produzido e interpretado a fim de legitimar e ideia dos grupos dominantes. Os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, formados como "dados" e naturais. A ideologia apresenta-se como meio relevante de criação e manutenção de relações desiguais de poder.

A fim de problematizar elementos que reforçam estrutura de poder e ideologia, presentes no discurso estatal sobre a economia solidária, esta pesquisa visa compreender, através da análise da relação entre o Estado e a economia solidária as ações da SENAES junto ao PRONINC, apreendendo as afirmações e contradições, tendo em vista contribuir com seu desocultamento. A sistematização final dos dados irá se configurar com o exame, discussão e tomada de decisões acerca do processo de investigação, cuja função centralizará as informações coletadas, possibilitará sua problematização com interpretações, assim como, a definição de diretrizes de ação. A partir deste fato, ocorrerá o acompanhamento, avaliação e a socialização do conhecimento através da divulgação de resultados. A divulgação poderá ser realizar através de publicação em revistas da área, congressos, simpósios e envio de relatórios as instituições envolvidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados e estão adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente adequado.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 2.825.327

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas nas Resoluções CNS n° 466 de 2012, n° 510 de 2016 e Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1162379.pdf	07/08/2018 23:16:56		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Estado_Ideologia_Economia_Solidaria.docx	07/08/2018 23:05:01	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Roterio_entrevista_analise_documental.docx	07/08/2018 23:01:51	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	curriculo.doc	07/08/2018 23:00:05	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	cartaRespostaPendencias.pdf	07/08/2018 22:59:39	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	cartaRespostaPendencias.docx	07/08/2018 22:59:19	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Carta_Apresentacao.docx	07/08/2018 22:57:44	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	07/08/2018 22:55:46	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	07/08/2018 22:55:23	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	carta_chefe_ufrgs.docx	07/08/2018 22:52:51	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	carta_chefe_ufrgs.pdf	07/08/2018 22:52:32	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	nota_de_esclarecimento.doc	07/08/2018 15:42:49	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.docx	07/08/2018 15:42:15	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 2.825.327

Outros	Temo.pdf	21/06/2018 18:40:22	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	curriculo.pdf	21/06/2018 18:39:11	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista_e_analise_docu mental.pdf	21/06/2018 18:37:02	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa Estado Ideologia e Eco nomia Solidaria.pdf	21/06/2018 18:33:32	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Parecer Anterior	Ana Claudia Documento Unificado do Proj eto de Pesquisa_1527632215369.pdf	21/06/2018 17:55:03	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Parecer Anterior	Ana Cartada Aprova caoda Comissao Cient ifica_1527632215369.pdf	21/06/2018 17:54:47	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	notade esclarecimento.pdf	21/06/2018 17:31:49	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	21/06/2018 16:56:48	Gleny Terezinha Duro Guimarães	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 16 de Agosto de 2018

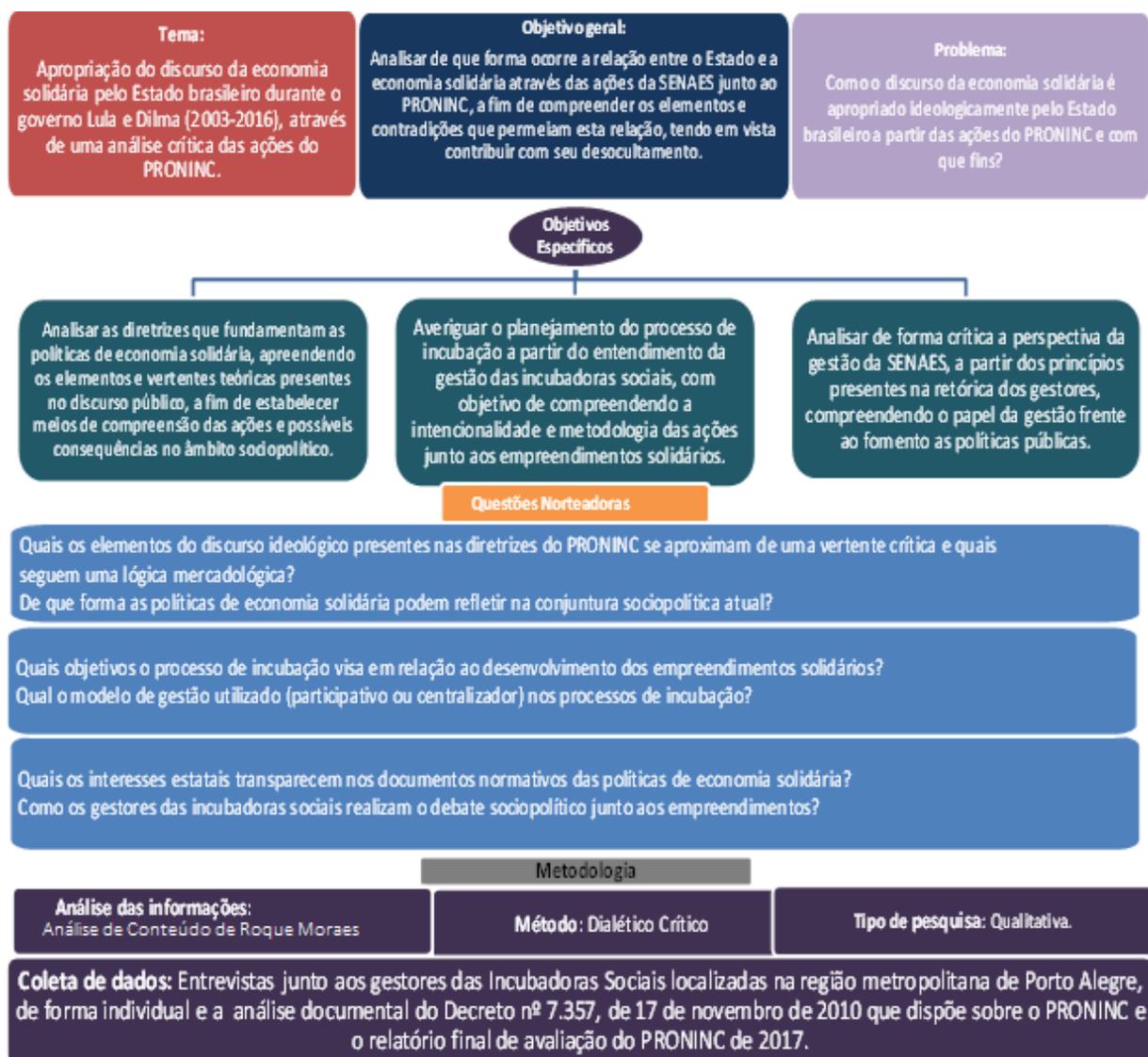
Assinado por:

Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

APÊNDICES

Apêndice A - Quadro Metodológico¹⁴



¹⁴ Quadro elaborado pela autora.

Apêndice B – Roteiro de Tópicos Guia para a Entrevista com os Gestores das Incubadoras Sociais.

Pesquisa: “Estado, Ideologia e Economia Solidária: Uma Análise do PRONINC ”

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de tópicos guia para entrevista semi-estruturada com os Gestores das Incubadoras Sociais

IDENTIFICAÇÃO DA COLETA

Pesquisadora: Ana Claudia Storchi Carlos

Data:

Local da coleta de dados:

BLOCO A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADA

1. Função:
2. Tempo de trabalho no serviço:
3. Formação Profissional:
4. Experiências junto a Economia Solidária:

BLOCO B – QUESTÕES NORTEADORAS

Com relação a Incubadora Social

1. Surgimento e histórico da Incubadora Social
2. Período em que exerceu o cargo de gestor
3. Equipe técnica (formação profissional)
4. Objetivo da incubação
5. Processo de incubação
6. Caracterização dos empreendimentos solidários incubados durante o período.
7. Limites e possibilidades do processo de incubação.

Com relação aos conceitos centrais

8. Conceito de Economia Solidária
9. Conceito de Incubadora Social (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares).

Com relação a articulação entre a Incubadora Social e demais segmentos

10. Como se Relação entre a incubadora e a universidade (pontos positivos e limitações)
11. Qual o Papel e visibilidade da incubadora junto a instituição (lugar que ocupa no projeto institucional)
12. Como se dava a Relação entre incubadora e os empreendimentos solidários incubados (pontos positivos e limitações)

Com relação ao PRONINC

13. Ciência do PRONINC e seus objetivos.
14. Limites e possibilidades do PRONINC.

Apêndice C – Roteiro de Análise Documental do Decreto nº 7.357

Pesquisa: Pesquisa: “Estado, Ideologia e Economia Solidária: Uma Análise do PRONINC ”

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

IDENTIFICAÇÃO DA COLETA

Pesquisadora: Ana Claudia Storchi Carlos

Data:

Local da coleta de dados:

O documento selecionado para este estudo: Decreto nº 7.357, que dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC.

Data de publicação: 17 de novembro de 2010.

- a) Agentes envolvidos;
- b) Princípios que norteiam;
- c) Definição de empreendimentos solidário;
- d) Definição de incubadoras de cooperativas populares;

Apêndice D – Roteiro de Análise Documental Relatório Final Da Avaliação do PRONINC

Pesquisa: Pesquisa: “Estado, Ideologia e Economia Solidária: Uma Análise do PRONINC ”

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

IDENTIFICAÇÃO DA COLETA

Pesquisadora: Ana Claudia Storchi Carlos

Data:

Local da coleta de dados:

O documento selecionado para este estudo: O relatório final da avaliação do PRONINC.

Data de publicação: agosto de 2017

- a) Caracterização das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária;
- b) A relação das incubadoras com a Instituição de Ensino Superior;
- c) As Incubadoras e a Economia Solidária;

Apêndice E – Perfil dos Gestores e Incubadoras Sociais Analisados.

Sobre os Gestores		
	GEST1	GEST 2
Formação acadêmica	Serviço Social	História e Geografia
Sexo	Feminino	Masculino
Tempo de atuação junto a gestão da incubadora social	2012 a 2016	2013 a 2019
Sobre as Incubadoras Sociais		
	GEST1	GEST 2
Universidade	Particular	Pública
Período de atuação da Incubadora Social	2011 a 2016	2004 a 2019
Status da incubadora social durante o período das entrevistas	Inativa	Ativa



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br